

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU



Dissertação

**ESTÂNCIA DOS PRAZERES, PELOTAS, RS**

1758 a 1853

**Fernando Gonçalves Duarte**

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

D812e Duarte, Fernando Gonçalves

Estância dos Prazeres, Pelotas, RS / Fernando  
Gonçalves Duarte ; Ester Judite Bendjouya Gutierrez,  
orientadora. — Pelotas, 2015.

103 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação  
em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Estância. 2. Arquitetura. 3. Bens móveis. 4. Bens  
imóveis. 5. Rio Grande do Sul. I. Gutierrez, Ester Judite  
Bendjouya, orient. II. Título.

CDD : 720

**Fernando Gonçalves Duarte**

**ESTÂNCIA DOS PRAZERES, PELOTAS, RS**

1758 a 1853

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / PROGRAU da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título em Mestre em História da Arquitetura e Cidades.

Orientador: Prof. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Pelotas, 2015

Fernando Gonçalves Duarte

**ESTÂNCIA DOS PRAZERES, PELOTAS, RS**

1758 a 1853

Data da Defesa: 21 de setembro de 2015.

Banca examinadora:

.....  
Prof. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez.....(orientadora).  
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira.....(examinador externo).  
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos.....(examinador externo).  
Doutor em Conservação, Restauro e Desenho Urbano pela Universidade Federal da Bahia.

.....  
Prof. Dr. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen.....(examinador interno).  
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*À,*

*Leonardo, Nietzsche, Otávio,*

*Gaspar, Bento,*

*Rocco,*

*e todas*

*Marys e Annas.*

*Que me amparam.*

## **Agradecimentos**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira e Laboratório de Arquitetura e Urbanismo.

Aos proprietários e familiares das estâncias visitadas, Gilberto Alves, Ivone Alves, Maria Tereza Cruz, Maria Cristina Leonardo, Luiz Antonio Lopes.

As irmãs Lisarb Farias e Clarisse de Moraes.

Aos treze,

Acelino Guedes, Adriane Corrêa, Álvaro Machado, Cristiane Miritz, Daniele Fonseca, Fábio Galli, Guilherme Almeida, Isabel Torino, Lauer Santos, Leomar Souza, Mariana Ávila, Mário Maestri, Raquel Ferreira.

A minha orientadora Ester Gutierrez.

Os membros da banca examinadora Ana Lúcia de Oliveira, Carlos Alberto Santos e Sylvio Arnoldo Jantzen.

E todos que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

## Resumo

Duarte, Fernando Gonçalves. A Estância dos Prazeres, Pelotas, RS (1758 a 1853). 2015. 140 f. Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PROGRAU. Universidade Federal de Pelotas.

As doações de sesmarias pelos portugueses deram origem às estâncias como estratégia de ocupação do território, o aproveitamento de boas pastagens, a grande quantidade de gado e as potencialidades econômicas dele decorrentes. O Rincão das Pelotas de Thomas Luis Osório foi negociado para Manoel Bento da Rocha, estabelecido em Rio Grande de São Pedro do Sul por volta de 1750. Manoel casou-se com Isabel Francisca da Silveira, e tornou-se líder do grupo familiar. Durante a ocupação castelhana, Bento da Rocha deslocou-se com a família para Viamão. Após a saída dos castelhanos de Rio Grande, voltou para a sua estância no Rincão das Pelotas, onde tinha as atividades de agricultura e pecuária e onde sem filhos morreu em 1791. No ano de 1795, para negociação de parte das terras, Isabel Francisca da Silveira solicitou medição e demarcação do Rincão que se dividiu em duas sesmarias, Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Conceição. Isabel faleceu no ano de 1822 e a estância foi legada para a sobrinha-neta Maria Regina da Fontoura, casada com João Duarte Machado. O casal dedicou-se à olaria e pomares mantendo as atividades de agricultura e pastoreio. Uma análise da formação da Estância dos Prazeres com a provável implantação da casa de morada, armazéns, olaria, agregados, cativos e elementos agropastoris foi possível através do conjunto edificado. A partir dos inventários *post-mortem* analisaram-se os bens e procurou-se relacionar as peças arroladas entre si, seus valores e suas utilidades para então entender suas funções, auxiliando na reconstituição do estilo de vida familiar. Portanto, os arranjos espaciais e elementos de infraestrutura encontrados permaneceram na paisagem.

**Palavras-chave:** Estância. Arquitetura. Bens móveis. Bens imóveis. Rio Grande do Sul.

## Résumé

Duarte, Fernando Gonçalves. A Estância dos Prazeres, Pelotas, RS (1758 a 1853). 2015. 140 f. Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PROGRAU. Universidade Federal de Pelotas.

Les donations de sesmarias par les portugais ont donné d'origines aux ferme comme stratégie d'occupation du territoire, de profiter de bonnes pâtures et grande quantité de bétail et des potentiels économiques en revenu. Le Rincão das Pelotas de Thomaz Luiz Osório a été négocié pour Manoel Bento da Rocha, qui a été établi en Rio Grande de São Pedro do Sul environ 1750. Manoel s'est marié avec Isabel Francisca da Silveira, et il a été devenu chef du groupe familial. Pendant l'occupation castilhane, Bento da Rocha s'est déménagé avec sa famille à Viamão. Quand les castillans sortent de Rio Grande, il retourne à son ferme au Rincão das Pelotas, où il avait des activités agricoles et d'élevage, et dans ce lieu-là il est mort sans fils. En 1795, pour négociation d'une partie de la terre, Isabel Francisca da Silveira a demandé mesurer et délimiter du Rincão qui a été divisé en deux: Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Conceição. Isabel est morte au année 1822 et la ferme a été donné à sa nièce-petite-fille Maria Regina da Fontoura, qui a été mariée avec João Duarte Machado. Le couple se sont consacré à tuilerie et aux vergers, en gardant les activités d'agriculture et de pastoralisme. Une analyse de la formation de L' Estância dos Prazeres avec la probable maison qui a été implantée, des entrepôts, de tuileries, agrégats, des captifs et des éléments agropastoris a été possible grâce à l'ensemble formé. D'après des inventaires post-mortem ils ont analysé les biens et il a cherché à associer les pièces liées entre eux, leurs valeurs et leurs utilités, pour faire comprendre leurs fonctions, en aidant en la reconstitution du mode de vie familial. En conséquence, le arrangement de l'espace et éléments d'infrastructure trouvés qu'il restait dans le paysage.

**Mots-Clefs:** Ferme. Architecture. Biens meubles. Biens immobiliers. Rio Grande do Sul.

## Lista de Figuras

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01 - Vacarias.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 6  |
| Figura 02- O Jaguaricatu, Jean Baptista Debret, gravura, 1827.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 8  |
| Figura 03- Mapa da costa do Brasil. Tomo II, nº 49, 1764.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 10 |
| Figura 04 – (A) Mapa Plano do Rio Grande de São Pedro, situado ao N/E do Rio da Prata, 1776. (B) Imagem satélite do Google Maps, 2015.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 11 |
| Figura 05- Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro em 13 de outubro de 1741.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 12 |
| Figura 06 - Mapa Campos dos Tapes, 1777.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 18 |
| Figura 07 – Detalhe do mapa Campos dos Tapes com o Rincão do coronel Thomaz Luiz Osório.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 18 |
| Figura 08- Detalhe do extrato de título - Rio São Gonçalo e Lagoa dos Patos, 1779.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 19 |
| Figura 09 - Mapa do Rincão de Pelotas compreendido entre o arroio Pelotas e o arroio Correntes datado de 12 de abril de 1781.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 20 |
| Figura 10 - Quadro da genealogia da família Silveira.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 22 |
| Figura 11- Detalhe do testamento de Manoel Bento da Rocha, 1791.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 27 |
| Figura 12 - Mapa gerado sobre imagem de satélite, 2013, a partir dos dados constantes na medição da sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres, 1795. (1) a (7) – bases da medição; (A) borda de combros de areia; (B) cercas das lavouras com figueiras; (C) rancho de um agregado e fechamento das cercas; (D) butiazeiro; (E) currais; (F) cercas do Contagem; (G) terreno de lavouras; (H) Capão da Canoa; (I) casas do tenente Ignácio Antonio..... | 29 |
| Figura 13 – Imagem de satélite de 2014, e duas fotografias da paisagem de dunas, 2014.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 30 |
| Figura 14- Imagem aérea de 1953 com os combros de areia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 31 |
| Figura 15 - Imagem aérea de 1953, início do processo de ocupação do Barro Duro, local aproximado “um rancho de um agregado desta fazenda, onde se fecham todas as cercas”.....                                                                                                                                                                                                                                                                    | 32 |
| Figura 16- Imagem de satélite de 2014, com um curral. Fotografia do curral e detalhe, 2014.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 33 |

|                                                                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 17 – Imagem de satélite de 2014, com a ponta do cordão de mato da costa da praia e a barra do arroio do Contagem. Fotografias da paisagem local, 2014.....        | 33 |
| Figura 18 – Detalhe do final da medição da sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres, 1795.....                                                                                | 36 |
| Figura 19 – Mapa gerado sobre imagem de satélite, 2013, a partir dos dados constantes na medição da sesmaria Nossa Senhora da Conceição, 1795.....                       | 37 |
| Figura 20 – Mapa resultante da medição de 1812, das terras de Isabel Francisca da Silveira.....                                                                          | 38 |
| Figura 21 – Localização estimada das terras de Ignácio Barbosa.....                                                                                                      | 40 |
| Figura 22- Mapa com a demarcação das duas áreas da margem do arroio Pelotas vendidas em 1819 e a área denominada Ana Nóia.....                                           | 42 |
| Figura 23 - Localização com seus limites aproximados das terras vendidas a Ignácio José Bernardes.....                                                                   | 43 |
| Figura 24 - Localização com seus limites aproximados das terras de José Pinto Martins e Companhia.....                                                                   | 44 |
| Figura 25- Localização da Roça Velha, pertencente à Ana Nóia, com seus limites aproximados.....                                                                          | 45 |
| Figura 26 - Imagem satélite da conexão. Roça Velha com a estância de Isabel Francisca da Silveira. Duas fotografias da área onde ficava a chácara de Ana Nóia, 2014..... | 45 |
| Figura 27 - Detalhe da Roça Velha e sua ligação com a estância de Dona Isabel Francisca da Silveira nas imagens aéreas, 1953 (esquerda) e 1965 (direita).....            | 46 |
| Figura 28 - Mapa da área doada para o Reverendo Padre Francisco José Machado, 1819 e vendida para Antonio José de Oliveira Castro em 1824.                               | 47 |
| Figura 29 - Imagem satélite das terras de Antonio José de Oliveira Castro, com seus limites aproximados, 2014.....                                                       | 48 |
| Figura 30 – Fotografia de uma das construções existente no terreno de Antonio José de Oliveira Castro, 2014.....                                                         | 48 |
| Figura 31 - Localização das terras de Antonio José de Oliveira Castro nas imagens aéreas de 1953 (esquerda) e 1965 (direita).....                                        | 49 |

|                                                                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 32 - Quadro da genealogia de Maria Regina da Fontoura e João Duarte Machado.....                                                   | 51 |
| Figura 33 - Localização da casa de morada da Estância Nossa Senhora dos Prazeres “de Pelotas”, seus limites até 1828 e confrontantes..... | 53 |
| Figura 34 – Pedras de moinho.....                                                                                                         | 56 |
| Figura 35- Limites aproximados da Estância Nossa Senhora dos Prazeres “de Pelotas” e casa de morada, 1853.....                            | 58 |
| Figura 36 - Localização da Charqueada dos Fontouras e sede.....                                                                           | 59 |
| Figura 37- Terreno da Charqueada da Costa.....                                                                                            | 60 |
| Figura 38- Terras do dote de Maria Augusta da Fontoura.....                                                                               | 60 |
| Figura 39-Vista aérea da vala Dona Clara.....                                                                                             | 61 |
| Figura 40- Foto da vala Dona Clara, 2014.....                                                                                             | 62 |
| Figura 41 - Provável localização do Potreiro da Praia e dote de Maria Augusta da Fontoura.....                                            | 63 |
| Figura 42- Localização aproximada das edificações e atividades identificadas nos documentos analisados.....                               | 64 |
| Figura 43- Vista aérea com a posição do provável curral.....                                                                              | 67 |
| Figura 44- Vista aérea do curral obtida pelo Google Maps e foto no interior do curral.....                                                | 68 |
| Figura 45- Detalhe do pomar.....                                                                                                          | 69 |
| Figura 46- A implantação dos elementos constituintes na Estância dos Prazeres.....                                                        | 70 |
| Figura 47- Planta da atual casa da família Assumpção. Em vermelho, provável núcleo original e em verde, suposto acréscimo.....            | 72 |
| Figura 48- Casa de morada da Estância dos Prazeres, atual residência da família Assumpção, Pelotas, RS- Laranjal.....                     | 72 |
| Figura 49- - Detalhe do mapa de 1781.....                                                                                                 | 74 |
| Figura 50- Localização aproximada de dois armazéns relatados na medição de 1812.....                                                      | 75 |
| Figura 51- Olaria da fazenda, lugar de tirar barro e a Roça Velha, segundo medição de 1812.....                                           | 76 |
| Figura 52- Mapa de 1781 com suposta representação da casa de morada (verde) e agregados (vermelho).....                                   | 77 |

|                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 53- Detalhe do mapa da medição de 1812, com agregado.....     | 78 |
| Figura 54- Detalhe do mapa de 1939, com a localização da capela..... | 80 |
| Figura 55- Oratório de sala, 2015.....                               | 85 |

## Lista de Tabelas

|                                                                                                                                                                                                                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 01-Patrimônio de João Duarte Machado, 1828. Fonte: Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.....                                                                                | 53 |
| Tabela 02- Listagem dos itens relacionados com as edificações e atividades dos documentos pesquisados. Fonte: Documentação listada nas fontes da pesquisa.....                                                                                                        | 65 |
| Tabela 03- Listagem dos móveis de João Duarte Machado (guarda, descanso, repouso e utilidade). 1828 Fonte: Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.....                               | 81 |
| Tabela 04- Listagem dos móveis de João Duarte Machado (devoção, luxo, utilidade, cozinha e objetos de decoração e tecidos), 1828. Fonte: Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828..... | 82 |

## **Lista de Siglas**

APRGS- Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

IHGRGS- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

IHGPEL- Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.

BPP- Biblioteca Pública de Pelotas.

RPTMP- Registro de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas.

BNRJ- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino.

FAPERGS- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

PROGRAU- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

LABURB- Laboratório de Arquitetura e Urbanismo.

UFPEL- Universidade Federal de Pelotas.

NEAB- Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira.

CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

IPM- Instituto Português de Museus.

FAURB- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

## **SUMÁRIO**

|                                                    |                                      |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                  | <b>1</b>                             |
| <b>CAPÍTULO 1 -</b>                                | <b>RIO GRANDE DE SÃO PEDRO</b>       |
| 1.1 Ocupação do Sul do Brasil                      | 4                                    |
| 1.2 Fundação da Comandância Militar                | 9                                    |
| 1.3 Imigração Açoriana                             | 12                                   |
| <b>CAPÍTULO 2 -</b>                                | <b>THOMÁS E BENTO NO RINCÃO</b>      |
| 2.1 Thomás no Rincão das Pelotas                   | 16                                   |
| 2.2 Bento no Rincão das Pelotas                    | 19                                   |
| 2.3 Bento e Isabel                                 | 21                                   |
| 2.4 Testamento de Manoel Bento da Rocha            | 25                                   |
| <b>CAPÍTULO 3 -</b>                                | <b>MEDIÇÕES DO RINCÃO</b>            |
| 3.1 Medição da Sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres | 28                                   |
| 3.2 Medição da Sesmaria Nossa Senhora da Conceição | 36                                   |
| 3.3 Medição Realizada em 1812                      | 38                                   |
| <b>CAPÍTULO 4 -</b>                                | <b>ISABEL NA ESTÂNCIA DE PELOTAS</b> |
| 4.1 Administração de Isabel                        | 39                                   |
| 4.2 Venda para Ignácio Barbosa                     | 40                                   |
| 4.3 Venda para Ignácio Bernardes e Pinto Martins   | 41                                   |
| 4.4 Roça Velha e Ana Nóia                          | 44                                   |
| 4.5 Doação para Pe. Francisco José Macedo          | 46                                   |
| 4.6 Testamento de Isabel Francisca da Silveira     | 50                                   |

## **CAPÍTULO 5 -**

## **SUCESSÃO DA ESTÂNCIA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DE PELOTAS**

|                                                      |           |
|------------------------------------------------------|-----------|
| <b>5.1 Partilha do Casal de Herdeiros</b>            | <b>51</b> |
| <b>5.2 Inventário de João Duarte Machado</b>         | <b>52</b> |
| <b>5.3 Bens Imóveis e Infraestrutura da Estância</b> | <b>54</b> |
| <b>5.4 Bens Móveis e Semoventes</b>                  | <b>54</b> |
| <b>5.4.1 Cativos</b>                                 | <b>55</b> |
| <b>5.4.2 Animais</b>                                 | <b>55</b> |
| <b>5.4.3 Meios de transporte e de trabalho</b>       | <b>55</b> |
| <b>5.5 Medição de 1831</b>                           | <b>56</b> |
| <b>5.6 Inventário de Maria Regina da Fontoura</b>    | <b>57</b> |
| <b>5.7 Bens Inventariados em 1853</b>                | <b>58</b> |
| <b>5.7.1 Trabalhadores escravizados</b>              | <b>63</b> |

## **CAPÍTULO 6 -**

## **ESTÂNCIA DOS PRAZERES**

|                                                 |           |
|-------------------------------------------------|-----------|
| <b>6.1 Estância e Implantação no Território</b> | <b>64</b> |
| <b>6.2 O Conjunto Edificado da Estância</b>     | <b>69</b> |
| <b>6.2.1 Casa de morada e cozinha</b>           | <b>70</b> |
| <b>6.2.2 Armazéns</b>                           | <b>73</b> |
| <b>6.2.3 Olarias</b>                            | <b>75</b> |
| <b>6.2.4 Edificações dos agregados</b>          | <b>77</b> |
| <b>6.2.5 Capela</b>                             | <b>79</b> |

## **CAPÍTULO 7 -**

## **MOBILIÁRIO INVENTARIADO NA ESTÂNCIA DOS PRAZERES**

|                                                      |           |
|------------------------------------------------------|-----------|
| <b>7.1 Móveis e Objetos da Casa</b>                  | <b>81</b> |
| <b>7.2 Bens na Reconstituição do Estilo Familiar</b> | <b>83</b> |
| <b>7.2.1 Espaço de sala</b>                          | <b>84</b> |
| <b>7.2.2 Área de dormitório(s)</b>                   | <b>88</b> |
| <b>7.2.3 Cozinha</b>                                 | <b>90</b> |

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                             | 92  |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                      | 96  |
| <b>ANEXO I - Testamento de Manoel Bento da Rocha</b>    | 104 |
| <b>ANEXO II - Bens Avaliados de João Duarte Machado</b> | 112 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratou da história da Estância dos Prazeres no Rio Grande do Sul. Nas fontes primárias do final do século XVIII e ao longo do século XIX apareceram as denominações estância ou fazenda para uma mesma propriedade, sendo, portanto, sinônimos para esse período histórico.

A origem da palavra Fazenda vem da língua espanhola de “*Hacienda*”, englobando as riquezas agrárias e pode ser utilizada tanto para a criação de gados, como também para a produção agrícola, independente de uma ou outra. (OSÓRIO, 1999).

O estancieiro, segundo Julio Nicolau Barros de Curtis, chefiava a estância e servia como sentinela do território, sendo recompensado pela Coroa com concessões de sesmarias. “Iniciava-se o coronelismo brasileiro; e a exigência de permanente estado de alerta, aliado a discrição de uma economia ainda tímida, não lhe permitia tranquilidade para inovações estéticas ou funcionais” (CURTIS, 2006, p. 169).

A pesquisa tem como área de estudo o território do antigo Rincão das Pelotas. Este Rincão foi formado por duas sesmarias, cujos limites: o arroio Correntes ao norte e o canal São Gonçalo ao sul, a serra dos Tapes a oeste e a laguna dos Patos a leste.

O recorte temporal ficou entre 1758, data referida da posse do Rincão por Tomás Luis Osório, e 1853, quando do inventário *post-mortem* da primeira herdeira Maria Regina da Fontoura.

As estâncias são um tema amplamente abordado em literatura histórica, economia e sociopolítica, mas de pouco conhecimento em arquitetura. Apenas duas dissertações de mestrado trataram da história da arquitetura das estâncias do Rio Grande do Sul: Luccas (1997) e Silva (2003).

A margem direita do arroio Pelotas tem recebido atenção de diversos estudos, tanto das áreas junto ao arroio (GUTIERREZ, 2011), quando da formação da cidade (GUTIERREZ, 1999; OSÓRIO, 1997; NASCIMENTO, 1989). No trabalho de Gutierrez (2011), a margem direita do arroio Pelotas foi detalhada em sua divisão dos terrenos, as atividades desenvolvidas e os proprietários de cada lote. No entanto, para a margem esquerda do arroio

Pelotas só são referidas: uma charqueada pertencente a família Assumpção (GUTIERREZ, 2011) e a Estância do Laranjal (NASCIMENTO, 1989). Estes trabalhos não nos esclareceram como se dava a ocupação da margem esquerda do arroio Pelotas como um todo.

A metodologia aplicada fez uso de fontes históricas como inventários *post-mortem*, medições e mapas. Nestes documentos, os bens listados têm sido empregados para compreender a formação do território da fronteira meridional do Brasil, em especial, a propriedade situada na margem norte do canal São Gonçalo com a margem esquerda do arroio Pelotas, lugar no qual se implantou a Estância dos Prazeres. Os bens inventariados forneceram informações para determinar a localização e compreensão dos elementos que compunham a estância.

Entre os autores que empregaram inventários na construção da história puderam ser citados Fabio Kühn, com a tese "**Gente da Fronteira**", 2006; Rachel Marques e a dissertação "**Por cima da carne seca**", 2011 e Gutierrez com "**Negros, charqueadas e olarias**", 2011. Para os bens móveis puderam ser citados Maria Flexor com o livro "**Mobiliário Baiano**", 2009; Olanda Vilaça com a tese "**Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime**", 2012 e Linda Maria Mafra de Oliveira com o artigo "Os inventários *post-mortem*: documentos de vivências senhoriais", 2012.

Os relatos dos antigos viajantes como Auguste Saint Hilaire em "**Viagem a província do Rio Grande do Sul**" [1820-1821], 1974; Nicolau Dreys em "**Noticia descritiva da província de Rio Grande de São Pedro do Sul**" [1817], 1927 e Isabelle Arsène com "**Viagem ao Rio Grande do Sul**" [1833-1834], 1983 nos remeteram as vivências da época.

Estes textos ajudaram teórica e metodologicamente a presente pesquisa e serviram para fazer comparações preliminares entre os achados locais e aqueles referidos pelos autores citados.

Para contextualizar o recorte espacial da pesquisa, num dado momento histórico inicialmente, se traçou um panorama no processo de ocupação. Para guiar a investigação na documentação primária foram agrupadas as informações sobre a origem e linhagem das famílias que atuaram no lugar. As

fontes foram encontradas, sobretudo no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Arquivo Nacional, e foram fotografadas, paleografadas e transcritas.

Destacam-se os inventários e medições, que na sua riqueza narrativa, auxiliaram na construção de mapas e forneceram um detalhamento das benfeitorias, além de sugerirem atividades econômicas presentes nas propriedades. Também um exame sobre as legislações e recomendações régias indicou um painel da ação jurídica estabelecida pelo Estado.

O trabalho apresentado foi dividido em sete capítulos, sendo o primeiro intitulado **Rio Grande de São Pedro**, observou o processo de ocupação do sul do Brasil, dentro de uma perspectiva politico-histórico geográfico. O segundo capítulo, **Thomás e Bento no Rincão**, onde o Rincão passa da posse de Thomás Luis Osório para Manoel Bento da Rocha e finaliza com o testamento de Bento da Rocha. No terceiro capítulo, **Medições do Rincão**, analisou as medições da área do Rincão pela viúva, fornecendo um panorama da estância e suas permanências na paisagem. No quarto capítulo, **Isabel na Estância de Pelotas**, foram realizadas negociações de glebas pela viúva Isabel Francisca da Silveira, até o ano de sua morte. Para o quinto capítulo, **Sucessão da Estância Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas**, os inventários e medições do casal de herdeiros foram observados para relacionar os bens imóveis herdados. O capítulo sexto, **Estância dos Prazeres**, foram definidos os elementos da produção agropastoril e o conjunto edificado, com uma reflexão entre a documentação das fontes primárias e as fazendas estudadas no Rio Grande do Sul, no nosso recorte temporal. O último capítulo, **Bens Móveis Inventariados na Estância dos Prazeres**, observou valores e utilidade dos bens móveis para entender suas funções, traçando um perfil do modo de vida da família.

## **CAPÍTULO 1**

### **RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL**

#### **1.1 Ocupação do Sul do Brasil**

A ocupação dos territórios na atual fronteira sul do Brasil ocorreu a partir do século XVIII. Inicialmente os conquistadores portugueses se estabeleceram nos limites das Capitanias Hereditárias distribuídas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). A última Capitania portuguesa se situava no extremo meridional era denominada São Vicente (1532), hoje estado de São Paulo. Os espanhóis se fixaram na margem direita do Rio da Prata, onde iniciaram a formação de Buenos Aires (1536).

No começo o Rio da Prata servia como divisória entre portugueses e espanhóis. Esta região era um pólo de comércio legal e ilegal dos couros, da prata, de cativos e de bens manufaturados (CESAR, 1980).

Com o fim da União Ibérica (1580-1640) as transações comerciais entre as coroa portuguesa e espanhola tornavam-se complicadas. A primeira estratégia portuguesa para ampliar suas fronteiras foi fundar a Colônia de Sacramento em 1680, estabelecida defronte Buenos Aires, na margem oposta do Rio da Prata. Esta iniciativa foi apoiada por investidores comerciais do Rio de Janeiro. Paralelamente, foi implantado o chamado "quinto dos couros", um imposto cobrado sobre os couros comercializados, aumentando o lucro nas transações comerciais do gado retirado de Sacramento (HAMEISTER, 2002).

Os conquistadores portugueses e espanhóis travaram disputa militar para firmar suas fronteiras, alternando sucessivamente a posse do território de Sacramento. Somente com o Tratado de Utrecht, de 1715, foi avalizada a presença portuguesa em Sacramento. Imediatamente, Portugal assentou casais açorianos no território para dar apoio militar e incrementar o comércio com a agricultura e a pecuária.

Os espanhóis descontentes com a resolução do tratado ocuparam Montevideu (1724), no território em disputa. Os portugueses tinham avançado em Laguna (1684), no sul do atual estado de Santa Catarina, para dar apoio

militar à Colônia de Sacramento. A guerra entre as duas coroas para conquista territorial tornava-se acirrada.

Para entender a formação territorial Milton Santos (1979) se apoiou no espaço geográfico, como resultado da construção social ligada ao interesse de diferentes grupos. Disse:

O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (SANTOS, 1997, p. 164).

Um grande atrativo na região foi a presença de grandes manadas de gado que se reproduziram na Bacia da Prata, resultado da presença dos missioneiros jesuítas quando formaram as chamadas reduções. Quando a coroa portuguesa percebeu que o gado selvagem se disseminava pelas margens do rio da Prata reproduzindo-se enormemente, e que estava avançando para norte, acarretou um maior interesse pela região sul.

As reduções eram aldeamentos indígenas organizados e administrados por jesuítas missioneiros. Tornaram-se desenvolvidas e auto-suficiente dedicando-se a economia pastoril, com a criação de gado e o plantio de milho, mandioca, batata, legumes, frutas, tabaco e, em especial, erva mate.

No entanto, os jesuítas missioneiros eram constantemente atacados pelos bandeirantes paulistas e os *encomendeiros* espanhóis. Os indígenas eram escravizados ou massacrados, e as reduções saqueadas, o que provocou a transferência dos jesuítas para a margem oposta do rio Uruguai. (MARQUES, 2011).

Depois da saída dos missioneiros, o gado que por ali ficou reproduziu-se, criando enormes rebanhos, deu origem a enormes manadas de gado selvagem que se espalhou, sobretudo, no território compreendido entre as lagoas Mirim e Mangueira e o oceano Atlântico (Figura 01), na chamada Vacaria do Mar (GUTIERREZ, 2011).

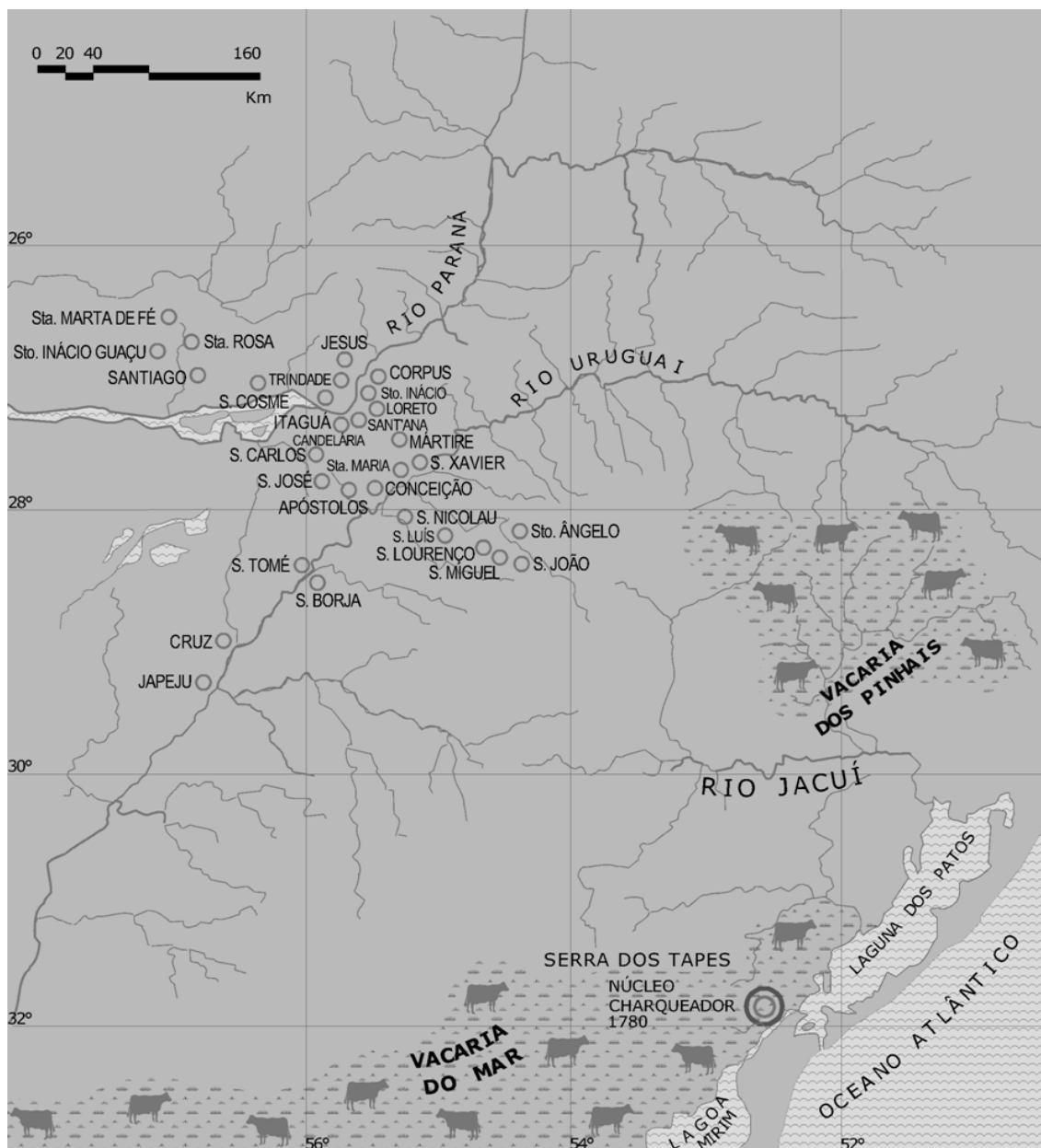


Figura 01 - Vacarias. Fonte: Gutierrez, Ester. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo do espaço pelotense.** 2011, p.37.

Com a descoberta das minas na colônia luso-brasileira (1720), no atual estado de Minas Gerais, houve aumento na demanda da alimentação de animais para transporte. Portanto, surgiu a necessidade da criação de caminhos mais seguros e rápidos, para facilitar o deslocamento das tropas.

Por ordem da coroa portuguesa foi solicitado ao sargento mor Francisco Souza e Faria que se deslocasse de São Paulo até Laguna para a consolidação de um caminho para condução das tropas do sul para os Campos Gerais de Curitiba. Mas, os moradores de Laguna estavam receosos com o

que esta nova estrada pudesse gerar à população estabelecida na área, e dificultaram o trabalho de Souza e Faria.

Foi então que, Cristovão Pereira de Abreu, informado da situação deslocou-se da Colônia de Sacramento, onde se encontrava, em direção a Laguna.

O auxílio de outros homens se fez necessário. Movidos por interesses particulares, quais sejam, negociar os gados transformando o tesouro animal existente nas pastagens em riqueza comercializável. Conhecedores da força e das fraquezas dos lagunistas, estes homens, os "particulares" da Colônia de Sacramento, se uniram ao esforço de Souza Faria (HAMEISTER, 2002, p. 106).

Com a situação resolvida, Cristovão Pereira de Abreu retornou para Colônia de Sacramento e arrebanhou uma tropa de gado, encaminhando em direção a Sorocaba. Lá chegando, informou que o caminho necessitava de alguns reparos. Com autorização obtida, refêz a rota da estrada, corrigindo o traçado original e criando um atalho dos Campos de Viamão para os Campos de Cima da Serra.

A rota Viamão, Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, campos de Vacaria, passo Santa Vitória, Coxilha Rica - denominada de Caminho de Viamão, Caminho do Sertão, Estrada Real de Viamão, Caminho das Tropas, Real Caminho de Viamão - constituiu o principal caminho terrestre ligando os territórios sulinos à antiga rota tropeira Lages/Curitiba/Sorocaba/São Paulo/Minas Gerais do Ouro, conhecida como Estrada Real (MAESTRI, 2010, p.82).

Segundo A historiadora Cristiane Maria Magalhães, as estradas eram as únicas vias autorizadas e fiscalizadas pela coroa para circulação de pessoas e mercadorias. No geral, as estradas aproveitaram alguns trechos e trilhas abertas na mata densa pelos indígenas. Nestas vias existiam postos de fiscalização e controle, denominados de registros, em locais estratégicos como, por exemplo, as margens dos rios (MAGALHÃES, 2007). Como foi retratado por Debret em 1827 (Figura 02).



Figura 02- O Jaguaricatu, Jean Baptista Debret, gravura, 1827. Fonte: Litografia nº 47 de, II volume do *Voyage pittoresque au Brésil*. Disponível em: <[http://radionajua.com.br/media/noticias/irati\\_de\\_todos\\_nos/1284574919\\_0.57380400\\_5938260.JPG](http://radionajua.com.br/media/noticias/irati_de_todos_nos/1284574919_0.57380400_5938260.JPG)>. Acesso em: 20/03/2015.

Com o grande fluxo que ocorria nas minas por garimpeiros chegados de todas as regiões, o sul tornou-se de grande atrativo para o abastecimento da alimentação e transporte. Daí, intensificou-se o comércio através de Sorocaba, com o fornecimento de gado e de mulas.

Na segunda metade do século XVIII mapas indicavam a Estrada Real, cortando os campos pelas margens do interior da laguna dos Patos, ligando o caminho das tropas com Porto Alegre. Assim, evitava os bancos de areia, a pouca pastagem e a travessia de rios caudalosos, que cortavam a estrada que costeava a faixa litorânea.

Intensificou-se o tropeirismo, que além de suprir as necessidades das minas, contribuiu na conquista das fronteiras. Expandiu e acumulou capital, conquistou terras e saqueou o gado. Os locais de pouso deram origem aos currais, estâncias e povoados (MATTOS, 1984).

O caminho das tropas foi o responsável por fazer chegar ao sudeste colonial as mulas e cavalgadas que foram usadas no transporte de cargas no interior, abastecendo os sertões mineradores e, de lá, escoando o ouro (HAMEISTER, 2002, p. 60)

## **2.2 Fundação da Comandância Militar**

Em 1735, o cerco das tropas espanholas começou a pressionar a colônia portuguesa, então o governador de Sacramento, buscou auxílio. Solicitou soldados, armamentos e mantimentos para o governo de São Paulo, de modo a poder enfrentar o ataque iminente do inimigo. Na mesma ocasião, pediu ajuda ao coronel das ordenanças Cristovão Pereira de Abreu, pois era um homem que já tinha bom conhecimento da área e boas relações com os índios no comércio dos couros.

Cristovão Pereira de Abreu se instalou em Rio Grande de São Pedro com sua tropa e construiu pequenos fortins para aguardar a chegada de Silva Paes. Ao mesmo tempo, arrebanhou grande manada de gado para comércio com Sorocaba e para sua estância, que se localizava na parte norte da vila (NUNES, 2009).

Em Rio Grande de São Pedro, o presídio Jesus Maria José, conhecido como forte, foi construído pelo engenheiro militar José da Silva Paes no ano de 1737. Serviu de alojamento às tropas militares e de apoio às comunicações por terra entre Laguna e Colônia de Sacramento.

O Forte fixou o porto na margem direita do canal da barra, proporcionando uma ancoragem mais segura para os navios que chegavam pelo mar aberto. Tornou-se um polo comercial para os produtos de varias regiões da América Portuguesa e Espanhola. Manteve um volumoso comércio e foi ponto de chegada para escravos (BERUTE, 2011). Após a construção do Forte, o Conselho Ultramarino tratou da convocação de casais açorianos para reduzir o transporte de mantimentos do Rio de Janeiro, incentivando a agricultura.

Saint Hilaire (1820/1821) observou o enriquecimento econômico e a ascensão social da população de Rio Grande de São Pedro, onde os habitantes faziam fortunas com a atividade mercantil. Eram europeus sem educação, mas que tinham o poder até mesmo para comprar a comenda da Ordem de Cristo, o que ele julgava símbolo de riqueza e fruto da corrupção (SAINT HILAIRE, 1974).

Segundo Dreys (1839), existiam bancos de areia causadores de muitos naufrágios, próximos ao ancoradouro de Rio Grande de São Pedro. As grandes

embarcações que chegavam deveriam atracar aproximadamente a duas léguas (13.200 metros) da costa. O canal navegável natural fica nas margens de São José do Norte, por isso, navios de maior calado não podiam atracar em Rio Grande, dirigindo-se para o porto em pequenos barcos. Com a instalação da vila de Rio Grande de São Pedro, na desembocadura após o saco da Mangueira, o atraque dos navios foi facilitado (DREYS, 1927).

A navegação era dificultada pela pouca quantidade de mapas. Existiam poucos, como um francês do sul do Brasil elaborado no ano de 1764, onde constava o Forte Jesus Maia José, e o porto de Rio Grande de São Pedro, denominado Port Saint Pierre, mas bastante impreciso (Figura 03).



Figura 03- Mapa da costa do Brasil. Tomo II, nº 49, 1764. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acessado <[http://farm3.static.flickr.com/2160/2172019165\\_aed0036ddc\\_b.jpg](http://farm3.static.flickr.com/2160/2172019165_aed0036ddc_b.jpg)> em 22/04/2015.

O mapa identificava a entrada da enseada de Rio Grande de São Pedro, mas a laguna dos Patos não tinha grande significado, talvez por desconhecimento dos franceses. A cartografia iniciou uma maior precisão quando o homem atingiu a região por terra, fazendo medições auxiliadas pela geodésica para o traçado de mapas manuscritos, adquirindo maior precisão à cada tratado de limites, com a identificação das redes hidrográficas, seus

traçados, direções e os acidentes geográficos, sendo possível localizar as sesmarias, consequentemente, garantindo a posse da Coroa (IHGRGS, 2008).

Em sua estada em Rio Grande de São Pedro, Dreys (1839) descreveu a geografia da região minuciosamente. Relatou que já existia, e ainda existe, um farol chamado "Atalaia", sinalizado por balizas, que direcionava os navegadores e auxiliava as embarcações, para que não encalhassem nos bancos de areia. Também descreveu que haviam várias ilhas localizadas no desaguadouro da laguna dos Patos, tais como: Torotama, Marinheiros e outras menores.

Torotama e Marinheiros foram destacadas pela pouca presença de areia e pelos matos que abasteciam Rio Grande de São Pedro com lenha, e também por lá existir água límpida de boa qualidade através de cacimbas (Figura 04). Torotama era uma ilha de pouca povoação, composta por pescadores e cativos empregados na manutenção das quintas e da criação de algum gado (DREYS,1927)

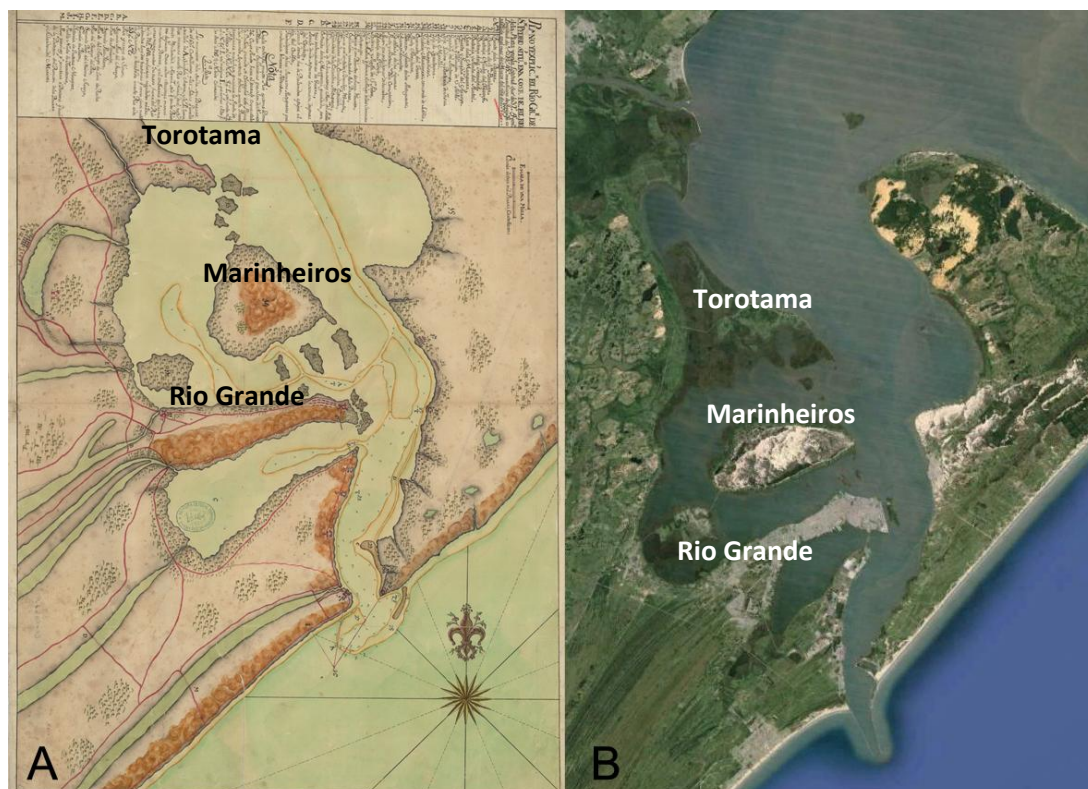


Figura 04 – A) Mapa Plano del Rio Grande de São Pedro, situado ao N/E do Rio da Prata, 1776. Fonte: Ministério da Defesa. Instituto de História e Cultura Militar. Arquivo Geral Militar de Madrid, Espanha. Acessado <[http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=818&muda\\_idioma=PT](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=818&muda_idioma=PT)> em 22/04/2015; B) Imagem de satélite do Google Maps acessado em 22/04/2015.

## 2.3 Imigração Açoriana

Durante a ocupação portuguesa foram doadas grandes extensões de terras, as sesmarias, que também auxiliaram para assentar estâncias e fixar população a serviço dos lusitanos.

As glebas de terras demarcadas e distribuídas, em Portugal e suas colônias, receberam a denominação de sesmarias. Ao longo dos anos, esse processo teve diversas legislações e ocorreu de modo distinto, na sede e nas colônias (SILVA, 2008).

Rio Grande de São Pedro gerou uma grande movimentação de pessoas e mercadorias, onde era constante a presença de tropeiros ligados ao comércio. E, paralelamente, o contrabando, causando um conflito nas estâncias com o roubo de gado.

Em Rio Grande de São Pedro, desde 1741, existiam estabelecidas quarenta e quatro estâncias, que ocupavam o norte e o sul da vila. As estâncias pertenciam a militares portugueses que haviam contribuído para a defesa do território, onde o manejo do gado era uma prática lucrativa para os proprietários (Figura 05).

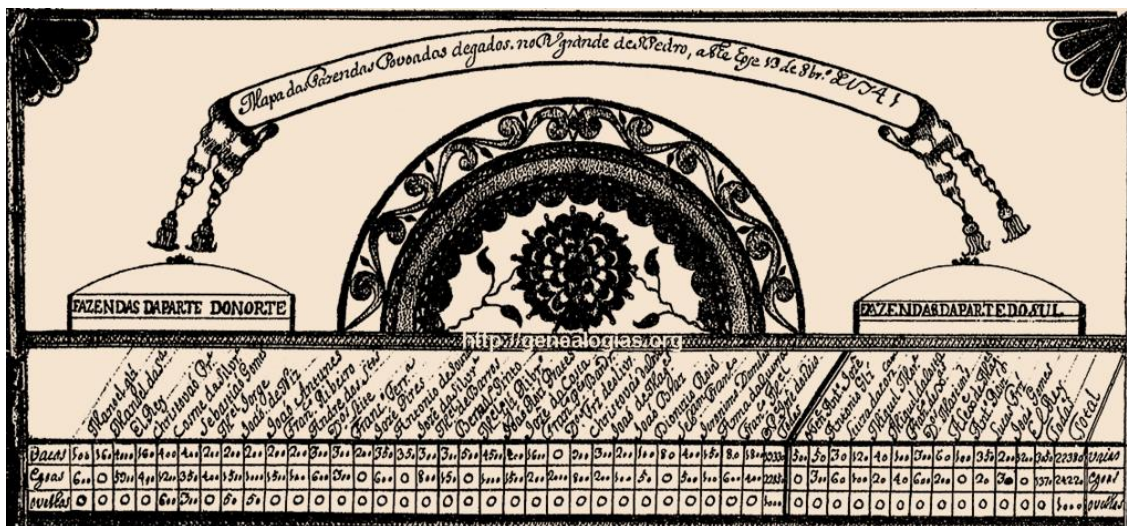


Figura 05- Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro em 13 de outubro de 1741. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Sul. Cx. 1, D. 41. Acessado < buratto.org/gens/MapaPropRS.gif> em 22/04/2015.

Para incentivar o controle e povoamento, onde o interesse maior era a posse do território, foi criado o Edital de 1747, promovendo a vinda de casais

das ilhas dos Açores. A imigração de açorianos era uma prática realizada pelos portugueses, mas o edital servia diretamente para assegurar as possessões lusas através de uma política de imigração promovida pela coroa portuguesa (TORRES, 2001).

O documento mostrava a intenção da administração em formar povoados baseados na pequena propriedade, e para atrair os chamados "casais de numero" ou "casais da majestade". Como privilégios, forneciam transporte até o porto de chegada e ajuda financeira no período de instalação e adaptação, ou seja, até a primeira colheita.

Todos os casais deveriam ser católicos, na faixa etária de até quarenta anos para os homens e as mulheres trinta anos de idade, e para os homens incluía a liberação do serviço militar. Prometiam ajuda de custo com o fornecimento de alimento, instrumentos agrícolas e animais. Outra vantagem incluía a doação de "um quarto de légua em quadra" (2.722.500 m<sup>2</sup>) para as famílias que seriam isentas por cinco anos de qualquer imposto, salvo os dízimos da igreja (COMISSOLI, 2006).

O Edital foi lançado nas ilhas, atraindo os açorianos que viviam pressionados pela alta taxa demográfica e um baixo crescimento econômico. Além de, continuamente, sentirem-se ameaçados pelos vulcões e terremotos que assolavam as ilhas.

A viagem foi realizada em navios cargueiros, onde as condições de espaço e higiene eram precárias. Muitas pessoas sucumbiram durante o trajeto assoladas pela fome, sede, doenças e maus tratos durante a viagem, causando uma alta taxa de mortalidade.

A chegada dos casais foi na ilha de Santa Catarina, no porto do Desterro, e de lá seriam distribuídos para se estabelecerem em outras regiões do estado. O propósito inicial da coroa seria estabelecer os casais na região das Missões. Mas, no momento da chegada dos imigrantes açorianos, houve o problema da demarcação das fronteiras. Os guaranis resistiram sair do lugar, então muitos casais se dirigiram para Rio Grande de São Pedro.

Quanto às terras prometidas para as famílias açorianas para se estabelecerem, ficou na promessa, pois duraria mais de vinte anos para entrar em prática (PESAVENTO, 1980). O "um quarto de légua em quadra" prometido pelo Edital foi título de um romance histórico de Luiz Antonio de Assis Brasil

(1976), onde narrou, em forma de diário, a história do médico Gaspar de Fróis, que se encaixou entre os casais imigrantes na viagem das ilhas para o Brasil. Descreveu a precariedade do deslocamento e a falta de planejamento, a improvisação dos portugueses para assentar as famílias imigrantes (ASSIS BRASIL, 1976).

Os casais açorianos se estabeleceram em pequenas propriedades geralmente em zonas lançadas dentro das sesmarias existentes e requeridas pela coroa portuguesa, contribuíram com mão de obra familiar na agricultura.

A missão de ocupar, guardar, defender e aumentar o patrimônio territorial e moral da pátria era uma missão de tal maneira transcendente, que os índios, animalizados, e os negros escravos, meros instrumentos humanos de trabalho, seriam incapazes de realizar. Os novos colonizadores iam receber o legado de conservarem ilesos os ideais portugueses (FORTES, 1978, p. 76).

Em 1750 foi firmado o Tratado de Madrid, no qual os portugueses trocariam com os espanhóis a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Alguns índios permaneceram na região dos Sete Povos até as demarcações das terras firmadas pelo Tratado e lutaram contra as tropas da coroa nas Guerras Guaraníticas, no período de 1754 a 1756.

Mas a continuidade da posse das terras na região de Rio Grande de São Pedro tornou-se vulnerável, pois os portugueses não entregaram a Colônia do Sacramento como o estipulado no Tratado de Madrid de 1750. A atitude dos lusos afrontou aos espanhóis. Então, em 1763, as tropas espanholas, invadiram a vila de Rio Grande de São Pedro, dispersando a população (MARQUES, 2011).

Entre os habitantes dispersos pelo conflito encontravam-se os casais vindos pelo Edital de 1747, que procuraram refúgio em zonas distantes, como a região de Viamão. Outros se protegeram na serra dos Tapes ou nas margens do canal São Gonçalo. Durante treze anos, até 1776, ocuparam rincões desabitados (OSÓRIO, 1997).

Com o Tratado de Santo Ildefonso 1777, foram definidos os limites territoriais da região sul da América. A coroa portuguesa perdeu definitivamente a Colônia do Sacramento, mas o tratado proporcionou certa estabilidade. Foi então que muitos dos antigos habitantes começaram a retomada de suas terras.

A pecuária se expandiu pelos campos incorporados pelo Tratado de Santo Ildefonso e teve instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo (1782), próxima a atual lagoa Pequena. A região tornou-se principal centro do comércio, ligando o Rio Grande do Sul com o Rio de Janeiro e os territórios platinos (QUEIROZ, 1992).

Na virada do século XVIII, emergiu próxima a laguna dos Patos, a produção de trigo. A mão de obra familiar açoriana e seus descendentes, auxiliada pelo trabalho escravizado, trouxe uma complexidade ao sistema produtivo com os estancieiros, charqueadores e comerciantes (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001).

## CAPÍTULO 2

### THOMÁS E BENTO NO RINCÃO

#### 2.1 Thomás no Rincão Das Pelotas

Foram várias as doações de sesmarias que contribuíram para a formação do município de Pelotas, sendo que a primeira doação por carta de sesmaria ocorreu em 18 de junho de 1758. O governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, cedeu uma área denominada “Rincão das Pelotas”, para o coronel Thomaz Luiz Osório (NASCIMENTO, 1982).

A definição para o termo rincão dada pelos dicionários da língua portuguesa seria de um esconderijo ou lugar retirado; um recanto. Também pode significar parte de um campo cercado de acidentes naturais.

Tomás Luis Osório, por sua bravura nas lutas guaraníticas, foi recompensado com a sesmaria nos campos localizados no extremo sul, próximos da barra do canal São Gonçalo, cercados por mata nativa e arroios, até encontrar a serra dos Tapes. Fernando Luis Osório (1922) encontrou uma cópia dessa doação na Intendência Municipal de Pelotas e descreveu a sua localização através de seus limitantes naturais “do arroio Pelotas até o arroio Correntes, e da laguna dos Patos até um lugar chamado de Canguçu”. (OSÓRIO, 1997, p. 17).

O então coronel de Dragões, comandante das tropas de cavalaria, Tomás Luis Osório, tinha como dever proteger os limites portugueses dos espanhóis. Para tal, construiu a fortaleza de Santa Tereza em 1762, no atual Uruguai e junto ao litoral. Os fortes São Miguel e Santa Tereza foram erguidos para criar uma linha de defesa ao sul e impedir o avanço das tropas inimigas que se aproximavam por terra, vindos da Colônia de Sacramento para a vila do Rio Grande de São Pedro.

Em 1763 uma junta governativa de estado da Marinha e Ultramar, que havia assumido o governo devido à morte do conde de Bobadela, estava preocupada com o avanço espanhol. A junta enviou carta para Tomas Luis

Osório e alertou o perigo que se aproximava da vila de Rio Grande de São Pedro:

"[...] porem assentando vossa senhoria com os seus Officiais em conselho que He impossivel resistir a força do inimigo será prudente acordo o retirar-se para conservar a sua Tropa pella não deixar ou morta ou prیزیoneira [...]" (BIBLOS, 1987, p.62).

No mesmo ano, com a fortaleza ainda em construção, as tropas espanholas tomaram posse da fortaleza, sem grande resistência de Tomás Luis Osório e sua tropa. Com o término da guerra, Osório foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, sendo interrogado e solto (MONTEIRO, 1937).

Do Rio de Janeiro dirigiu-se para Minas Gerais e, em sua estada foi acusado de dar esconderijo à um jesuíta, o que causou nova prisão. Foi conduzido para Lisboa e enforcado no dia 21 de abril de 1768, sem direito de defesa (GUTIERREZ, 2011).

D. Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco acompanhou seu esposo até Lisboa e em seguida retornou para Minas Gerais em busca de provas para inocentá-lo.

Segundo Heloisa Nascimento, a esposa do condenado, quando esteve no Brasil em busca de provas, penhorou suas terras para Manoel Bento da Rocha, na promessa de vendê-las no seu próximo retorno. Quando chegou a Lisboa seu esposo já tinha sido enforcado. Na sua volta ao Rio Grande, solicitou ser reempossada de suas terras. Obteve novamente a posse em 23 de janeiro de 1779 e vendeu a propriedade no mesmo ano, como havia prometido (NASCIMENTO, 1982).

Um mapa desenhado em 1777 pelo tenente da infantaria de Santos, Manoel de Araujo, identificou as terras entre os arroios Pelotas e Correntes como o "Rincão do coronel Thomaz Luiz Osório". Embora, nesta época, o mesmo já estivesse morto (Figuras 06 e 07).

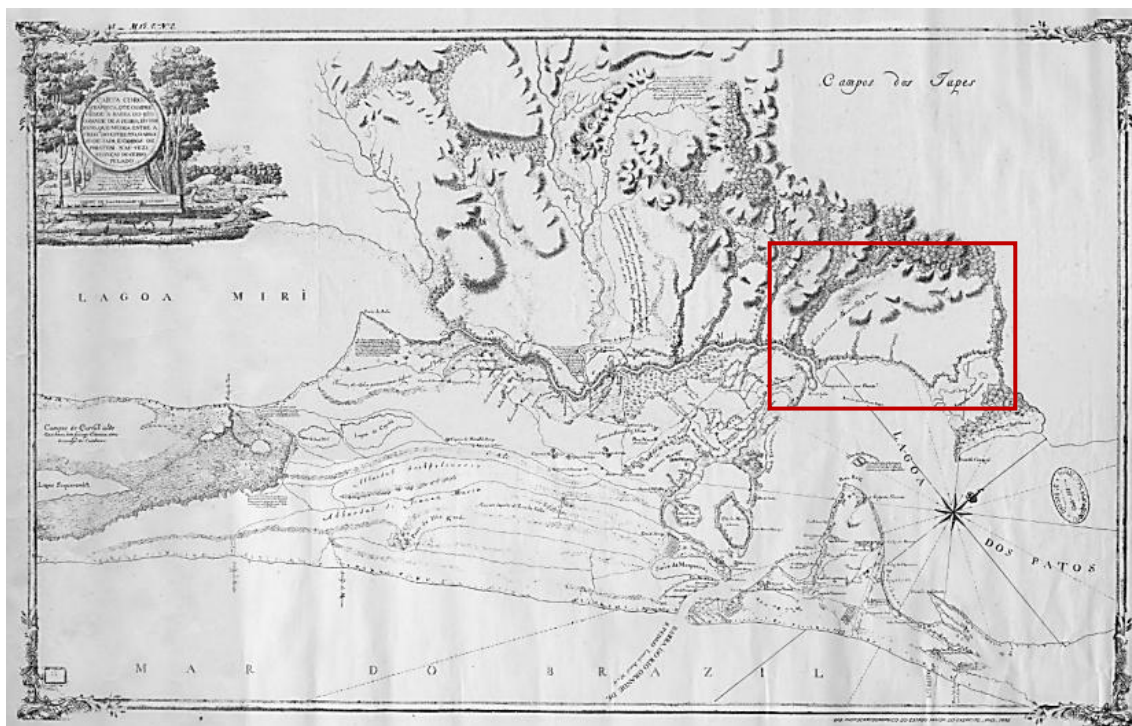


Figura 06 - Mapa Campos dos Tapes, 1777. Fonte: Gabinete fotocartografico do Estado Maior do Exercito- Rio- 1936, acervo de Guilherme Almeida.



Figura 07 – Detalhe do mapa Campos dos Tapes com o Rincão do coronel Thomaz Luiz Osório.

Foi localizado um extrato de título, na Biblioteca Municipal de Pelotas, onde constava que a viúva de Tomás Luiz Osório vendera o Rincão de Pelotas

em 4 de junho de 1779, conjuntamente com os filhos Romão e "B...", ao capitão Manoel Bento da Rocha (Figura 08).

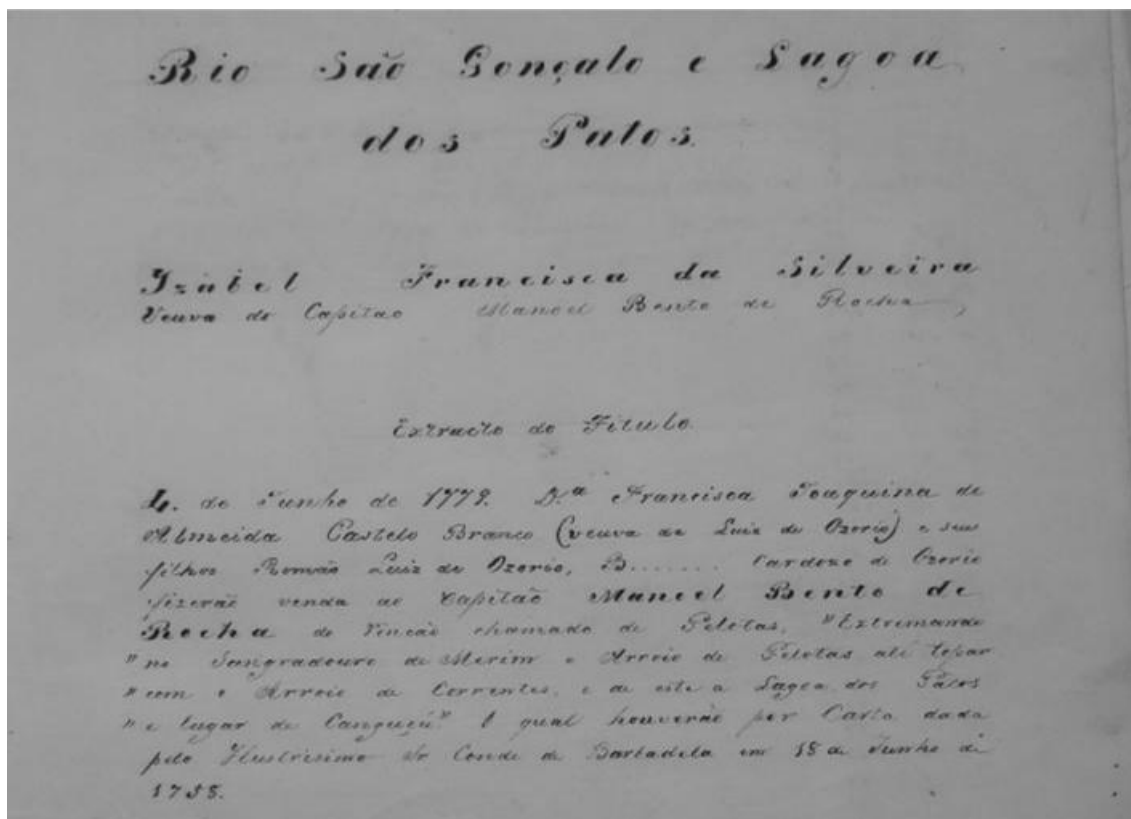


Figura 08- Detalhe do extrato de título, Rio São Gonçalo e Lagoa dos Patos, 1779.  
Fonte: Biblioteca Publica Pelotense, Livro de Registro de Prédios e Terrenos, Livro 006, p. 11.

## 2.2 Bento no Rincão Das Pelotas

Em um mapa datado de 12 de abril de 1781, do Arquivo Nacional, consta o texto “Estância do Capitão Manoel Bento da Rocha”, na área compreendida entre os arroios Pelotas e Contagem e “Estância de Ignácio Antonio”, entre os arroios Pelotas e Santa Barbara (Figura 09).

O mapa continha uma explicação de que o Rincão pertencia a Manoel Bento da Rocha, localizado entre os arroios Pelotas e Contagem. O Rincão, entre os arroios Contagem e Correntes, seria dividido para os casais vindos de Maldonado.

O Rincão de Ignácio Antonio, entre os arroios Pelotas e Santa Barbara, foi dividido entre vinte casais numerados nas margens do sangradouro da Mirim, sendo que o restante das terras permaneceria com o proprietário. Os



da Rocha, os campos chamados Rincão das Pelotas. Possuía a extensão de cinco léguas (33.000 m) incompletas e meia légua (3.300 m) de largura na maior parte. A área tinha como limites o arroio Pelotas, o canal São Gonçalo, a laguna dos Patos, o arroio Contagem e a serra dos Tapes (ARQUIVO NACIONAL, Notação BI- 14.2, folhas 3 e 4).

### 2.3 Bento e Isabel

Manoel Bento da Rocha, nascido em Braga, filho de Ângela Leite, sem confirmação de pai e irmãos. Estabeleceu-se em Rio Grande de São Pedro em 1750, aproximadamente. Vindo do Rio de Janeiro, era comerciante e homem respeitado.

Isabel Francisca da Silveira, açoriana e filha do casal Antonio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira, com oito irmãos. Sua família chegou a Rio Grande de São Pedro por volta de 1752, cinco anos após o lançamento do Edital de 1747.

O casal Antônio Furtado de Mendonça, nascido na ilha do Faial, e Isabel da Silveira, na ilha Terceira, tiveram seus filhos todos nascidos antes do embarque para o continente Americano (Figura 10).

O casamento era uma estratégia para a ampliação da posição social, pois a manutenção ou a ascensão de uma posição social não dependia somente do poder econômico.

As quatro filhas do casal realizaram bons casamentos: Antônia Maria da Silveira casou com o capitão e piloto Mateus Inácio da Silveira, igualmente da ilha do Faial. Ana Inácia da Silveira contratou núpcias com o rico comerciante português Manuel Fernandes Vieira, natural de Braga, com negócios em Laguna, na ilha de Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em Salvador e, que também era capitão de Mar e Guerra *ad honorem*. Mariana Eufrásia da Silveira teve enlace matrimonial com Francisco Pires Casado, nascido na ilha do Pico, foi capitão, depois se tornou sargento mor. Para a mais moça, Isabel Francisca da Silveira, coube o marido mais rico e influente, que se tornou líder do grupo familiar: Manuel Bento da Rocha (IHGP, 2015).

| GENEALOGIA FAMILIA SILVEIRA (FAIAL)- Freguesia de São Pedro do Rio Grande (1752) |           |         |             |                            |                                             |                               |                                     |                             |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------|-------------|----------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| José Furtado de Mendonça<br>Engracia da Silveira                                 |           |         |             |                            | Amaro Dutra de Andrade<br>Luzia da Silveira |                               |                                     |                             |
| Antonio Furtado de Mendonça                                                      |           |         |             |                            | Isabel da Silveira                          |                               |                                     |                             |
| Clara da Silveira                                                                | Francisco | Antonio | Thomas José | Maria Antonia da Silveira  | Ana Ignácia da Silveira                     | Marianna Eufrásia da Silveira | <b>Isabel Francisca da Silveira</b> | Joana Margarida da Silveira |
|                                                                                  |           |         |             | Mateus Ignácio da Silveira | Manoel Fernandes Vieira                     | Francisco Pires Casado        | <b>Manoel Bento da Rocha</b>        | Antonio Moreira da Cruz     |
|                                                                                  |           |         |             |                            |                                             |                               |                                     | Domingos Gomes Ribeiro      |

Figura 10 - Quadro da genealogia da família Silveira. Fonte: MARQUES, Rachel, 2011. p. 35.

Manoel Bento da Rocha casou-se com Isabel Francisca da Silveira por volta de 1758. O casal não teve filhos, mas Bento da Rocha apadrinhou 41 crianças entre os anos de 1764 e 1783 (MARQUES, 2011). Sua atitude servia para suprir uma futura geração de “Homens Bons” no Continente, o “cabedal social” de Bento da Rocha (COMISSOLI, 2006).

As relações de parentesco tinham então um papel central na aquisição e manutenção de cabedal e prestígio e, portanto, era elemento essencial a ser considerado na formulação de estratégias (MARQUES, 2011, p. 68).

Martha Hameister observou nas estratégias sociais e familiares, que os compadrios forneciam também laços formados pelas bênçãos da igreja com outras famílias de igual ou superior condição social. A vida na fronteira era incerta, os bens poderiam ser tomados pelas tropas militares, pelo vandalismo, saques, ataques de índios ou pelos espanhóis, sendo que as estratégias sociais e familiares eram o único patrimônio intangível (HAMEISTER, 2002).

Bento da Rocha foi o único que estabeleceu sociedades com todos os irmãos e maridos das irmãs de sua mulher. Mesmo assim, um dos irmãos das Silveira, Tomás José da Silveira, que não possuía sociedade com nenhum dos integrantes do grupo, aparece como agregado de Bento da Rocha nos anos 1781 e 1782 (COMISSOLI, 2006; KUNH, 2006).

Fabio Kühn e Adriano Comissoli se referiram ao “Bando de Cunhados” que criaram entre si e com outros segmentos sociais a ampliação na rede de relações. A estrutura do bando apresentava certa hierarquia interna, na qual Bento da Rocha aparentava maior proeminência.

O exposto ajudou a comprovar a hipótese sugerida pelo professor João Fragoso, sobre a formação de bandos, principalmente, no livro, **A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII**. Neste texto, Fragoso demonstrou que a expressão bando, assim como seus conflitos, pode ser encontrada desde a história medieval portuguesa. Com o foco no sul do Brasil, pelo menos duas pesquisas colaboraram com a proposição de Fragoso: a tese de Martha Hameister, **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande de São Pedro. (1738-1763)** e a dissertação de Adriano Comissoli, **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**.

O império português era administrado pelas Câmaras Ultramarinas, que apoiavam a demanda das necessidades das elites econômica e social locais. As pessoas que já haviam exercido cargos no governo, e seus descendentes, eram chamados de “Homens Bons”, o que servia como base para o apoio da coroa portuguesa (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

Bento da Rocha ocupou postos militares como estratégia para consolidar sua liderança na sociedade local. Também fornecia carne para alimentar as tropas, que retirava do gado de suas estâncias. No Antigo Regime, os militares tinham o poder de escolha dos indivíduos que se alistavam no exército, ocupavam-se em manter a ordem local. Os cargos militares enobreciam socialmente aos seus detentores (KÜNH, 2006).

Além de ocupar cargos militares, Manoel Bento da Rocha se inseriu na elite local, destacando-se pelo sucesso nos negócios. Permaneceu identificado como negociante, contratador e fazendeiro, possuidor de um grande patrimônio em sesmarias localizadas em Pelotas, Tramandaí, Triunfo e Curral dos Arroios.

A participação em Irmandades religiosas também auxiliou em seu reconhecimento social. As Irmandades, em especial a Ordem Terceira, eram acessadas apenas pela elite, pois os critérios de seleção eram muito rígidos para seus novos congregados. A participação na Irmandade, além de

representar abastança e nível social, também aglutinava o "corpo místico" da Igreja aportando benefícios espirituais, como por exemplo, o direito a privilégios canônicos (KÜHN, 2006). "Ser admitido na Ordem Terceira significava pertencer à elite social e ser de origem racial branca e católica incontestável" (BOSCHI, 1986, p. 162).

Além disso, as Irmandades da Terceira Ordem se encontravam espalhadas pelo mundo, e seus seguidores, quando viajassem para negócios estariam sempre amparados, o que atraía os grandes comerciantes. Fabio Kühn identificou 29 Irmandades e três Ordens Terceiras atuantes entre 1745 e 1819, no território do Rio Grande de São Pedro do Sul (KÜHN, 2010).

Durante a invasão castelhana em Rio Grande de São Pedro (1763), Manoel Bento da Rocha transferiu-se para Viamão, entre 1764 até 1774, onde ocupou o cargo de vereador algumas vezes. Mesmo depois da transferência da Câmara para Porto Alegre, continuou ocupando cargos e tendo importância política até pelo menos o início da década de 1780. Manuel Bento da Rocha e os homens da família de sua esposa foram eleitos juízes e vereadores em Viamão, Porto Alegre e Rio Grande de São Pedro. Juntos, somaram quase 20 mandatos nas câmaras (MARQUES, 2011).

Em 1767, na gestão de Manoel Bento da Rocha, iniciou-se a construção de uma segunda e maior confraria para o Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição em Viamão, com o auxílio de seus cunhados, onde já era seguidor da Ordem Terceira de São Francisco. Manoel Bento da Rocha foi identificado como atuante na Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Viamão (KÜHN, 2010).

Em 1771, Manoel Bento da Rocha recebeu o título de capitão mor, concedido pelo vice-rei Marques de Lavradio. Nesta época, atuava como sócio do cunhado Manoel Fernandes Vieira, e os dois eram aliados a Antonio Rodrigues Guimarães no contrato de carnes para as tropas militares (KÜHN, 2006, p.285).

Com o Tratado de Santo Ildefonso 1777 e os limites territoriais definidos nas terras do sul do canal de Rio Grande de São Pedro, Manoel Bento da Rocha retornou para reintegração de suas terras. O território gerou a possibilidade das apropriações de campos e rebanhos. As novas aquisições foram: São Lourenço, Nossa Senhora da Conceição e Torotama. Isso se reflete

na proeminência social da região de Rio Grande de São Pedro, que nessa época abrangia a terça parte dos territórios da Capitania (QUEIROZ, 1992).

#### **2.4 Testamento de Manoel Bento da Rocha**

Em 21 de outubro de 1791, Manoel Bento da Rocha estava muito doente e de cama, mas gozando plenamente de suas faculdades mentais, solicitou em sua casa na Estância Nossa Senhora dos Prazeres a presença de um escrivão, para redigir seu testamento. Por se encontrar impedido de escrever, devido ao seu estado de saúde, pediu ao escrivão que o fizesse e ele apenas assinaria.

Declarou ser capitão mor do Continente de Rio Grande e natural de São Bento da Vargem, da Vila do Conde, em Braga, Portugal. Era filho de Ângela Leite, mas não esclareceu se sua mãe era solteira ou viúva quando ele nasceu. Bento da Rocha apenas informou que ela casou com Pedro Alonso após seu nascimento. Confirmou também o seu casamento com Dona Isabel Francisca da Silveira, cujo matrimônio não gerou filhos.

No início do testamento, reforçou ser Católico Romano e solicitou que seu corpo fosse amortalhado para seu funeral com o hábito de São Francisco, pois era seguidor da Ordem Terceira.

Para a execução e administração do testamento foram nomeadas quatro pessoas como testamenteiros: em primeiro, sua esposa Dona Isabel Francisca da Silveira; o segundo indicado foi o compadre e sócio capitão José Francisco da Silveira; o terceiro foi o cunhado sargento mor Francisco Pires Casado; por ultimo o compadre Melchior Cardoso Osório. Encontravam-se presentes no ato três testemunhas e um padre.

Declarava que todas as suas dívidas deveriam ser saldadas por seu testamenteiro, evitando cobrança judicial, e até mesmo as pequenas dívidas de compras domésticas, que tinha o hábito de manter em dia. Também foi salientado de que havia muitos devedores na praça.

A esposa Isabel Francisca da Silveira foi nomeada como herdeira universal, incluindo sua meação, que lhe era de direito. Declarou que seus bens eram suficientes para saldar todas as suas dívidas e que poderiam ser vendidos pela esposa, a seu bel prazer, evitando qualquer execução judicial.

Como bens de maior distinção descreveu,

[...] Estância dos Prazeres, em que atualmente resido na freguesia de São Francisco de Paula de Rio Grande, e a estância de Santa Isabel das Pedras Brancas, distrito de Porto Alegre, na qual é comigo interessado em igual parte meu compadre o capitão José Francisco da Silveira, e ambas são povoadas de grande numero de gados de toda a qualidade de escravos, e assim mais possuo vários terrenos e propriedades, e outros bens de raiz, moveis e semoventes, que tudo sabe minha mulher, e constará dos títulos e clarezas que deixo [...] (APRGS, Testamentos, Livro 2 (1781-1792), fl. 102v.-105v.).

Salientou ter chamado um sobrinho de nome João Bernardo da Silva, e caso ele chegasse após seu falecimento, que Isabel o atendesse e favorecesse na medida do possível, e que lembrasse também de outras sobrinhas irmãs.

Por não haver Tabelião Público nas imediações de sua residência, convidou um reverendo Pároco para assistir a cerimônia. A presença de um representante eclesiástico poderia validar, tanto juridicamente como pelas causas pontifícias, o conteúdo do testamento.

Aos 27 de dezembro de 1791, na Estância Nossa Senhora dos Prazeres, compareceram nove pessoas para aprovar e confirmar o estado de sanidade mental do doente acamado, o capitão mor Manoel Bento da Rocha.

Manoel Bento da Rocha foi sepultado na igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e seu corpo foi encomendado pelo seu sobrinho, que na época era o reverendo Pároco da Freguesia do Estreito. O testamento foi validado no dia 6 de julho de 1792, quando todas as folhas foram numeradas, rubricadas e assinadas por Manoel Leal, na cidade de Porto Alegre. Estranhamente, na margem esquerda da primeira folha existe uma correção na data para o ano de 1799, onde se percebeu que foi dada a quitação geral do testamento.

No final da redação do testamento, Manoel Bento da Rocha firmou a sua assinatura (Figura 11).

124  
 22  
 Em este Livro cento e setenta e sete  
 meias folhas de Papel principal  
 Com o numero nove e setenta e sete  
 onumero cento e setenta e sete  
 bricados por mim e bricados de  
 de que uso, Porto Alegre de Junho de  
 1791  
 Manoel Bento da Rocha

Figura 11- Finalização do testamento de Manoel Bento da Rocha, 1791. Fonte: APRGS,  
 Testamentos, Livro 2 (1781-1792), fl. 102v.-105v.

## CAPÍTULO 3

### MEDIÇÕES DO RINCÃO

#### 3.1 Medição da Sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres

Para dar início ao ato de medição, reuniram-se no dia 02 de junho de 1795 na barra do São Gonçalo. O juiz, o escrivão, o capitão engenheiro medidor e seu ajudante de corda, na presença da dona da fazenda.

Imediatamente o juiz pediu ao "porteiro" que anunciasse, em voz alta e legível, o início da medição, questionando se havia pessoa contrária. Como não apareceu pessoa alguma que se contrapusesse à medição, com seus embargos nos termos da lei. Pediu o juiz que desse princípio a dita medição e demarcação.

O juiz, perante a autora, pediu ao engenheiro e seu ajudante que fosse mostrada a corda com que fariam a medição, confirmando o seu comprimento, medido em braças. A corda apresentada era confeccionada de tiras de couro cruzado e trançado, com o comprimento de 25 braças portuguesas (55 m). Foi solicitado pelo juiz que demonstrassem o tamanho. A corda foi aceita por todos os presentes e poderia ser utilizada na medição.

A bússola foi descrita como sendo de latão torneado, com três polegadas de diâmetro (7,62 cm), e que interiormente havia uma circunferência marcada em 360° graus com uma agulha magnética montada sobre um capitel de cristal e que se achava bem fixada e pronta. Ela indicava uma variação de 13° graus de latitude e longitude, mas era capaz de procurar todos os rumos necessários ao longo da medição. Apesar da variação da agulha, a bússola foi aceita.

A instalação das bases e leitura dos graus e medidas foi detalhada com as descrições do espaço-paisagem, onde os dados foram confrontados com as imagens de satélite, através das descrições do processo de medição das terras constantes no documento.

As conversões de medidas tornaram-se uma lacuna a ser observada, pois a precisão maior para marcar os limites territoriais se deu sobre elementos

do relevo observados no Google Earth, e os resquícios das construções que foram facilmente percebidos.

O mapa resultante da reconstrução da medição pode ser observado a seguir (Figura 12).

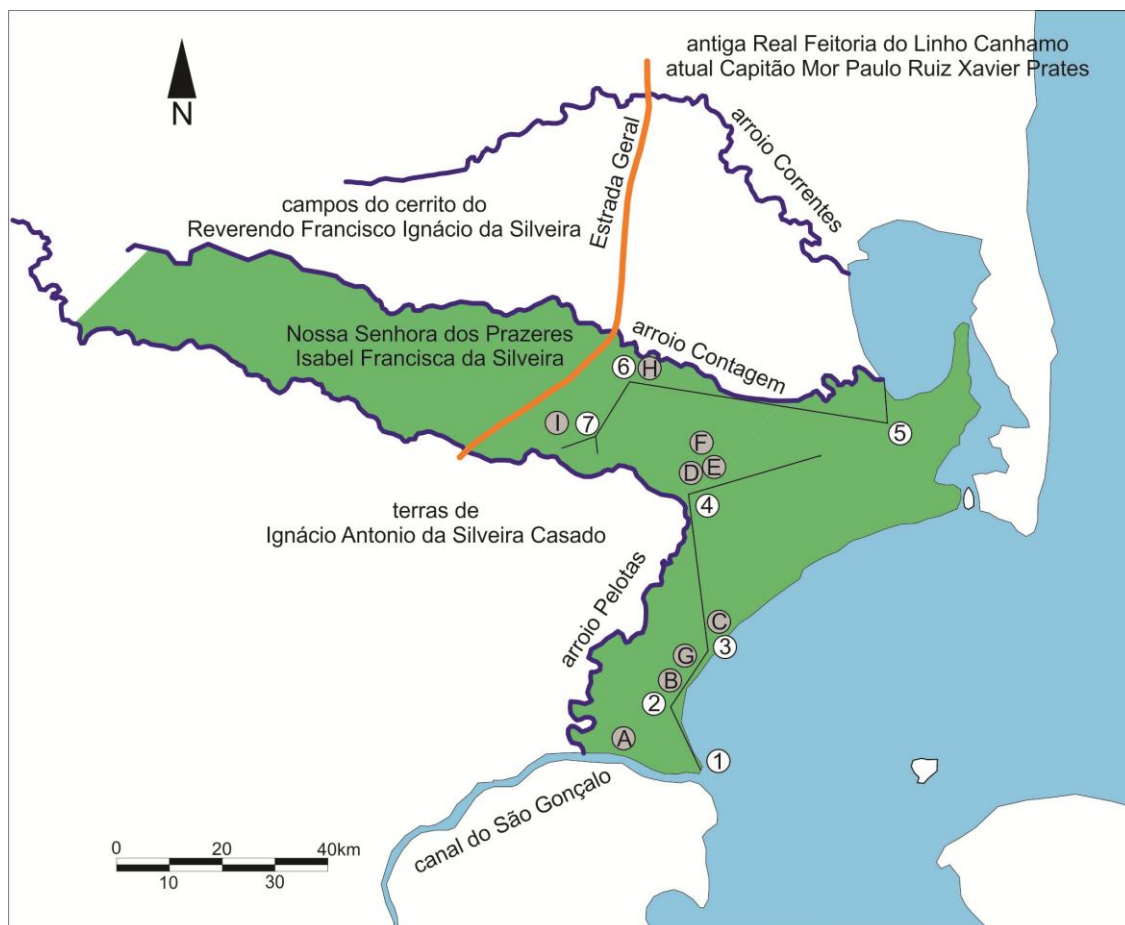


Figura 12 – Mapa gerado sobre imagem de satélite, 2013, a partir dos dados constantes na medição da sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres, 1795. (1) a (7) – bases da medição; (A) borda de combros de areia; (B) cercas das lavouras com figueiras; (C) rancho de um agregado e fechamento das cercas; (D) butiazeiro; (E) currais; (F) cercas do Contagem; (G) terreno de lavouras; (H) Capão da Canoa; (I) casas do tenente Ignácio Antonio; (J) lombas do Potreiro Velho. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e no documento do APRGS, Medição Nossa Senhora dos Prazeres. Pelotas. Autos 561, M. 14, E. 33, 2º Cartório do Cível, 1795.

A medição e demarcação das terras foram feitas por meio de definição de bases de referência relacionadas entre si, e por meio de distâncias e angulações. Além dos aspectos geométricos conectando as diferentes bases, aparecem algumas referências aos elementos do entorno, com o intuito de facilitar a compreensão da localização das referidas bases.

Na descrição para a demarcação da primeira base, junto à foz do canal do São Gonçalo, apareceu a referência para a localização de uma “lomba de combros”, entre a foz do arroio Pelotas e o sangradouro do São Gonçalo. Também veio descrito que, no ponto final da medição, entre a primeira e segunda base, observou-se “dois figueirões que se acham nas cercas do terreno das lavouras”.

Os combros de areia foram facilmente localizados na imagem de satélite e constituem, ainda hoje, um elemento de permanência marcante na paisagem (Figura 13 e 14). Já as duas figueiras, as cercas e a lavoura não são mais passíveis de serem observadas. Porém, chama a atenção que o ponto final da medição da primeira base recaiu aproximadamente sobre a suposta “Estrada Real”. Estrada esta ainda presente nos aéreos de 1953, e coincide parcialmente com a atual estrada para a colônia Z3.



Figura 13 – Imagem de satélite de 2014, e duas fotografias da paisagem de dunas. Fonte: imagem de satélite e fotografias de Alberto Blank Schwonke disponíveis em < Google Earth > acessado em 14/04/2014.



Figura 14 – Imagem aérea de 1953 com os combros de areia. Fonte: POLIDORI, Maurício Couto a partir de 14 fotos em escala 1:40.000 do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel, 2003.

Para a definição da segunda base apareceu a referência às lavouras e cercas, assim como a presença de “um rancho de um agregado desta fazenda, onde se fecham todas as cercas”. Para estes elementos, nenhuma permanência pode ser observada nas imagens de satélite atuais.

No entanto, a localização do “rancho do agregado” coincide com uma elevação da topografia, tipo de local muito valorizado para a ocupação humana, devido à drenagem facilitada do terreno e a visualização mais ao longe. Este local também coincide com o limite da ocupação do Barro Duro, conforme pôde ser verificado na imagem aérea de 1953 (Figura 15).



Figura 15 – Imagem aérea de 1953, início do processo de ocupação do Barro Duro, local aproximado “um rancho de um agregado desta fazenda, onde se fecham todas as cercas”.  
 Fonte: POLIDORI, Maurício Couto a partir de 14 fotos em escala 1:40.000 do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel, 2003.

Nas descrições referentes à terceira base de medição alguns elementos ainda são visíveis na paisagem. Foi descrita a “estrada que vai para o Contagem”, citou um “butiá” e “uns currais no meio do campo”, além de referências ao “canto das cercas do Contagem”. Embora não se possa afirmar que seja o mesmo, um curral redondo com aproximadamente 80 m de diâmetro está presente no local indicado na medição (Figura 16).

A quarta base trouxe como referência o “cordão de mato da costa da praia” e a barra do arroio Contagem. Ambas são passíveis de visualização nas imagens de satélite atuais, mas apresentam-se bastante alteradas pela ação humana e pela dinâmica própria dos sistemas vegetais e fluviais (Figura 17).

As barragens ao longo do arroio Contagem alteraram seu curso natural e o volume de suas águas. A mata também mantém uma dinâmica própria desde a época da medição.



Figura 16 – Imagem de satélite de 2014 com um curral. Fotografias do curral e detalhe, 2014.  
 Fonte: imagem de satélite e fotografias de Bruno Farias disponíveis em< Google Earth>acessado em 14/04/2014.



Figura 17 – Imagem de satélite de 2014, com a ponta do cordão de mato da costa da praia e a barra do arroio do Contagem. Fotografias da paisagem local. Fonte: imagem de satélite e fotografias de Alberto Blank Schwonke e Adonai S. Canez, disponíveis em< Google Earth>acessado em 14/04/2014.

A descrição referente à quinta base não fez maiores referências a elementos da paisagem, apenas mencionou a estrada entre o arroio Pelotas e o Contagem, e uma lomba alta “do Capão da Canoa”. Esta última tem sua localização coincidente com as primeiras elevações mais significativas do terreno, antes do começo da serra dos Tapes.

A demarcação da sexta base fez menção ao terreno em “coxilha de lomba”, ao arroio Pelotas e às “casas do tenente José Ignácio” que se localizavam na outra margem do arroio. Por fim, para definir a sétima base apareceu referência à outra lomba, onde ficaria o “Potreiro Velho na Estrada dos Campestres Estreitos” e a borda da serra dos Tapes, onde terminaria o terreno que estava sendo medido.

Dos elementos citados para a sexta e sétima base localizou-se apenas as configurações topográficas gerais das lombas e da borda da serra, o arroio Pelotas e, possivelmente, a “Estrada dos Campestres Estreitos”. Esta última pode ser parcialmente coincidente com a estrada de acesso ao Cerrito Alegre, conhecida como Federeca, e que já estaria presente no mapa de 1781.

A análise do arranjo espacial dos componentes descritos na medição analisada e que permaneceram na paisagem atualmente, indicou uma permanência maior dos aspectos gerais de componentes naturais, como: a conformação da topografia, a localização de matas, dunas e cursos d’água.

Os componentes de infra-estrutura tiveram uma permanência menor, no entanto, diversos elementos parecem ser responsáveis pela indução de processos posteriores de ocupação do território enquanto área urbanizada.

Limites entre usos diferentes (as cercas dos limites das lavouras) e a localização de locais de moradia (casa de morada e o rancho do agregado) coincidem com pontos importantes no processo de ocupação do Laranjal e do Barro Duro, conforme foi confirmado com as imagens aéreas de 1953.

Nestes casos, pode-se pensar em um tipo de permanência mais complexo, onde não é o elemento concreto em si que permanece, mas sim a presença humana com suas ações de ocupação e de transformação da paisagem.

A conclusão da medição se deu no dia seguinte, em 03 de junho de 1795. Para finalizar o ato, o “porteiro” contratado pela autora, em alta e legível voz perguntou, repetidas vezes, se havia alguma pessoa que duvidasse da

posse que tomava judicialmente a autora. Não foi registrado nenhum embargo na finalização do ato.

Foram solicitados pela autora dois documentos. A primeira via do documento oficial de concessão de sesmaria recebido por seu marido em 09 de dezembro de 1788 do vice-rei José de Vasconcelos e Souza. Este documento servia de prova de que seu marido havia povoado com animais cavalares e vacuns, construído casas e currais e lavrado os campos de sua sesmaria. Confirmava também as extremidades e dimensões das terras, reconhecidos pela Câmara e pelo Provedor da Real Fazenda do Rio Grande, onde era centralizada a documentação da comarca.

O segundo documento demandado, anexado aos autos, foi o requerimento original da certidão do Conselho Ultramarino, com o reconhecimento das Índias e Minas, onde constava a homologação do Tribunal de Lisboa. Este documento era necessário para validar o pedido de concessão de sesmaria.

A medição da Estância Nossa Senhora dos Prazeres foi concluída no dia 03 de junho de 1795. Baseados na escritura, apontaram que os campos formavam a figura irregular de um cotovelo ou um braço dobrado. Tinha nos dois comprimentos, por volta de cinco léguas e meia (36300 m), desde o sangradouro do São Gonçalo até a serra dos Tapes.

As confrontações foram definidas, pelo Leste, com a costa da "Praia do Mar", desde a barra do "rio" de São Gonçalo até a barra de Canguçu, na barra do arroio Contagem. Pelo Norte com o arroio Contagem, saindo da serra e dividindo com os campos do patrimônio pertencentes à autora e, parte deles, ao reverendo Francisco Ignácio da Silveira. Pelo Sul, com o dito "rio" sangradouro de São Gonçalo. E pelo Oeste, pelo "rio" de Pelotas, na figura que direcionava Nordeste e Noroeste, confrontava com as terras do tenente Inácio Antonio da Silveira.

Na figura 18 temos o detalhe da finalização da medição e demarcação assinada pelo escrivão José Francisco de Faria e Souza, na Estância Nossa Senhora dos Prazeres.

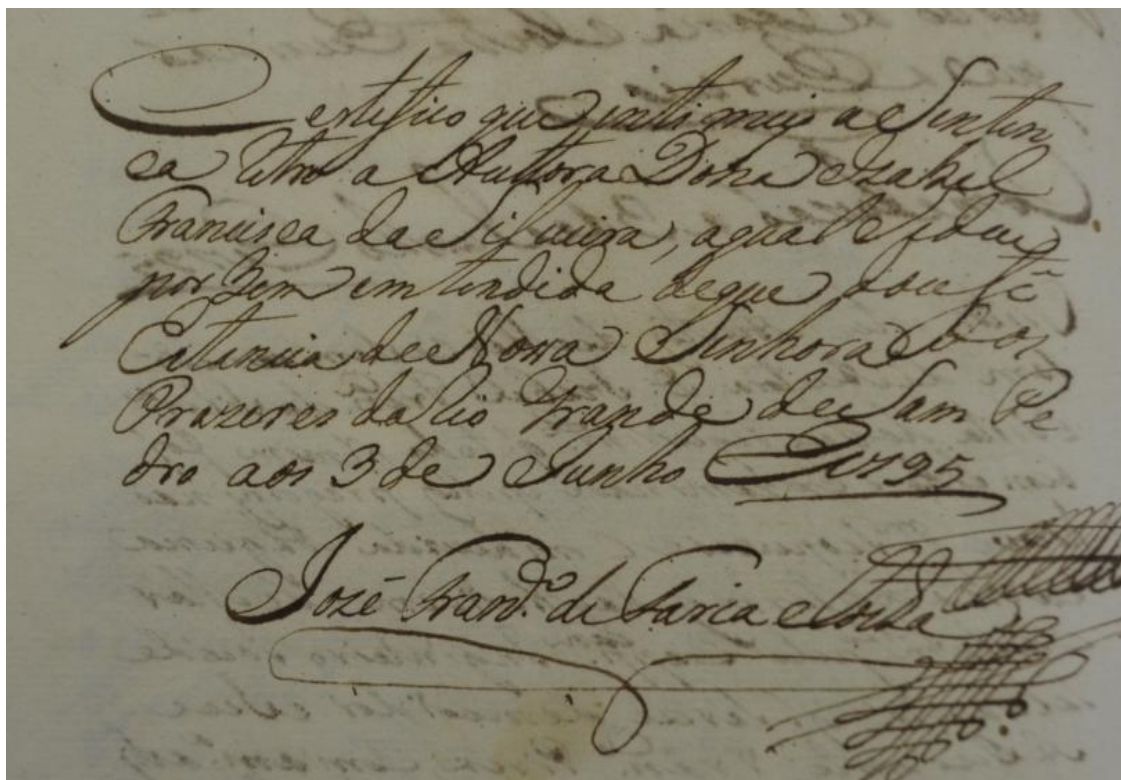


Figura 18 – Detalhe do final da medição da sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres, 1795.  
 Fonte: APRGS, Medição Nossa Senhora dos Prazeres. Pelotas. Autos 561, M. 14, E. 33, 2º Cartório do Cível, 1795.

### 3.2 Medição da Sesmaria Nossa Senhora da Conceição

A medição da sesmaria foi realizada juntamente com a anterior, no dia 02 de junho de 1795. Teve início à 80 braças (176 metros), ao Norte da barra do arroio Contagem e foi medido 1970 braças (4334 metros) até encontrarem um capão grande no meio da várzea. Foi instalada a segunda base e seguiram 59° graus em direção Noroeste, desde a barra até a primeira lomba, que se situava num ponto onde o terreno encurvava.

Na terceira base, no rumo de 66° graus na direção Noroeste, mediram 1780 braças (3916 metros), até encontrarem outro capão onde a Leste passava a Estrada Geral. No capão foi instalada a quarta base e se dirigiram 07° graus em direção Nordeste 2190 braças (4818 metros) até uma lomba menor localizada a aproximadamente 150 braças (330 metros) do passo do arroio Contagem, sendo que a medida desta base foi realizada pela Estrada Geral.

No encerramento da medição no dia 04 de junho de 1795 descreveram que a figura formava um quadrado cortado em curva em um dos ângulos (Figura 19).

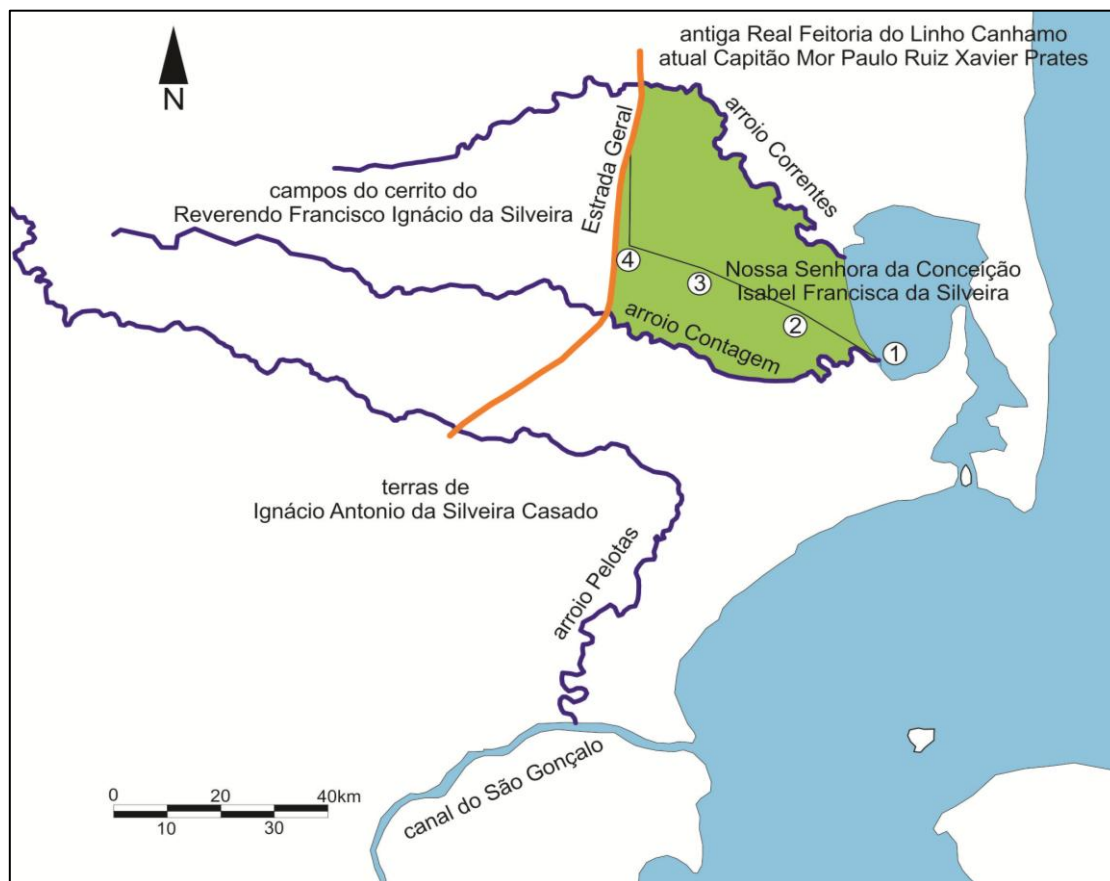


Figura 19 – Mapa gerado sobre imagem de satélite de 2013, a partir dos dados constantes na medição da sesmaria Nossa Senhora da Conceição, 1795. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e no documento do APRGS, Medição Nossa Senhora da Conceição. Pelotas. Autos 431, M. 11, E. 19. 2º Cartório do Cível, 1795.

As confrontações foram descritas como: ao Sul do Passo Geral do arroio Contagem, até a lagoa de Canguçu, confrontava com os campos da autora; pelo Leste da barra da lagoa de Canguçu até a barra do arroio Correntes; pelo Norte fazia divisa com os campos da "Antiga" Feitoria do Linho Cãnhamo; pelo Oeste na Estrada Geral, que ligava os passos dos arroios Correntes e Contagem.

Quanto aos campos localizados do outro lado da Estrada Geral a autora não incluiu na medição, pois este campo ainda estava na posse do reverendo Francisco das Chagas. A autora anexou nos autos uma escritura datada de 14 de abril de 1794 na qual o reverendo, morador em Santa Catarina, substituíra

uma escritura anterior. A escritura original era do dia 13 de setembro de 1781 e formalizava a venda da meação das terras com suas benfeitorias no Rincão Nossa Senhora da Conceição, para o capitão mor Manoel Bento da Rocha e sua mulher.

### 3.3 Medição Realizada em 1812

Esta medição provavelmente tenha sido solicitada por Isabel Francisca da Silveira, para dar andamento nas negociações de suas terras nas margens do arroio Pelotas, onde posteriormente se formaram algumas charqueadas. Ao mesmo tempo foi negociada uma porção de terras onde a sesmaria limitava-se com a serra dos Tapes.

A medição de 1812 iniciou na margem do "rio" São Gonçalo, o sangradouro de "Merim" e no princípio de um banhado que ficava no Norte das casas de Francisco da Silva Assumpção, que se localizava na margem do mencionado rio, e este, paragem setentrional próximo ao banhado mencionado (Figura 20). Esta medição recompôs o Rincão das Pelotas unindo as sesmarias de Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Conceição e, foram nomeadas de Isabel Francisca da Silveira (BPP, RPTMP, Livro 006, p. 15).

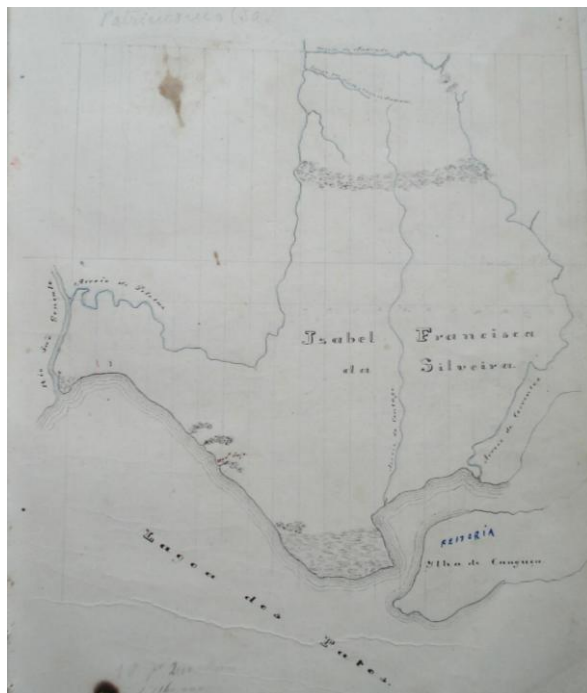


Figura 20 – Mapa resultante da medição de 1812, das terras de Isabel Francisca da Silveira.  
Fonte: BPP, RPTMP, Livro 006, p. 15.

## CAPÍTULO 4

### ISABEL NA ESTÂNCIA DE PELOTAS

#### 4.1 Administração de Isabel

Em 21 de outubro de 1791, Isabel Francisca da Silveira, na condição de viúva deu início a gerência de seus bens. Provavelmente, ela estivesse bem informada sobre as decisões da Coroa. Visto que, quando foi criado o Alvará de 1795, Isabel coincidentemente tinha solicitado a medição e demarcação de suas terras.

Com o Alvará de 1795 passou a ser exigida uma demarcação das propriedades, onde a fiscalização se transferiu para juízes ordinários ou lista tríplice da Câmara em questão, evitando concessão de terras ocupadas. Para terras devolutas, o juiz de sesmarias exigia a demarcação, antes de entregar a carta de posse devendo apenas aguardar a confirmação por El-Rei (SILVA, 2008).

Ainda vigorava uma Ordem Régia de João V, datada de quinze de março de 1731, estabelecia que para terras que se encontrassem na margem de rios caudalosos, deveria ser reservada meia légua (3.300 m) em quadra, em uma das margens para uso público. O que, provavelmente, teria definido a localização da casa de morada. A área correspondente à reserva se manteve preservada com potreiro e currais.

A formação das charqueadas na costa do arroio Pelotas, provavelmente valorizou as terras de Isabel, que foram novamente medidas e negociadas no ano de 1812.

No ano de 1819 foram localizados três registros de compra e venda de porções de terras da “Estância de Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas”, dois dos quais localizados na margem esquerda do arroio Pelotas, e o outro referente a uma área próxima à serra dos Tapes.

## 4.2 Venda para Ignácio Barbosa

A área negociada, próxima a serra dos Tapes, dizia respeito a um terreno encostado à serra que compreendia “quase tudo de mato e alguns pequenos campos” em que o comprador se achava estabelecido havia seis anos, com casas, currais e mais benfeitorias.

Os limites da área foram definidos como “limites naturais” e vertentes de água que corriam para o Sul, para a bacia do arroio Pelotas, e também ao Norte, para a bacia do arroio Contagem. Havia, ainda, referências à localidades, como: “Boquete”, “Serra do Boquete”, “Rincão do Boquete”, “lugar chamado Porteira dos Mil Homens” e “Campo do Cerrito” (APRGS, Inventário de Ignácio Barbosa, 1847).

Os limites definidos são de difícil localização nas imagens de satélite, pois não há referência ao nome das vertentes, que são inúmeras na região, e os nomes dos lugares citados também não correspondem aos nomes atualmente em uso.

Apesar das impossibilidades de definir os limites de modo claro, supõe-se que a área em questão encontra-se dentro de uma região supostamente definida na figura 21.

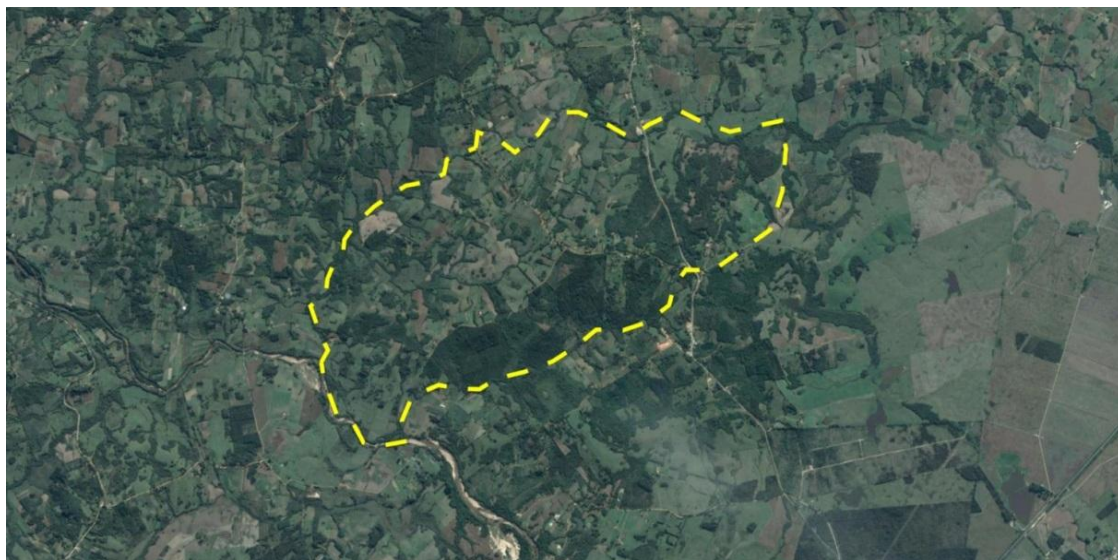


Figura 21 – Localização estimada das terras de Ignácio Barbosa. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens satélite do Google Earth e documentação do APRGS, Inventário de Ignácio Barbosa, Autos 270, M. 19, E. 06. 1º Cartório Órfãos e Provedoria, 1847.

A suposição está baseada na definição dos limites da propriedade, constantes na medição de 1795, nas características topográficas da área e na existência de uma estrada rural com o nome de “Boquete” e da localidade “Cerrito Alegre” nas imediações.

Sem a definição dos limites da área foi impossível realizar a análise das permanências que possam ter ocorrido, já que nesta área houve outras doações realizadas por Isabel Francisca da Silveira (BPP, RPTMP, Livro 006).

#### **4.3 Venda para Ignácio Bernardes e Pinto Martins**

A primeira área (A) junto ao arroio Pelotas, vendida no ano de 1819, dizia respeito a “um terreno ou potreiro” comprado por Ignácio José Bernardes. A área ficava localizada entre o arroio Pelotas e um banhado ou pântano. O limite mais ao Sul, no arroio Pelotas, foi descrito como o “lugar onde algum tempo existiu a olaria de João Duarte Machado”. E o mais ao Norte, como o “lugar onde o mesmo Duarte tirava o barro”, chamado “Volta das Égoas”. Pelo limite do banhado ao Norte ficava “a chácara de Ana Nóia”, e na ponta Sul ficava o “lugar onde existiu a casa do dito Duarte” (BPP, RPTMP, Livro 006, p. 30).

A segunda área (B) foi vendida a José Pinto Martins e Companhia, fazia divisa com a anterior e estava descrita como um terreno que, pelo limite no arroio Pelotas, iniciava na volta das Égoas e “segue arroio acima até o Cascaes”. O limite a Leste foi referido com o banhado ou pântano “que se acha ao pé da lombra” e seguia até a “Roça Velha onde morava Ana Nóia” (BPP, RPTMP, Livro 006, p. 30). Ambas as áreas vendidas e a localização da chácara de Ana Nóia foram representadas num mapa, que acompanhava o registro de vendas (Figura 22).

No mapa referente às duas áreas (A e B), na margem esquerda do arroio Pelotas mencionadas, além dos limites definidos para as duas propriedades vendidas, apareceram:

- Representação de matas junto aos trechos do arroio Pelotas; uma figura quadrada colada a uma figura redonda na extremidade Sul do limite com o arroio Pelotas, possivelmente representando a olaria;

- Construção quase retangular perpendicular ao arroio com a anotação “Moreira”;
- Localidade chamada de “Passo do Cascaes” junto a um ponto marcando uma provável pequena construção na beira do arroio Pelotas;
- E finalmente, outro ponto marcado junto a uma vala de drenagem irregular com a anotação “Posto do Candiota”.

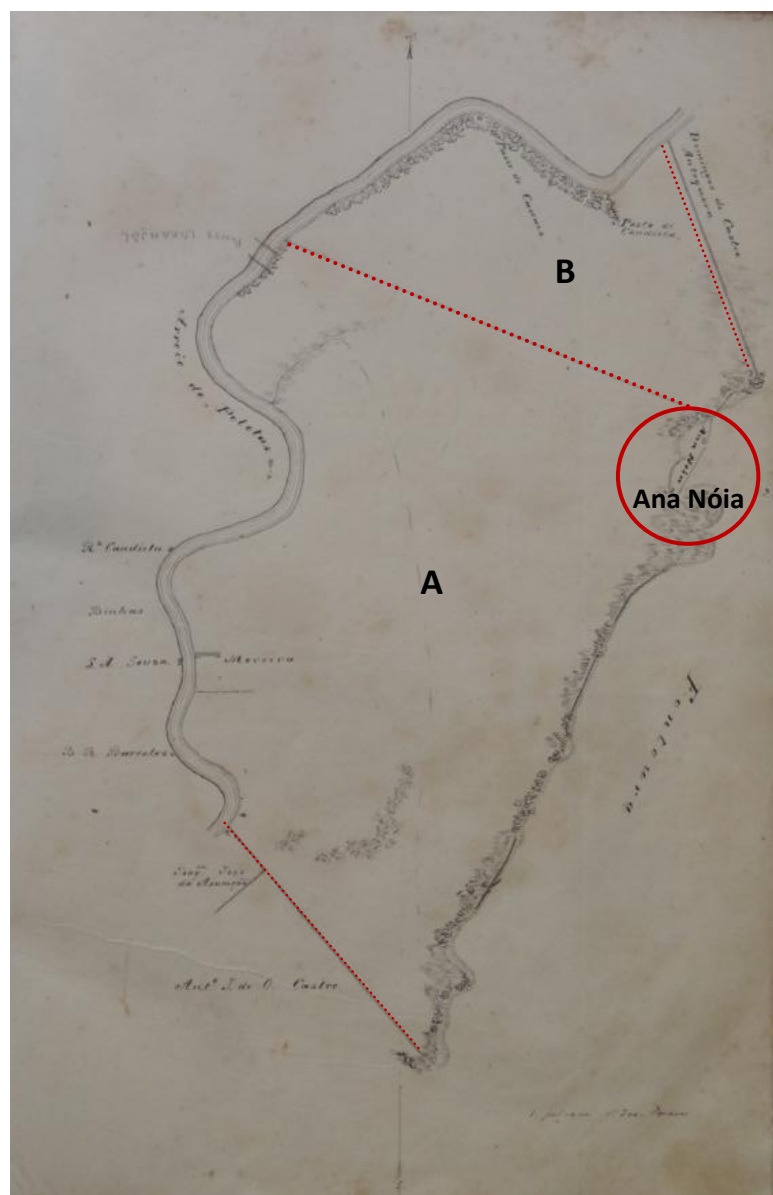


Figura 22- Mapa com a demarcação das duas áreas (A e B) da margem do arroio Pelotas vendidas em 1819 e a área denominada Ana Nóia. Fonte: BPP, RPTMP, Livro 006, p. 30.

As representações constantes no mapa facilitaram a análise das permanências dos elementos na paisagem. Na análise das imagens de satélite

atuais para a verificação das permanências, os elementos naturais que delimitam as três áreas citadas, encontram-se ainda presentes na paisagem de forma bastante evidente.

Também estão presentes: a mata em curva próximo ao limite Sul da primeira venda; um elemento natural de drenagem próximo ao limite entre as duas áreas vendidas; a vala (agora retificada) junto ao posto do Candiota; as matas junto ao arroio Pelotas e partes do banhado ou pântano.

Toda a área mantém um caráter rural e, mesmo sendo atravessada pelo novo traçado da estrada que conecta a cidade de Pelotas ao Laranjal, permanecem os limites visualmente coincidentes com aqueles constantes nos documentos da venda de 1819 (Figuras 23 e 24).

Os poucos elementos de infraestrutura citados ou representados não são mais passíveis de observação na paisagem. Porém, alguns dos elementos criados para demarcar os limites físicos definidos entre as áreas desmembradas, podem ser observados na paisagem atual, sob a forma de cercas e/ou valos de drenagem e/ou divisão das propriedades.

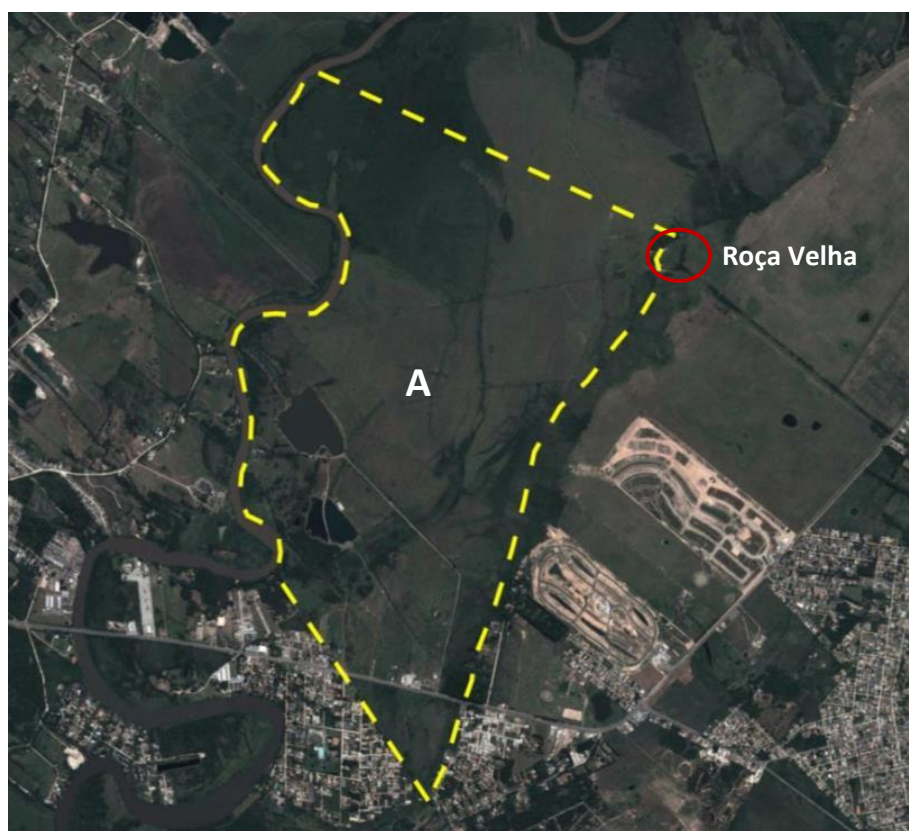


Figura 23 - Localização com seus limites aproximados das terras vendidas a Ignácio José Bernardes (A). Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens satélite do Google

Earth e documentação do APRGS, Inventário de Ignácio José Bernardes. Autos-421, Mç-17, Est.-12, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, 1841.

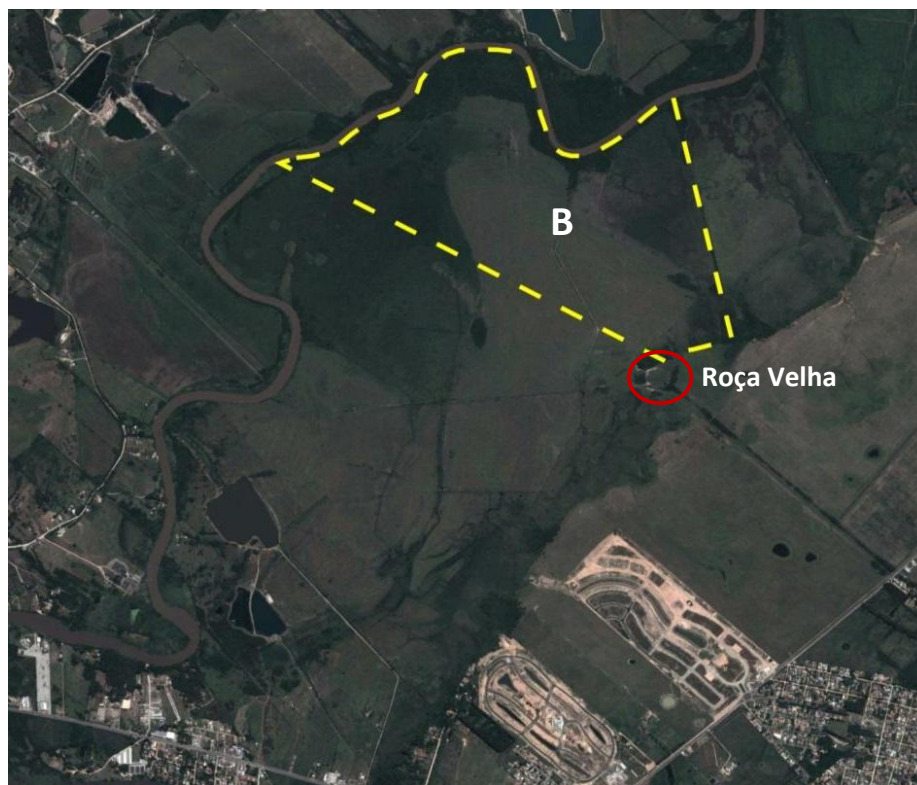


Figura 24 - Localização com seus limites aproximados das terras de José Pinto Martins e Companhia (B). Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens satélite do Google Earth e BPP, RPTMP, Livro 006, p. 30.

Os elementos que formam os arranjos espaciais constantes do documento de 1819 e que permanecem na paisagem, sugerem a importância dos elementos naturais na definição das ações de ocupação do território. O uso de limites naturais na definição do desmembramento e venda das áreas é bastante claro.

#### 4.4 Roça Velha e Ana Nòia

Um caso singular é a área referida como a “chácara de Ana Nòia”, pertencente à Roça Velha. O local é facilmente identificado visualmente nas imagens de satélite devido a sua conformação topográfica, como um *plateau* arenoso, cercado por áreas mais baixas e em parte alagadiças que facilitaram a fixação de vegetação de grande porte. Assim como pela linha reta marcada por vegetação, uma trilha e uma vala de drenagem, que conecta o local com a casa de morada da Estância de Nossa Senhora dos Prazeres (Figura 25 e 26).



Figura 25- Localização da Roça Velha, pertencente à Ana Nóia, com seus limites aproximados.  
 Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens satélite do Google Earth e BPP, RPTMP, Livro 006, p. 30.

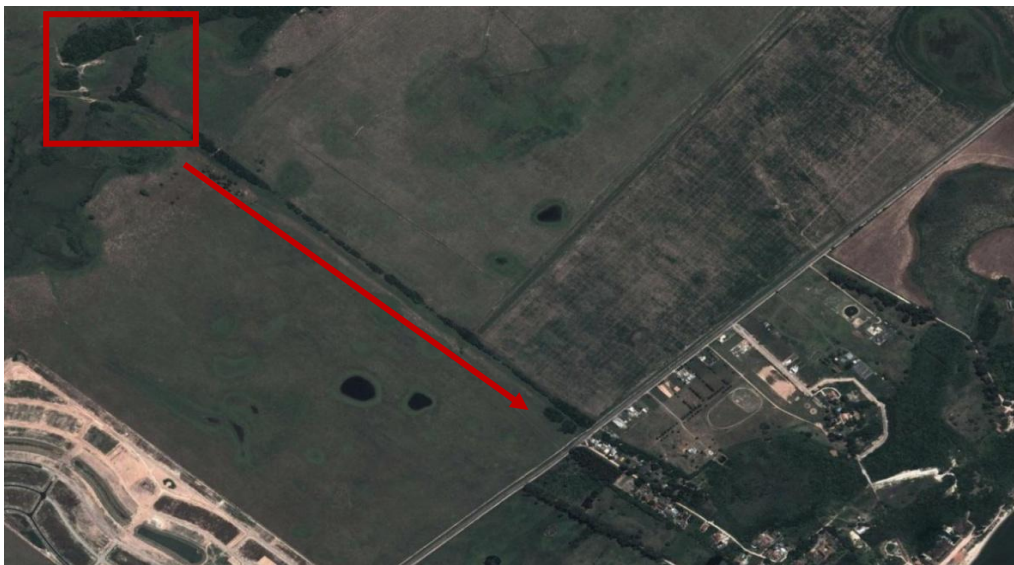


Figura 26 - Imagem satélite da conexão da Roça Velha com a estância de Isabel Francisca da Silveira. Duas fotografias da área onde ficava a chácara de Ana Nóia, 2014. Fonte: imagem de satélite do Google Earth e fotografias do autor, 2014.

Esta conexão aparece também nas imagens aéreas de 1953 e 1965 (Figura 27), apenas com menos vegetação. A significação do arranjo espacial gerado não é clara, mas sugere um elo forte entre a casa de Isabel Francisca da Silveira e a casa de Ana Nóia e/ou a Roça Velha.

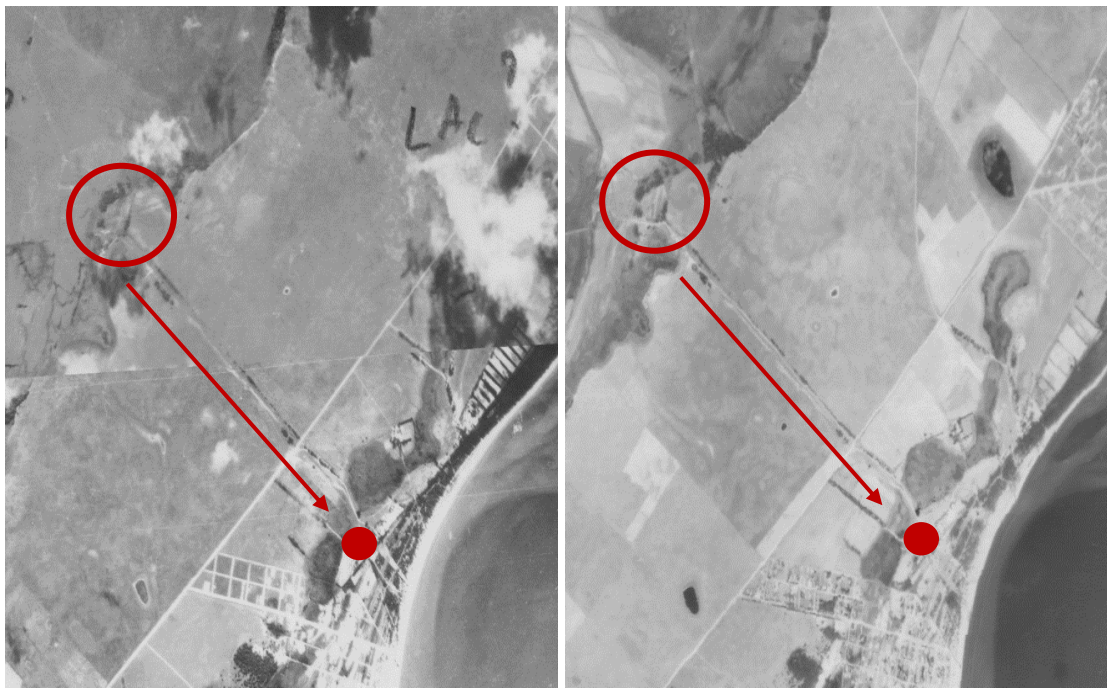


Figura 27 - Detalhe da Roça Velha e sua ligação com a estância de Isabel Francisca da Silveira nas imagens aéreas de 1953 (esquerda) e 1965 (direita). Fonte: POLIDORI, Maurício Couto a partir de 14 fotos em escala 1:40.000 do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel, 2003.

#### 4.5 Doação para o Pe. Francisco José Macedo

Também para o ano de 1819, constou no Livro de Registro de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas, que Dona Isabel Francisca da Silveira fêz doação a seu capelão o reverendo Padre Francisco José Macedo, de “quatrocentas braças de terreno em quadro (230.400,00 m<sup>2</sup>), compreendendo dentro do mesmo o lugar do Passo Real” (BPP, RPTMP, L.006).

No ano de 1824, o reverendo vendeu este terreno para Antonio José de Oliveira Castro. O registro de doação e da posterior venda não apresentou nenhuma outra descrição da área, mas o mapa que acompanhava o registro trouxe vários elementos representados (Figura 28).

No mapa foi localizado o lugar chamado Passo Real e, indicou a presença de uma pequena construção no local, fora dos limites da área doada.

Foram representadas várias construções junto à margem do arroio Pelotas, com tamanhos diversos e um elemento em linha, paralelo ao arroio e próximo às construções, que terminava num elemento perpendicular ao anterior, para os quais não foi possível determinar a natureza dos elementos apresentados.

Os limites mais ao sul foram representados como uma área pantanosa, com alguma fixação de vegetação de grande porte.

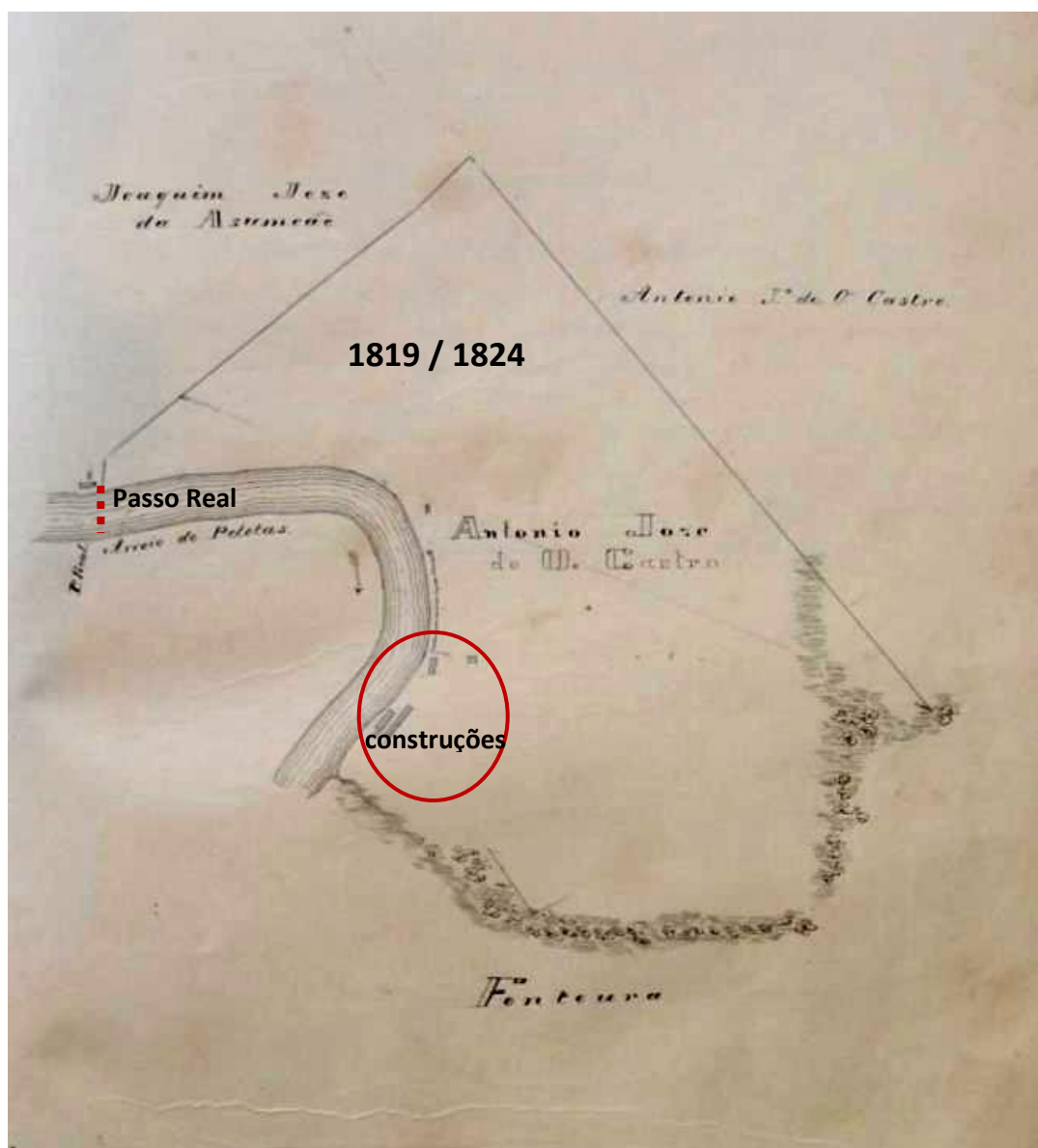


Figura 28 - Mapa da área doada para o Reverendo Padre Francisco José Machado, 1819 e vendida para Antonio José de Oliveira Castro em 1824. Fonte: BPP, RPTMP, Livro 006, p. 84.

A análise das imagens de satélite atuais, indica a permanência dos limites da área como um elemento visível na paisagem, embora com uma natureza totalmente distinta daquela representada em 1824.

Os limites agora correspondem ao final de uma área urbanizada com ruas e quadras bem definidas e cortadas pela estrada que liga a cidade ao bairro Laranjal. No limite Sul do loteamento ainda é possível identificar a presença de uma área pantanosa, e resquícios de uma mata. Das construções constates no mapa, apenas uma ainda é passível de identificação na paisagem, com o auxílio de conhecimentos da história (Figuras 29 e 30).

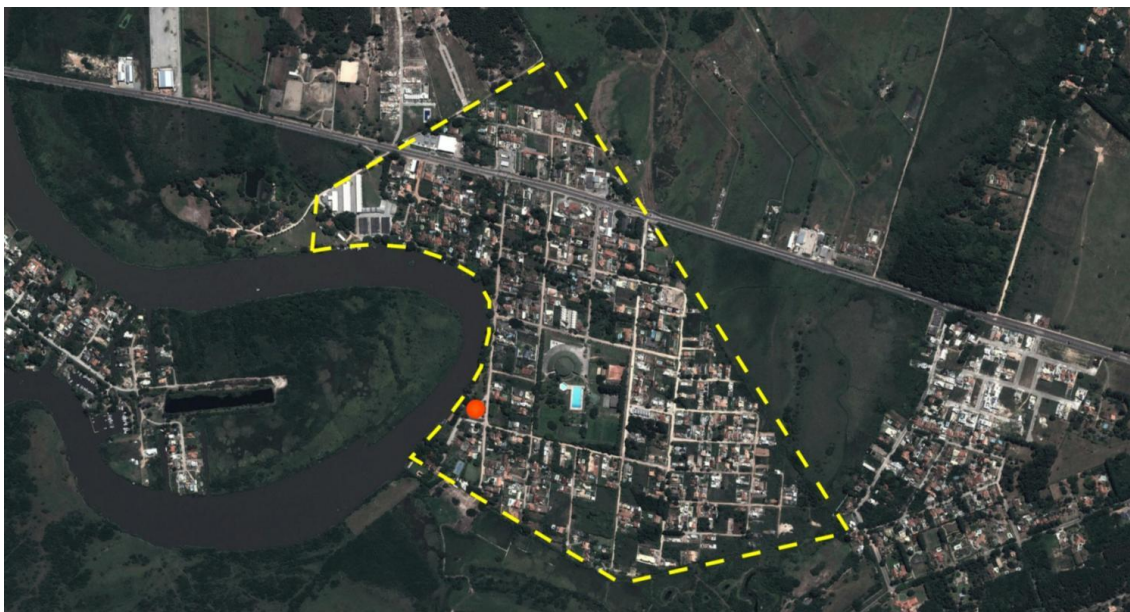


Figura 29 - Imagem satélite das terras de Antonio José de Oliveira Castro, com seus limites aproximados, 2014. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens satélite do Google Earth e documentação do APRGS, Inventário de Francisca Alexandrina de Castro Autos-293, Mç-21, Est.-06, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1848.



Figura 30 – Fotografia de uma das construções existente no terreno de Antonio José de Oliveira Castro, 2014. Fonte: Acervo do autor, 2014.

A análise das imagens aéreas de 1953 e de 1965, anteriores ao loteamento, mostra a presença de cercas nos limites retilíneos do terreno, o contorno natural irregular no limite Sul, e diversas subdivisões internas na parte próxima às construções (Figura 31).

Na imagem de 1953, claramente uma das construções mais compridas ainda estava presente e a localização do Passo Real ainda é identificável. Na imagem de 1965, o Passo Real começou a ficar menos evidente, surgiu um novo traçado da estrada, mas a verificação da presença das construções foi dificultada pela baixa qualidade da imagem.

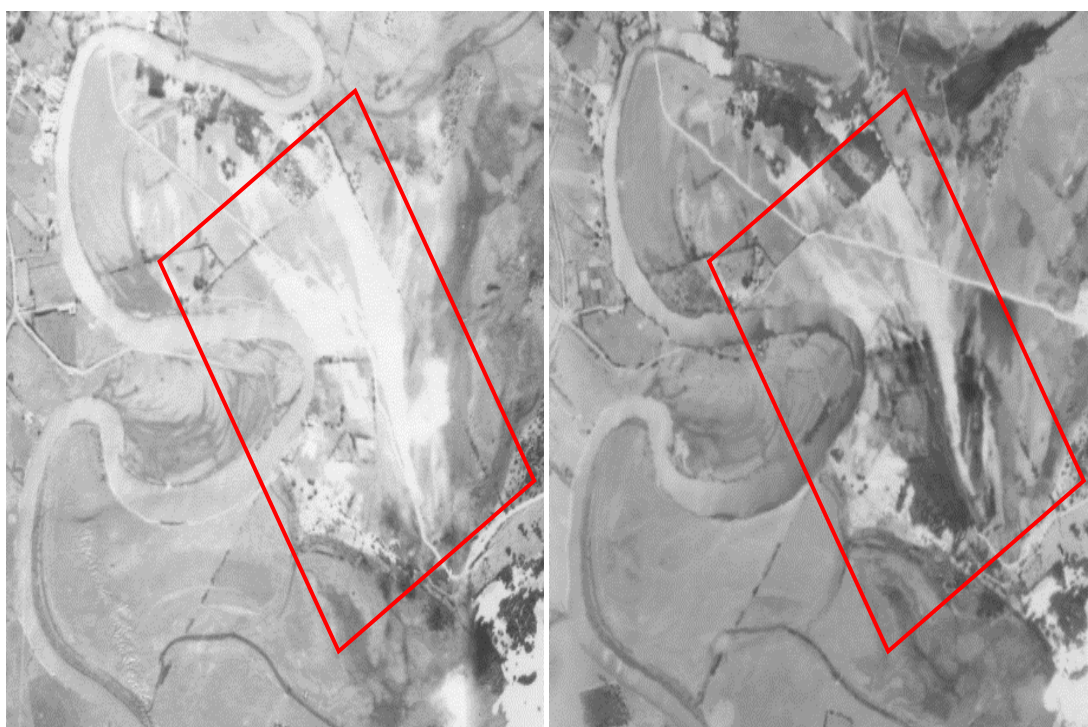


Figura 31 - Localização das terras de Antonio José de Oliveira Castro nas imagens aéreas de 1953 (esquerda) e 1965 (direita). Fonte: POLIDORI, Maurício Couto partir do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel, 2003.

O arranjo espacial formado pelos componentes que permanecem na paisagem, aponta novamente para a força de permanência dos elementos naturais da paisagem e, evidencia a persistência das ações humanas de caráter espacial e geográfico. Embora a área tenha alterado profundamente sua função e caráter, a subdivisão territorial inicial persiste e permanece como um elemento ativo na estrutura da paisagem.

Mesmo a introdução de componentes fortes, como a estrada nova de ligação da cidade com o Laranjal, apresentando uma relação de contradição com o formato e limites da área, não foi capaz de anular a visibilidade da configuração inicial da gleba vendida em 1824. O fato gerou uma relação dissonante entre o traçado do loteamento, geometricamente relacionado com a configuração da estrada nova, e os limites da área loteada.

#### **4.6 Testamento de Isabel Francisca da Silveira**

Não foi possível localizar o testamento, a única referência encontrada foi com Heloisa Assumpção Nascimento em seu "**Nossa Cidade era Assim**" volume I, Pelotas, ano de 1989. Segundo a autora, Isabel Francisca da Silveira, conhecida como Isabel de Pelotas, redigiu seu testamento na presença do vigário Bernardino José do Espírito Santo Ferreira, no dia 17 de agosto de 1822.

Isabel não teve filhos e legou terras a duas sobrinhas-netas, Maria Regina da Fontoura e Isabel Dorotéia da Fontoura.

Maria Regina da Fontoura era casada com João Duarte Machado. O casal recebeu as terras da Estância Nossa Senhora dos Prazeres. Para Isabel Dorotéia da Fontoura, casada com João Simões Lopes, foram legadas as terras da Estância da Graça, ambas localizadas na sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres.

## CAPÍTULO 5

### SUCESSÃO DA ESTÂNCIA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DE PELOTAS

#### 5.1 Partilha do casal de herdeiros

A área onde ficava a sede da estância foi legada, em 1822, para Maria Regina da Fontoura, casada com João Duarte Machado. Inicialmente, moraram em uma casa junto a primeira olaria, localizada nas margens do arroio Pelotas. Com a venda das terras por Isabel Francisca da Silveira, a olaria foi transferida para o Potreiro da Praia. O casal vivia com quatro filhos homens, uma filha mulher e uma adotada.

A construção do gráfico de linhagem do casal serviu para orientar a localização dos inventários da família. A partir deste levantamento foi possível comparar e observar os bens móveis e imóveis da “Estância Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas” (Figura 32).

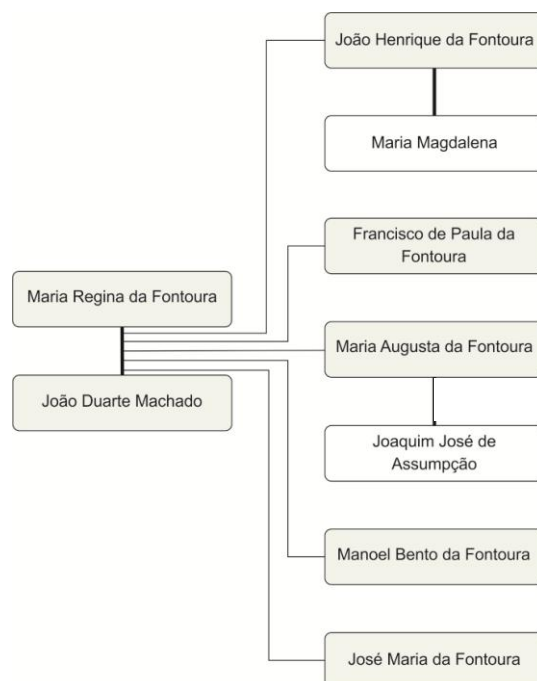


Figura 32 - Quadro da genealogia de Maria Regina da Fontoura e João Duarte Machado.  
 Fonte: APRGS, Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1828.

## 5.2 Inventário de João Duarte Machado

No dia 15 de outubro de 1827, João Duarte Machado recebeu em sua moradia, na casa-sede da estância, o escrivão para redigir seu testamento. Declarou ser cristão católico romano, natural de Lisboa, e definiu toda a relação de seus bens e solicitou missas e sepultamento. Salientou ter sido herdeiro e testamenteiro de Isabel Francisca da Silveira (APRGS, Inventário de João Duarte Machado, 1828).

Foram relacionados cinco filhos: João Henrique, solteiro com 26 anos; Francisco de Paula, solteiro com 25 anos; Maria Augusta, casada com Joaquim José de Assumpção; Manoel Bento, solteiro com 19 anos, e José Maria, solteiro com 18 anos.

Também foi citada uma enjeitada, de pais desconhecidos, chamada Maria Magdalena. No inventário de Maria Magdalena pode-se observar que ela, em algum momento, tornou-se esposa de João Henrique da Fontoura (APERGS, Inventário de Maria Magdalena, 1856).

No ano de 1828 a fazenda então chamada “de Pelotas” (Figura 33) tinha como limites o canal São Gonçalo ao arroio Sujo, pela outra parte, dividia com Antonio Jose de Oliveira Castro, o licenciado Ignácio José Bernardes e Domingos de Castro Antiqueira (Barão de Jaguary).

As terras, quando partilhadas, possuíam uma légua e meia de campo (9900 m). A viúva recebeu metade das terras. A outra metade foi dividida entre os quatro filhos homens.

A filha Maria Augusta da Fontoura havia recebido, em dote de casamento, um terreno com estabelecimento de charqueada no Passo Real, na margem do arroio Pelotas, e um potreiro na barra do mesmo arroio. Como o dote recebido por seu casamento ultrapassava a sua quantia herdada, deveria repor o valor de 210.802 reis no espólio.

Os bens de João Duarte Machado encontravam-se listados dentro das seguintes categorias: bens de raiz, móveis e roupas, ouro e prata, escravos, animais e metade do dote da filha (Tabela 01).



Figura 33 - Localização da casa de morada da Estância Nossa Senhora dos Prazeres “de Pelotas”, seus limites até 1828 e confrontantes. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e nos documentos do APRGS, Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.

Tabela 01-Patrimônio de João Duarte Machado, 1828.

| TIPO DE BENS                      | VALOR EM RÉIS (Rs) | % VALOR TOTAL |
|-----------------------------------|--------------------|---------------|
| <b>Bens de raiz</b>               | 21:025\$596        | 45,06%        |
| <b>Escravos</b>                   | 14:367 \$ 200      | 30,79%        |
| <b>Animais</b>                    | 6:347 \$ 600       | 13,60%        |
| <b>Meio dote de Maria Augusta</b> | 3:839 \$ 600       | 8,23%         |
| <b>Ouro e prata</b>               | 580\$520           | 1,24%         |
| <b>Móveis e Roupas</b>            | 502\$560           | 1,08%         |
| <b>TOTAL</b>                      | 46:663\$076        | 100%          |

Fonte: APRGS, Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.

Dos valores apresentados, se destacaram primeiramente, os bens imóveis, os cativos e os animais. Mereceu realce o valor do dote da filha, o que evidenciou que o casamento era uma tática para a ampliação da posição social (MARQUES, 2011).

No inventário de João Duarte Machado, datado de 1828, destacaram-se os bens de raiz, nos quais a aquisição de terras por compra ou concessão era uma estratégia fundamental para prestígio. A quantidade significativa de escravos e o número relativamente reduzido de animais sugeriu que a olaria teve importante papel produtivo.

### **5.3 Bens Imóveis e Infraestrutura da Estância**

As terras da Estância foram avaliadas em doze mil contos de réis. Constava uma *morada de casas de vivenda* coberta com telhas, assoalhada e com forro de ripas e uma cozinha (muito velha) no valor de quatrocentos mil réis.

A capela coberta de telha, com oratório e seus pertences, era o imóvel de maior valor. Foi avaliada em seiscentos mil réis. Uma olaria coberta de capim, com seus pertences, no valor de quinhentos mil réis. Dois armazéns com quartos para hóspedes, um de madeira arruinado, valendo vinte e cinco mil e seiscentos réis, e outro de tijolos e telhas de barro, também arruinado, no valor de quinhentos mil réis. Estes armazéns haviam aparecido na medição da estância de 1812 (BPP, RPTMP, 1812).

O inventário incluiu junto aos bens de raiz, um potreiro, por seis mil contos de réis; um pomar, aos fundos das casas com pereiras, macieiras e laranjeiras no valor de seiscentos mil réis. E outro pomar de laranjeiras, por quatrocentos mil réis.

### **5.4 Bens Móveis e Semoventes**

Segundo definição do Código Civil, juridicamente os bens móveis foram definidos como aqueles que, sem deterioração na substância ou na forma, podem ser transportados de um lugar para outro. Enquadram-se nessa classe

de bens dotados de movimento próprio, os animais e escravos, chamados semoventes (BRASIL, Código Civil, 2002).

#### **5.4.1 Cativos**

No inventário de João Duarte Machado foi arrolado o total de 54 escravos e duas alforriadas, citadas junto aos esposos. Dos trabalhadores escravizados, eram 35 homens (65%) e 19 mulheres (35%). Havia entre os cativos declarados 18 crianças de 0 a 12 anos, correspondendo a 33% do plantel. Oito cativos (16%) eram provenientes do Continente Africano (denominados de *Nação da Costa*). Os demais, nascidos no Brasil, foram classificados como 31 crioulos, nove cabras e três pardos. O valor, por cativo, variava entre cem mil e quinhentos mil réis, dependendo da idade, gênero e condição física. Os mais valiosos eram os homens jovens.

Apesar do número considerável de cativos, não apareceu no inventário o local ou o tipo de moradia dos mesmos. Saint Hilaire observou que as casas *dos negros* se espalhavam pelas estâncias, podendo se localizar próximas das áreas de trabalho. Rústicas e provisórias, essas casas eram denominadas de choupanas (SAINT HILAIRE, 1974).

#### **5.4.2 Animais**

Na relação dos animais constavam 1740 cabeças, distribuídas em 1480 reses, no valor de quatro mil réis por cabeça; 20 bois mansos, com valor de seis mil e quatrocentos réis cada; 100 ovelhas, no valor de seiscentos e quarenta mil réis cada; 30 cavalos, com valor de cinco mil réis; 30 potros, por dois mil réis e 80 éguas, avaliadas em trezentos e vinte mil réis, cada.

#### **5.4.3 Meios de transporte e de trabalho**

Apareceram no inventário, enquanto bens usados para o transporte, uma canoa e seus pertences, no valor de dez mil réis; um carretão velho, de doze mil e oitocentos réis; e uma carreta nova e seus pertences, com valor de sessenta e quatro mil réis. Não constou nenhuma indicação do uso.

Provavelmente o carretão era usado para a estância e olaria. A carreta nova para a família.

Faziam parte do rol do inventário duas pedras de moinho, muito velhas, totalizando o valor de quatro mil réis (Figura 34). De acordo com Osório (1922), "[...] a região do Rincão das Pelotas constituía o empório dos trigos desde o final do século XVIII até as duas primeiras décadas do século XIX." (OSÓRIO, 1997, p. 25). Nas medições de 1795, apareceu referência às diversas lavouras cercadas, sem especificar qual o cultivo.



Figura 34- Pedras de moinho. Fonte: Acervo do autor, 2014.

### 5.5 Medição de 1831

A questão judicial teve início depois do pedido de medição, requerido em 1831 por Maria Regina da Fontoura, para delimitar suas terras. A medição foi realizada no dia 02 de maio de 1831.

A primeira base foi instalada no arroio Sujo, a 83° graus Noroeste um marco de pedra de onde foram medidas 834 braças [1.534,56 m]. Para instalar o segundo marco; foram medidas mais 141 braças [259,44 m], até o terceiro marco, foram medidas 296 braças [544,64 m] que iam até um capão de mato que ficava por de trás de um arranchamento de Antonio José Rodrigues, onde

foi instalado o quarto marco de pedra, deste ponto foram medidas 428 braças [787,52 m], até um valo junto à margem do arroio Pelotas, onde ficou levantado o quinto marco de pedra, totalizando 3126,16 metros de comprimento (APRGS, Medição por Maria Regina da Fontoura. Autos-669, Mç.-17, Est.-19. Ano 1831. 2º Cartório Civil de Rio Grande).

Os limites da estância chamada "De Pelotas" tinham então, como confrontantes, o Barão de Jaguary e Antonio José Rodrigues.

Também uma porção de terreno foi cedida ao comendador José de Oliveira Castro, pelo ato de outra medição judicial ocorrida em janeiro de 1850, no qual mostrou legalmente que, parte das terras, pertencia ao comendador (APRGS, Inv. De Maria Regina da Fontoura, 1853).

## **5.6. Inventário de Maria Regina da Fontoura**

A viúva de João Duarte Machado, Maria Regina da Fontoura, faleceu no dia 15 de abril de 1847 e seu inventário foi realizado no dia 25 de junho de 1853. Morreu 20 anos após seu esposo, e a partilha foi realizada em 06 de julho de 1853.

Os filhos relacionados eram em número de três; João Henrique da Fontoura e sua esposa D. Maria Magdalena; Manoel Bento da Fontoura e José Maria da Fontoura. A única filha Maria Augusta da Fontoura, casada com Joaquim José d'Assumpção e já falecidos, deixou descendentes, que foram então incluídos na partilha. Eram eles: Maria Joaquina da Fontoura, divorciada de José Victorino Resende; Joaquim José d'Assumpção e sua mulher D. Cândida Clara da Fontoura e Antonio Raimundo d'Assumpção. Eram todos maiores de idade, filhos e netos da falecida D. Maria Regina da Fontoura.

Neste momento constava então, uma porção de campo que fazia parte da fazenda denominada "de Pelotas", com 3126,16 m de largura.

No inventário de Maria Regina da Fontoura estava incluída a parte do falecido filho Francisco de Paula da Fontoura, da qual foi herdeira universal (figura 35).



Figura 35 - Limites aproximados da Estância Nossa Senhora dos Prazeres “de Pelotas” e casa de morada, 1853. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e documento do APRGS, Inventário de Maria Regina da Fontoura. Autos-18. Acondicionador-006.0101. Est.-140. 1ª Vara Cível de Rio Grande, 1853.

Declarava também que a meia légua de campo descrita e avaliada seria mais ou menos o líquido, deduzida da porção de campo que havia amigavelmente cedido ao confrontante Antonio José Rodrigues, em razão de uma questão judicial iniciada em 10 de setembro de 1832.

### 5.7 Bens Inventariados em 1853

Os bens imóveis relacionados no inventário incluíam: uma casa já muito arruinada, com uma cozinha separada, no mesmo estado; outra casa mais afastada, também em mal estado; um pomar e uma plantação de laranjeiras, em um lugar chamado “Pecegueiro”; uma capela com oratório, em estado precário; o “Potreiro da Praia”; e cativos.

A casa, pomar e plantação de laranjeiras, a capela, o potreiro já haviam aparecido anteriormente, apenas a casa mais afastada não foi identificada nos

inventários anteriores. Quanto aos bens móveis, apenas os cativos foram arrolados.

Foi relacionado um terreno na margem esquerda do arroio Pelotas, com 100 braças [220 m] de frente por 50 braças [110 m] de fundos, onde estavam instalados os herdeiros Manoel Bento e Jose Maria, com estabelecimento de charqueada (Figura 36). Esta porção de terras, possivelmente, supriu o valor que deveria ser reposto na partilha por Maria Augusta da Fontoura, pelo seu dote de casamento.



Figura 36 - Localização da Charqueada dos Fontouras e sede. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e nos documentos do APRGS, Inventário de Maria Regina da Fontoura. Autos-18. Acondicionador-006.0101. Est.-140. Ano 1853. 1ª Vara Cível de Rio Grande.

Os três co-herdeiros netos também possuíam um terreno com estabelecimento de charqueada, sendo que metade pertencia a Joaquim José d'Assumpção. A outra metade incluía a casa de morada de Antonio Raimundo d'Assumpção (Figura 37).

Também foi arrolado um terreno junto ao Potreiro da Praia, que havia sido dado em dote de casamento para Maria Augusta da Fontoura (Figura 38).

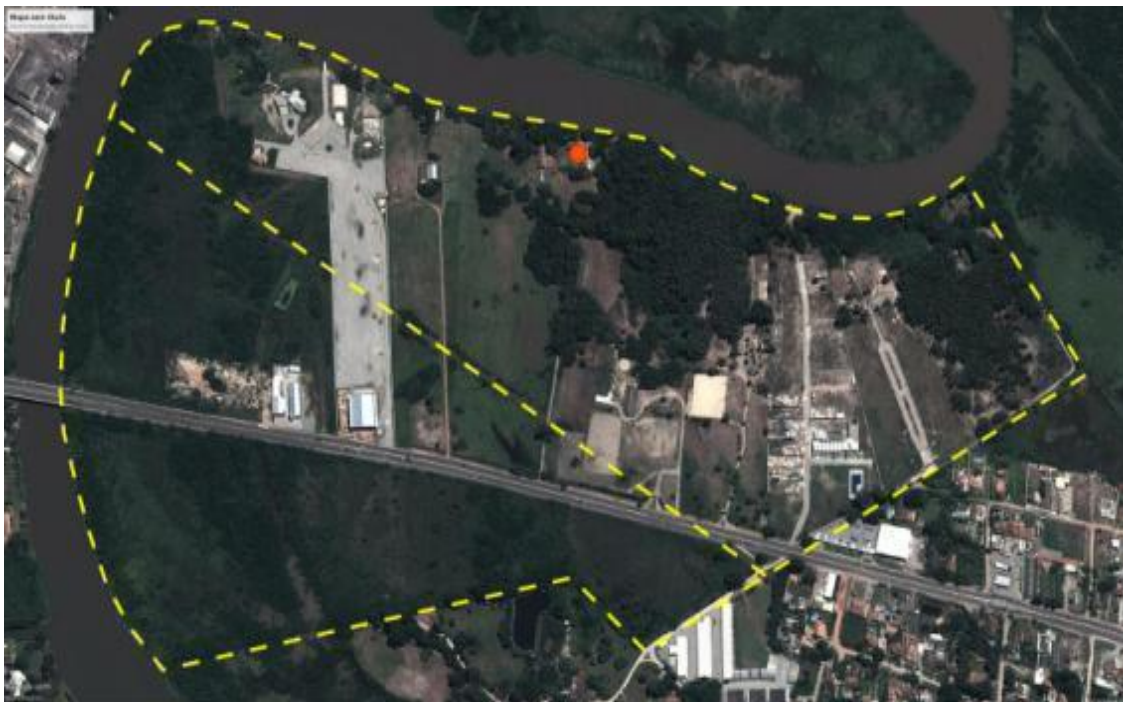


Figura 37- Terreno da Charqueada da Costa. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e nos documentos do APRGS, Inventário de Maria Augusta da Fontoura. Autos-514, Mç.-22, Est.-4. Ano 1845. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande.



Figura 38- Terras do dote de Maria Augusta da Fontoura. Fonte: Disponível em < [http://pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranja/\\_historia.htm](http://pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranja/_historia.htm)> Acessado em: 10 maio 2014.

O potreiro, na barra do arroio Pelotas, era limitado por uma sanga executada pelo comendador Joaquim José de Assumpção, chamada de “Sanga de Dona Clara” (Figuras 39 e 40). A sanga recebeu esta denominação por finalizar quase defronte a casa de Clara Barbosa de Meneses (APRGS, Inventário de Maria Augusta da Fontoura, 1845).

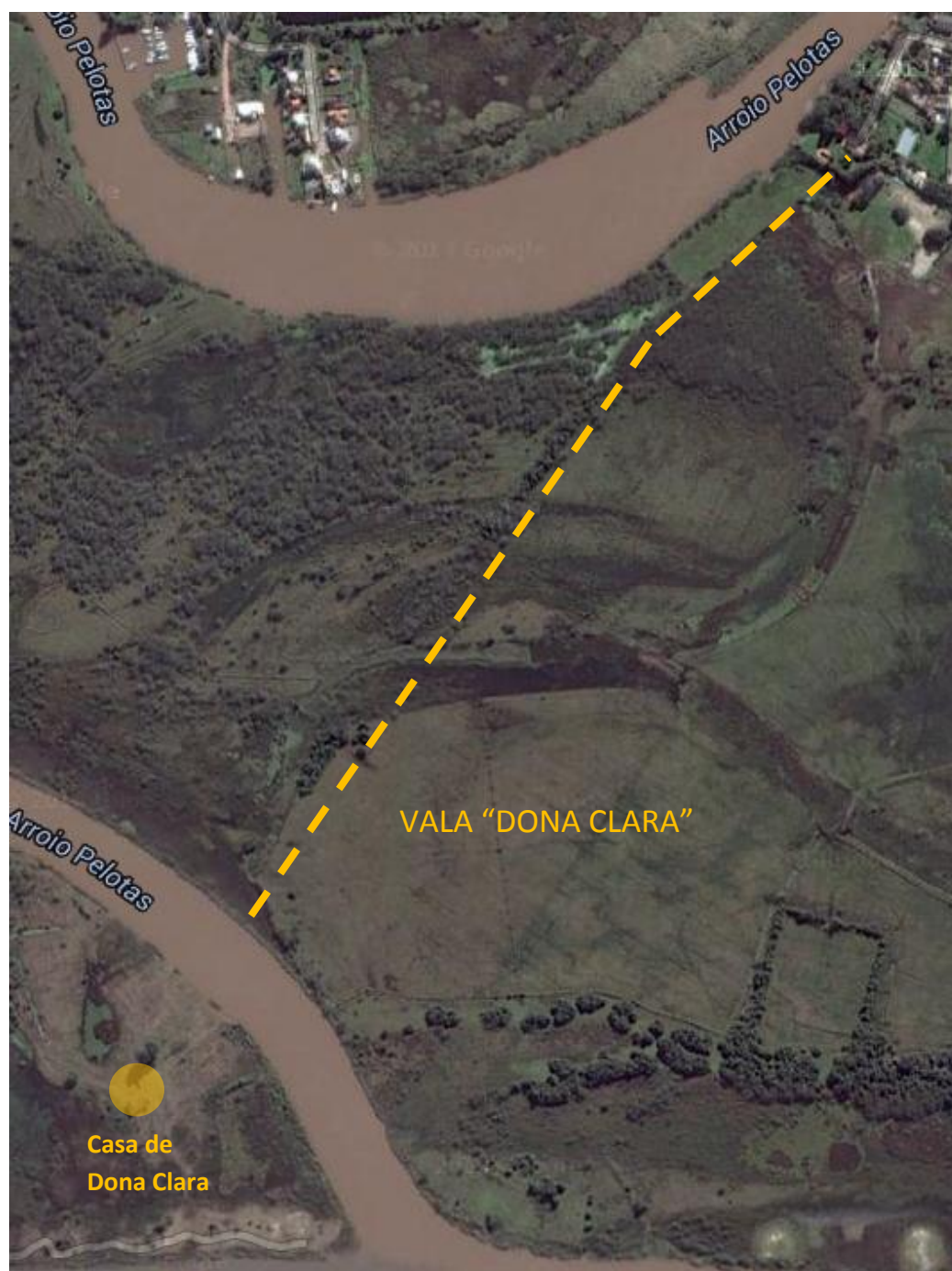


Figura 39- Vista aérea da vala Dona Clara. Fonte: Desenho do autor sobre o Google Earth, 2014.



Figura 40- Foto da vala Dona Clara, 2014. Fonte: Acervo do autor, 2014.

A casa de Dona Clara foi localizada por Ester Gutierrez em seu trabalho **Negros, charqueadas e olarias**, no estabelecimento pertencente a Manoel Soares da Silva e sua esposa Clara Barbosa de Meneses, na margem direita, na “Boca do Arroio Pelotas”. (GUTIERREZ, 2011, p. 224-225).

Para Manoel Bento e José Maria foi dividido o Potreiro da Praia, situado na margem esquerda do canal São Gonçalo, o qual iniciava logo à entrada da barra do dito canal (Figura 41).

João Henrique e sua esposa receberam uma parte do campo da fazenda chamada "de Pelotas", sem precisar a localização exata. Foi especificado entre os móveis, no inventário de Maria Regina da Fontoura, que João Henrique ficaria com uma mesa redonda trabalhada em marchetaria, que servia como toucador.



Figura 41 - Provável localização do Potreiro da Praia e dote de Maria Augusta da Fontoura. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e nos documentos do APRGS, Inventário de Maria Regina da Fontoura. Autos-18. Acondicionador-006.0101. Est.-140. Ano 1853. 1ª Vara Cível de Rio Grande.

### 5.7.1 Trabalhadores escravizados

No inventário de Maria Regina da Fontoura foi arrolado o total de 30 cativos e três crianças que acompanhavam suas mães, totalizando 33 cativos. Dos trabalhadores escravizados, 14 eram homens (42%) e 19 mulheres (58%). Havia entre os cativos declarados 8 crianças de 0 a 12 anos, nascidas entre os escravizados, correspondendo a 24% do plantel. Apenas uma cativa era proveniente do Continente Africano denominada de *Nação*, os demais, nascidos no Brasil, foram classificados como 13 crioulos, 10 cabras e nove pardos ou mulatos. O valor por cativo variava entre oitenta mil e quinhentos mil réis, dependendo da idade, gênero e condição física.

Foram partilhados dez cativos para cada herdeiro, sendo que Manoel Bento e José Maria da Fontoura recebem, em conjunto, 12 com o mesmo valor, sendo 50% homens e 50% mulheres.

## CAPÍTULO 6

### ESTÂNCIA DOS PRAZERES

#### 6.1 Estância e Implantação no Território

A Estância dos Prazeres existiu desde a época de Manoel Bento da Rocha e sua esposa Isabel Francisca da Silveira, embora com diversos nomes e variadas conformações territoriais ao longo do período estudado.

A partir dos dados levantados nos diversos documentos analisados (mapas, medições, testamentos e inventários), foi possível traçar uma aproximação da provável implantação de edificações e elementos da produção agropastoril dentro da Estância (Figura 42).

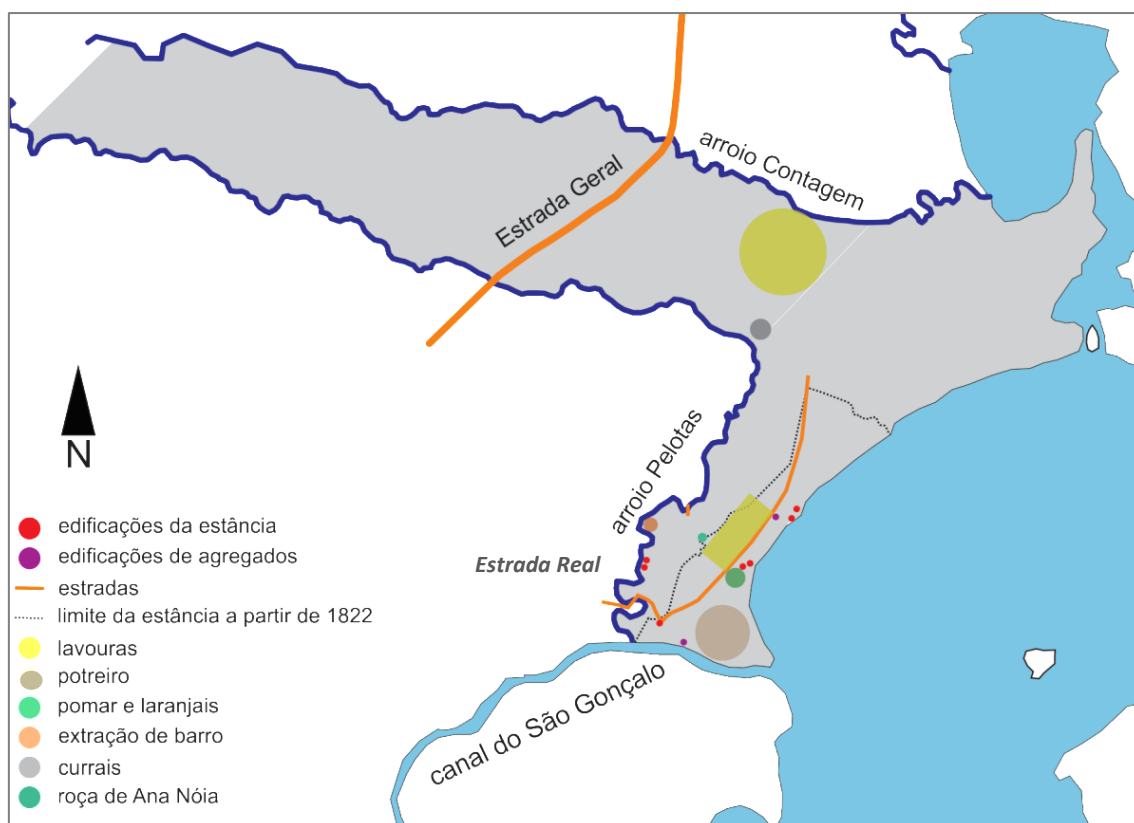


Figura 42 - Localização aproximada das edificações e atividades identificadas nos documentos analisados. Fonte: desenho do autor.

A distribuição dos elementos identificados mostrou que as edificações ficavam mais concentradas entre a Estrada Real e a costa da laguna dos

Patos. As atividades agropastoris estavam mais espalhadas, na região onde as mesmas foram claramente identificadas, dentro dos limites da parte herdada por Maria Regina da Fontoura e João Duarte Machado.

No período de Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira, existiam dois armazéns, currais e áreas de lavoura, assim como um “potreiro velho”. Os elementos identificados desse período sugerem uma estância com atividades divididas entre a agricultura e a pecuária, inclusive com o beneficiamento e armazenagem de grãos.

No período de João Duarte Machado e Maria Regina da Fontoura a área da estância foi significativamente reduzida e incorporou as atividades de olaria e pomares. A atividade pastoril permaneceu, pois no inventário de João Duarte Machado constava a descrição dos animais e um potreiro, denominado Potreiro da Praia, na região junto ao canal de São Gonçalo, mas as lavouras não foram mais citadas. Os itens arrolados e as datas dos respectivos documentos foram relacionados conforme a tabela 2, a seguir:

Tabela 02- Listagem dos itens relacionados com as edificações e atividades dos documentos pesquisados.

| ITENS                                 | DATA DOS DOCUMENTOS |      |      |      |      |      |      |
|---------------------------------------|---------------------|------|------|------|------|------|------|
|                                       | 1781                | 1791 | 1795 | 1812 | 1819 | 1828 | 1853 |
| <b>Casa</b>                           | X                   | X    |      |      |      | X    | X    |
| <b>Armazém + quarto de hóspedes1</b>  | X                   | X    |      | X    |      | X    |      |
| <b>Armazém + quarto de hóspedes 2</b> |                     |      |      | X    | X    | X    |      |
| <b>Capela</b>                         |                     |      |      |      |      | X    | X    |
| <b>Pedras de moinho velhas</b>        |                     |      |      |      |      | X    |      |
| <b>Lavouras</b>                       |                     |      | X    |      |      |      |      |
| <b>Currais</b>                        |                     |      | X    |      |      |      |      |
| <b>Olaria 1</b>                       |                     |      |      | X    | X    |      |      |
| <b>Olaria 2</b>                       |                     |      |      |      |      | X    |      |
| <b>Agregado das cercas</b>            |                     |      | X    |      |      |      |      |
| <b>Agregado do canal – Assumpção</b>  |                     |      |      | X    |      |      |      |
| <b>Roça velha – Ana Nóia</b>          |                     |      |      |      | X    |      |      |
| <b>Casa Duarte</b>                    |                     |      |      |      | X    |      |      |
| <b>Casa mais afastada</b>             |                     |      |      |      |      |      | X    |
| <b>Potreiro</b>                       |                     |      |      |      |      | X    | X    |
| <b>Pomar</b>                          |                     |      |      |      |      | X    | X    |
| <b>Laranjal</b>                       |                     |      |      |      |      | X    | X    |
| <b>Cativos</b>                        |                     |      |      |      |      | 54   | 33   |
| <b>Bovinos</b>                        |                     |      |      |      |      | 1500 |      |
| <b>Equinos</b>                        |                     |      |      |      |      | 140  |      |
| <b>Ovinos</b>                         |                     |      |      |      |      | 100  |      |

Fonte: Documentação listada nas fontes da pesquisa.

Nas medições de 1795 foi possível localizar uma área de lavoura próxima da casa de morada, e outra junto ao arroio Contagem, no limite Norte da estância. No referido documento constava que as mesmas eram cercadas. A primeira área de lavoura, possivelmente, estava localizada entre a margem Oeste da Estrada Real e a zona alagadiça (campos inundáveis e banhados) da costa do arroio Pelotas, acompanhando a estrada por aproximadamente 3.500 metros. Esta área é plana e se apresentava sem vegetação arbórea no mapa de 1781. A descrição da segunda área, junto ao arroio Contagem, era mais imprecisa em sua localização e dimensões. Ambos os locais ainda hoje são utilizados para o cultivo de lavouras.

Sobre as atividades agrícolas, no extrato de venda de 1819 constava uma pequena área entre a margem Oeste da Estrada Real e o arroio Pelotas, como sendo a “Roça Velha”. A roça, no período da venda era também denominada *Chácara de Ana Nóia*. Ela ficava localizada, estrategicamente, em um “plateau”, conformada pelos limites de um barranco cercado por vegetação nativa e banhado num dos lados.

A área da roça tinha aproximadamente 150 por 230 metros, o espaço não teve alterações muito significativas dos limites que estavam traçados no mapa da venda em 1819 até hoje. A possível antiga comunicação com a estância ainda permanece na paisagem, com um caminho ao lado de uma vala que finaliza na entrada da estância.

Quanto às atividades de cultivo, Fernando Luis Osório se referiu que a estância em 1784 “era habitada por gente de ilhoa e agricultora, tendo de base o cultivo do trigo, no final do século XVIII constituía o empório dos trigos” (Osório, 1997, p. 25). Auguste Saint Hilaire [1820/1821], quando esteve na região, relatou que as hortaliças plantadas no Sul do Brasil eram basicamente couves, favas, alface e ervilhas, sempre protegidos por valas e mimosas espinhosas (SAINT HILAIRE, 1974, p. 68).

Da atividade pastoril, a medição de 1795 relatou a presença de currais e um poteiro velho, ambos distantes da casa de morada e fora da área herdada por Maria Regina da Fontoura e João Duarte Machado.

No inventário de Duarte Machado e, depois, no de Maria Regina, constava a presença de um poteiro localizado junto ao canal do São Gonçalo, desde sua barra até a barra do arroio Pelotas. Essa área apresentava uma

barreira natural para a contenção do gado, por quase toda a sua extensão: os cursos d'água na parte Sul, Leste e Oeste e os combros de areia e áreas alagadiças em parte do limite Norte.

Atualmente, na extremidade Oeste da região do Potreiro da Praia, pode ser observado o que aparenta ser um antigo curral retangular, cercado por uma vegetação densa e nativa. O provável curral do Potreiro da Praia foi delimitado em seu perímetro por valas, que serviram para marcar os limites, e eram contidas com o auxílio de plantas nativas, que serviam como barreira para os animais, tinha a dimensão de 100 por 200 metros aproximadamente. Foi possível observar que o curral permaneceu na paisagem durante várias épocas. Foi observado nos levantamentos aérofotográficos de 1953 e 1965, até o atual Google Earth. Sua localização permitia uma relação próxima com a Estrada Real, o arroio Pelotas e o canal São Gonçalo (Figuras 43 e 44).



Figura 43- Vista aérea com a posição do provável curral. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth e imagens aéreas de 1953.



Figura 44- Vista aérea do curral obtida pelo Google Maps e foto no interior do curral. Fonte: Acervo do autor, 2014.

Curtis (2006) citou a existência de duas mangueiras de forma retangular e construídas com pedras, em São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, remanescentes do final do século XVIII e início do XIX. A técnica do uso de valas cercadas com plantas nativas, conforme a encontrada no curral do Potreiro da Praia, foi largamente citada por Saint Hilaire (1974) em sua viagem ao Rio Grande do Sul. Ele as descreveu como valas profundas, tendo ao lado plantações em moitas, formando um pequeno muro. Nas moitas eram plantadas cactáceas (*Cereus*, *opuntia*, e flores de *Oxalis*) palmeiras e outras espécies, servindo para proteger as plantações, demarcação de terras e currais. As valas eram um costume utilizado antes da criação de cercas por arame, prática somente iniciada por volta de 1870.

A presença de pomares na Estância dos Prazeres apareceu a partir do inventário de 1828, de João Duarte Machado. Estavam localizados nos fundos da casa de morada com macieiras, pereiras e laranjeiras. Também foram relacionadas laranjeiras no alto da lomba, após o pomar. No mapa da medição e divisão na sucessão de Antonio Augusto de Assumpção de 1939/1940, confirmou a presença dos pomares nos fundos da casa de morada (Figura 45).

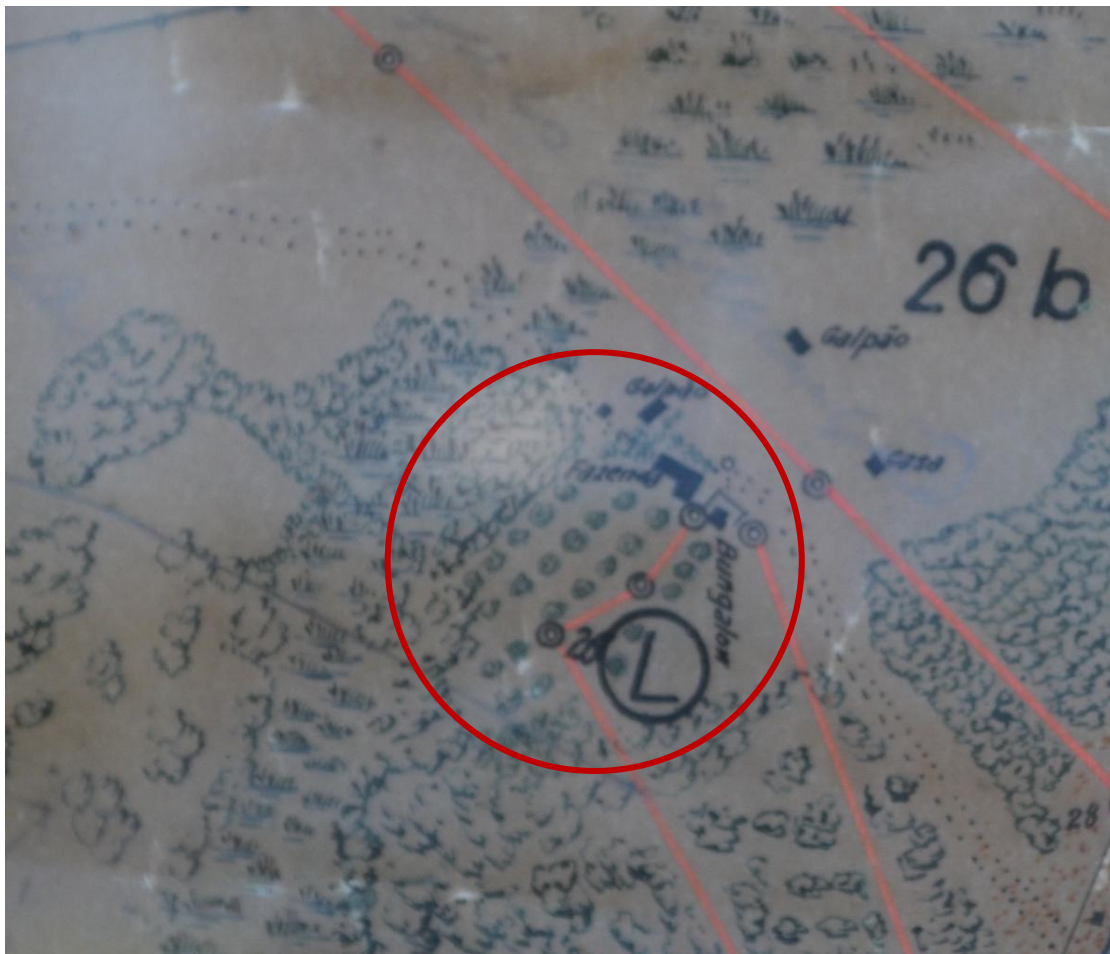


Figura 45- Detalhe do pomar. Fonte: CREA- 8ª Região, Santa Maria, RS, Registro 1495, pertencente ao casal Gilberto Demari Alves e Ivone de Assumpção, Laranjal.

Auguste Saint Hilaire (1820/1821) admirou-se com os grandes pomares existentes na região. Os cuidados da roça e dos pomares dependiam da mão de obra escrava, sendo que nos grandes pomares ele calculou que seriam necessários por volta de 12 escravos para o cuidado diário (SAINT HILAIRE, 1974).

## 6.2 Conjunto Edificado da Estância

O conjunto edificado da estância era constituído por casa de morada, cozinha, armazéns, olaria, capela e diversas casas de agregados. Quanto à habitação dos cativos, não houve nenhuma referência à localização e às características das instalações. Os elementos edificados na estância surgiram e desapareceram em diversos momentos ao longo do período estudado (Figura 46).

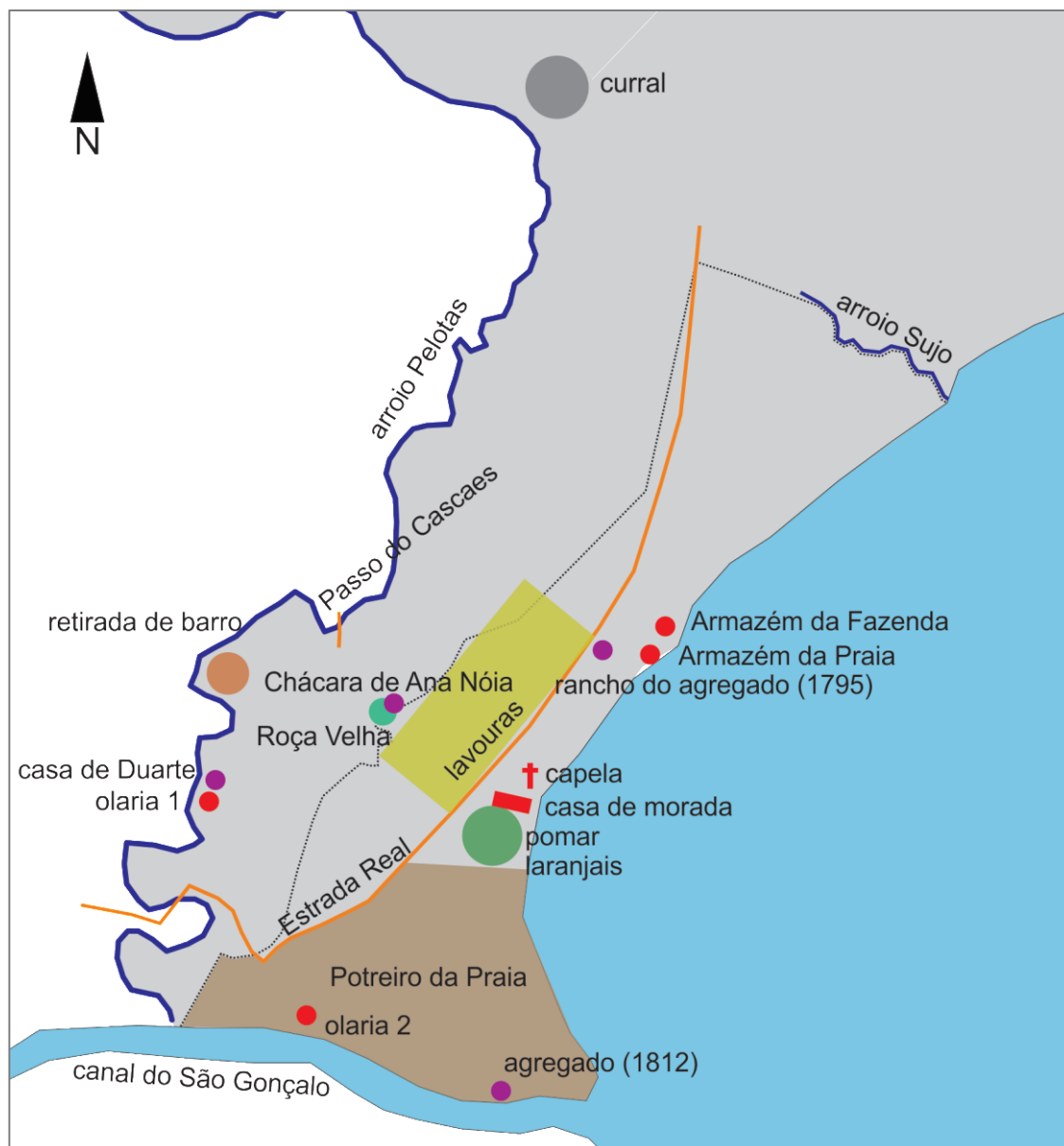


Figura 46- Implantação dos elementos constituintes na Estância dos Prazeres. Fonte: desenho do autor com base em toda a documentação analisada.

### 6.2.1 Casa de morada e cozinha

A casa de morada da estância ficava localizada no lado Leste da estrada, aproximadamente a 600m de distância da mesma, e a 500m da costa da laguna dos Patos, no alto da lomba da linha de dunas que acompanhava a orla. O lugar era o ponto mais alto do terreno, privilegiado em termos de visualização e controle, tanto da orla quanto da estrada. A casa aparece

sinalizada no mapa de 1781, no testamento de 1791 e nos inventários de 1828 e de 1853.

A casa de morada foi descrita nos dois inventários como sendo construída de tijolos, com cobertura de telhas de barro. A cozinha também de tijolos, erguida separadamente, com cobertura de capim.

A casa da estância foi objeto de levantamento arquitetônico no ano de 2001, e sua planta encontra-se reproduzida na figura 46 a seguir. Por esse levantamento, foi possível observar que a construção sofreu diversas alterações ao longo do tempo. Pode-se notar a presença de diversas paredes com espessuras diferentes. Chamou à atenção a presença de duas paredes muito grossas, atualmente dentro do corpo da casa.

Foi observado *in loco*, que a espessura da parede Norte possuía 60 cm. Enquanto que a parede Sul do corpo principal da casa tinha 45 cm. A parede interna grossa, mais à direita, apresentou espessura condizente com a parede Norte, medindo 53 cm.

Com base no levantamento e nas observações *in loco*, pode-se supor que a casa teve uma planta retangular de aproximadamente 12 por 10 metros (120 m<sup>2</sup>). Depois, teve um acréscimo de nova área, de 6 por 10 metros (60 m<sup>2</sup>). Assim, pode-se colocar, como hipótese, que a tipologia da casa da estância tendia ao retângulo, conforme a espessura de algumas paredes e observação *in loco* (Figura 47).

Todas as demais paredes internas e externas aparentaram intervenções posteriores. Não foi possível identificar onde ficaria a localização da edificação da cozinha.

Provavelmente o primeiro retângulo correspondeu à morada do casal Manoel Bento e Isabel Francisca, com espaços de sala e dormitório(s). Com a mudança do casal Duarte Machado e Maria Regina, conjuntamente com seus cinco filhos e enteada, a casa ficou pequena e surgiu a necessidade de mais dormitórios. O que nos remeteu a um prolongamento da construção (Figura 47 e 48).

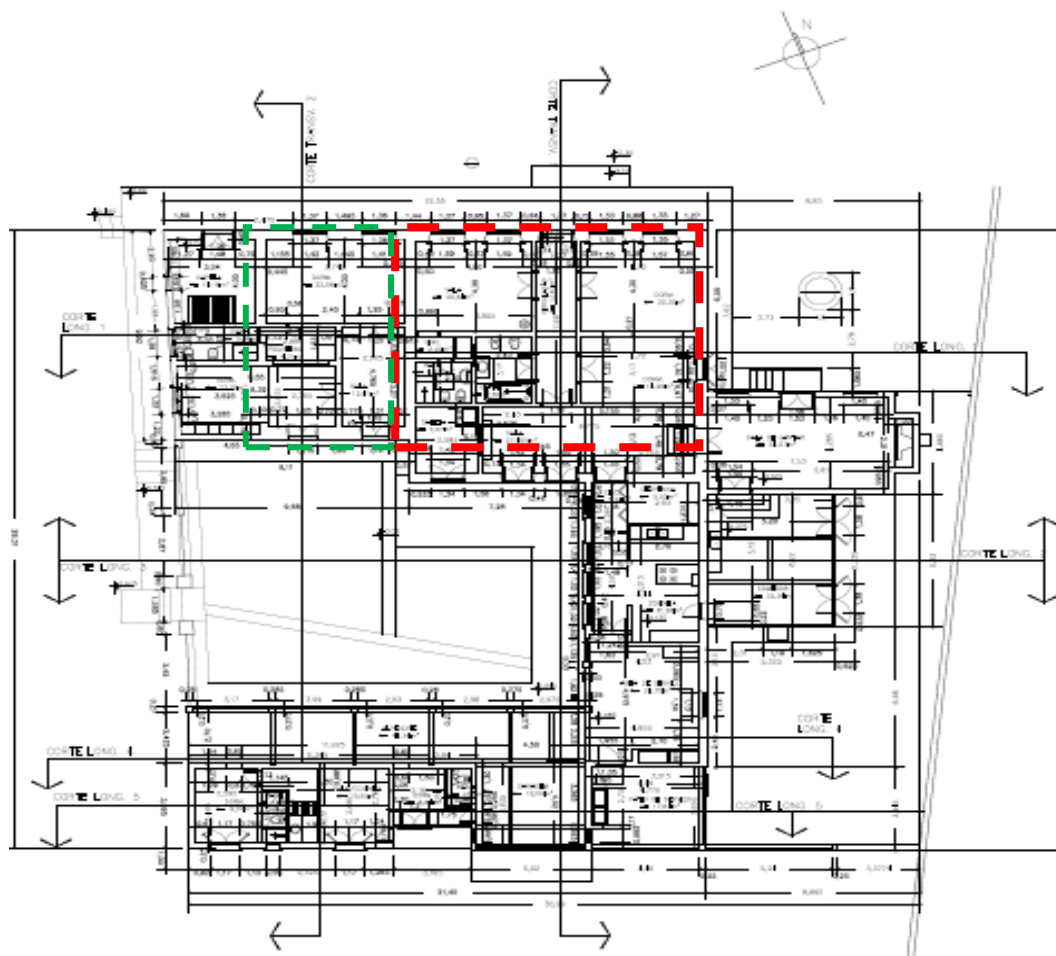


Figura 47- Planta da atual casa da família Assumpção. Em vermelho, provável núcleo original e em verde, suposto acréscimo, Pelotas, RS. Fonte: NEAB, levantamento realizado pela Arq. Vanessa Baldoni, 2001.



Figura 48 – Casa de moradia da Estância dos Prazeres, atual residência da família Assumpção, Pelotas, RS-Laranjal. Fonte: Foto do autor, junho de 2015.

A planta retangular também foi o tipo predominante nas estâncias estudadas por Silva (2003) para o período de 1758 a 1853, no Norte do Estado. Como material das alvenarias predominou o uso da pedra, mas o tijolo também foi encontrado. Das seis estâncias que foram construídas no período focado nesta dissertação e estudadas por Silva, em três casos, o acesso aos compartimentos era feito diretamente de um para o outro, sem o uso de corredor. E nos outros três, o acesso aos compartimentos dava-se partir da sala exclusivamente. Ou seja, a sala servia como elemento distribuidor. A tipologia distributiva das plantas baixas dominante diferia daquela praticada nas construções urbanas para o mesmo período, onde dominava o uso do corredor lateral ou central (REIS FILHO, 1997).

Cabe salientar que, no estudo realizado por Macedo, foi observada a função da casa açoriana. Ele salientou três espaços de vivência: a cozinha, o meio da casa e o quarto de camas (MACEDO, 1980).

Por outro lado, tanto Silva (2003) quanto Luccas (1997), salientaram que a casa de morada das estâncias era cercada por um conjunto de edificações com uma implantação aleatória, e isto não se verificou na Estância dos Prazeres. Com exceção da cozinha, as demais edificações ficavam distantes. Tão pouco se verificou particularidades militares na edificação, conforme apontado por Weimer (1987) e Macedo (1980). Apenas a localização na topografia apresentou uma estratégia de controle visual do entorno.

### **6.2.2 Armazéns**

Constava, nos documentos, a presença de dois armazéns dentro da estância, denominados de armazém da Fazenda e armazém da Praia. No inventário de Duarte Machado de 1828, havia a descrição de que o armazém da Fazenda era de alvenaria de tijolos, coberto de telhas. E que o da Praia era de pau e telhado também de telhas. Não havia explicações da finalidade dada a cada armazém ou à natureza dos bens e/ou produtos neles armazenados. No mesmo documento, também constou que, nos referidos armazéns havia quartos de hóspedes, embora o texto não esclareça a quantidade ou o tipo de acomodações e móveis disponíveis.

Isabelle Arsène (1834), em sua viagem pela região, observou alguns arranjos das construções no âmbito de uma estância.

[...] Na maioria das estâncias ou fazendas há um rancho aberto, sem outro móvel que um barril ou talha d'água, um chifre, um banco ou dois e, raras vezes, uma cama de lona estirada feita com correias de couro não curtidas: é o que os brasileiros chamam *casa dos hóspedes* [...] (ARSENÉ, 1983, p.35).

No mapa de 1781 apareceu sinalizado um dos armazéns, ou a casa do agregado “onde fecham todas as cercas”, citado na medição de 1795. (Figura 49 e 50). O segundo armazém foi declarado, pela primeira vez, nas medições de 1812. Por meio dessa medição também foi possível localizar os armazéns com mais precisão.



Figura 49- Detalhe do mapa de 1781. Fonte: Arquivo Nacional – sesmarias - Estado do Rio Grande do Sul. Notação BI- 14.2, folha 2.

Segundo a medição (Figura 50), o armazém da Fazenda se localizava a 585 braças (1076,4 m) ao Sul do “Canal de pegar peixe”, o qual estava distante da boca do arroio Sujo 2655 braças (4885,2 m), ou seja, o atual arroio Totó. Também foi localizado, na mesma medição, o armazém da Praia, localizado 100 braças (276m) ao Sul do armazém anterior (BPP, RPTMP, L.006).

Em 1853, no inventário de Maria Regina, não constavam mais os armazéns, sugerindo que os mesmos haviam sido demolidos, ruído ou não eram mais dignos de valor.



Figura 50 – Localização aproximada de dois armazéns relatados na medição de 1812. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth, 2014 e BPP, RPTMP, Livro 006, p. 14 verso.

Embora no inventário de Duarte Machado aparecessem duas pedras de moinho “muito velhas”, nos registros não constaram em nenhum momento a presença de uma atafona ou moinho.

Nos estudos de Luccas e Silva, dentro do programa de necessidades das estâncias, a construção utilizada para as práticas produtivas foi denominada de galpão. Para Luccas eram uma constante, e foram incluídas as atafonas, onde a produção agrícola ganhava importância. Silva por sua vez, classificou os galpões em três grupos. O primeiro compreendia serviços domésticos próximos a casa, como a cozinha suja, quarto de cativos, criados e peões. Quanto ao quarto de hóspedes, se inseria na segunda classificação, pois salientou que era comum que ficasse em compartimentos isolados da família. Por último, o galpão, destinado para depósito, cativos e animais.

### 6.2.3 Olarias

Em algum momento anterior a 1812, foi instalada no local uma olaria, de João Duarte Machado e sua casa nas margens do arroio Pelotas. A localização da olaria se deu através da medição de 1812, onde constava a presença de uma olaria localizada aproximadamente a 1800 metros, desde o Paço Real em

direção ao Norte. A área, vendida por Isabel em 1819, vinha descrita no documento como “um terreno ou potreiro” localizava-se entre o arroio Pelotas e um banhado ou pântano, onde constava o limite mais ao Sul do arroio Pelotas. Foi descrito como “lugar onde algum tempo existiu a olaria de João Duarte Machado”, e localizando mais ao Norte ficava o “lugar onde o mesmo Duarte tirava o barro”, denominado “Volta das Égoas” (BPP, RPTMP, 006). O inventário do comprador da área, datado de 1841, confirma a presença da olaria descrevendo “um potreiro na margem do arroio de Pelotas onde tem uma olaria” (Figura 51).

A olaria foi transferida para uma área dentro do “Potreiro da Praia”, conforme foi descrito no inventário de Duarte Machado, em 1828. No referido inventário especificava que o prédio tinha cobertura de capim.

Ambos os locais das olarias eram distantes da casa de morada da estância. A presença de olarias nas charqueadas junto ao arroio Pelotas foi uma constante. Conforme Gutierrez (2011), havia a presença de olarias na metade das fábricas de salga. Nas primeiras construções, utilizaram o pau-a-pique. O forno e o galpão tinham cobertura de capim. Em seguida, as paredes foram substituídas por alvenaria de tijolos e as coberturas, por telhas cerâmicas (GUTIERREZ, 2011).

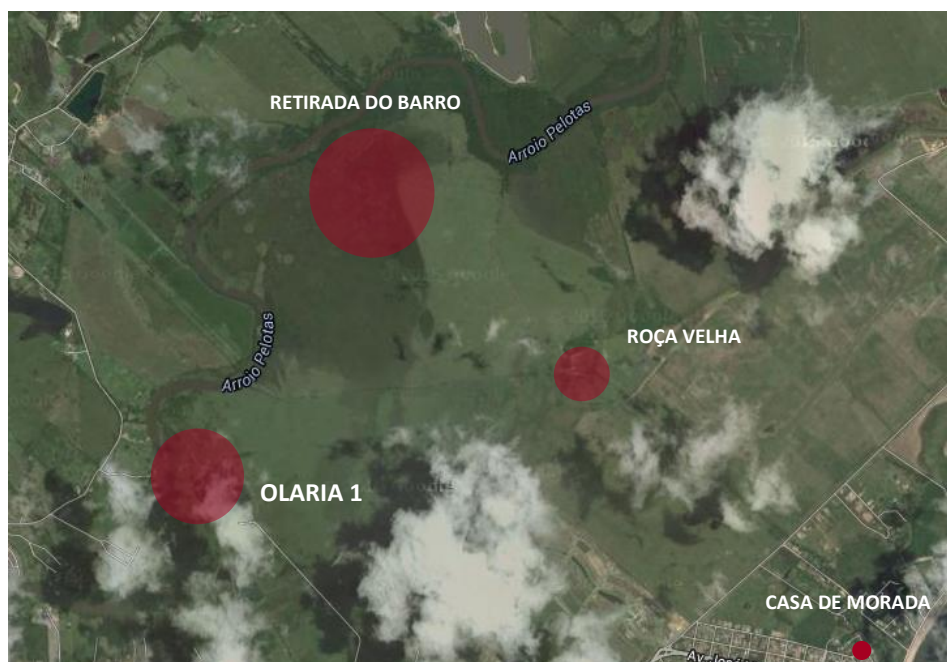


Figura 51- Ollaria da fazenda, lugar de tirar barro e a Roça Velha, segundo medição de 1812. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas imagens de satélite do Google Earth 2014 e BPP, RPTMP, Livro 006, p. 14 verso.

## 6.2.4 Edificações dos agregados

Em diversos documentos constou a presença de agregados dentro da área da estância. O mapa de 1781 representou diversos pontos que foram interpretados como construções (Figura 52). Além da casa de morada, surgiu como marcação dentro da área da estância outro ponto. Este ficava aproximadamente no local do armazém da Fazenda e de “rancho de seu agregado desta fazenda onde se fecham todas as cercas”, citado na medição de 1795. Possivelmente esta marcação representava a edificação da morada de Tomás José da Silveira, irmão de Isabel, que foi referido nos trabalhos de Kühn (2006) e Comissoli, (2006) como sendo um agregado de Bento da Rocha durante os anos de 1781 e 1782.

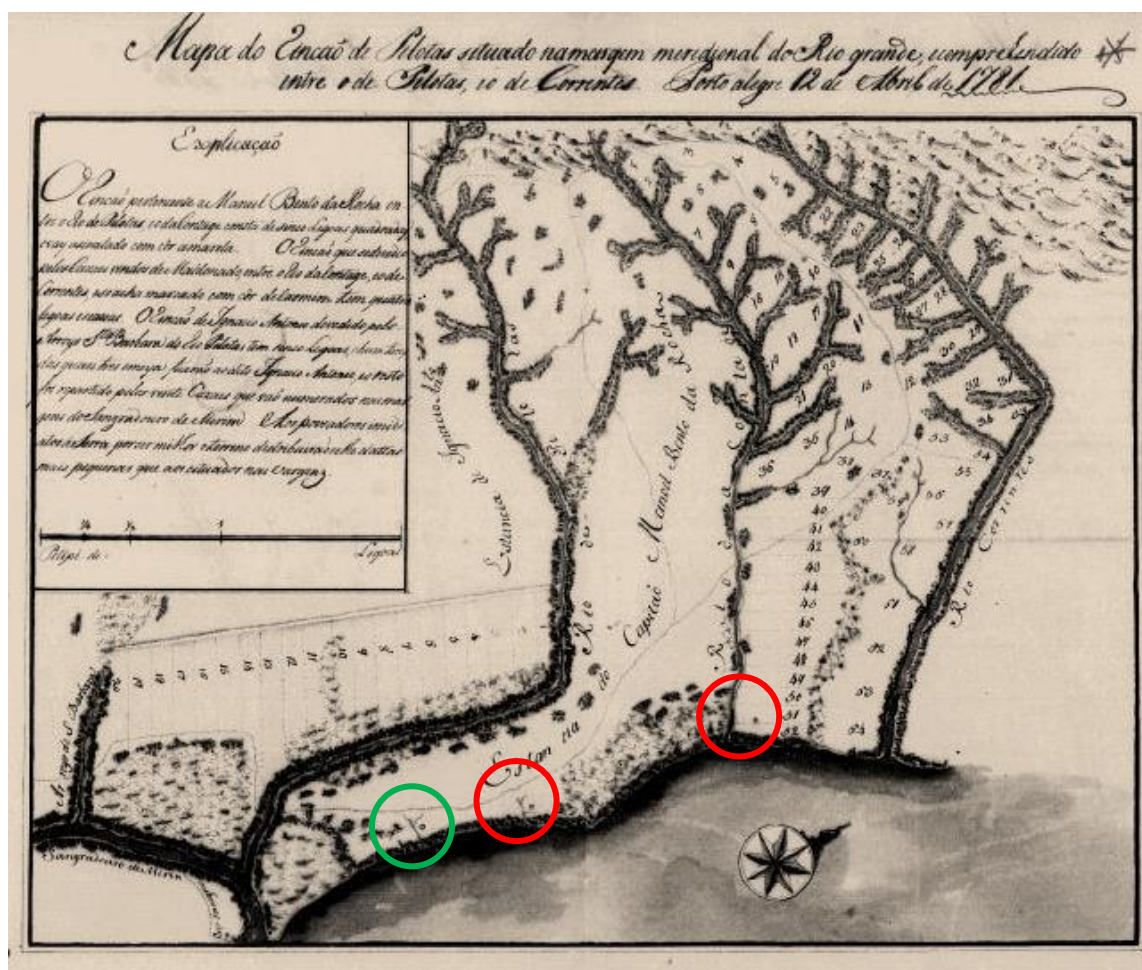


Figura 52: Mapa de 1781 com suposta representação da casa de morada (verde) e agregados (vermelho). Fonte: Arquivo Nacional – sesmarias - Estado do Rio Grande do Sul. Notação BI-14.2, folha 2.

Outro agregado relatado foi uma afilhada de Isabel Francisca e seu marido. A área próxima da serra dos Tapes foi inicialmente doada para essa afilhada em 1813 e, depois, constou como vendida por Isabel em 1819, para o marido da afilhada. O documento de venda dizia que a área era um terreno encostado à serra, que compreendia “quase tudo de mato e alguns pequenos campos”. No documento constou que o comprador era “morador nesta mesma fazenda”, com casas, currais e mais benfeitorias.

A medição de 1812 mostrou um agregado nas margens do canal de São Gonçalo. Esta construção foi desenhada no mapa que acompanha a medição (Figura 53).

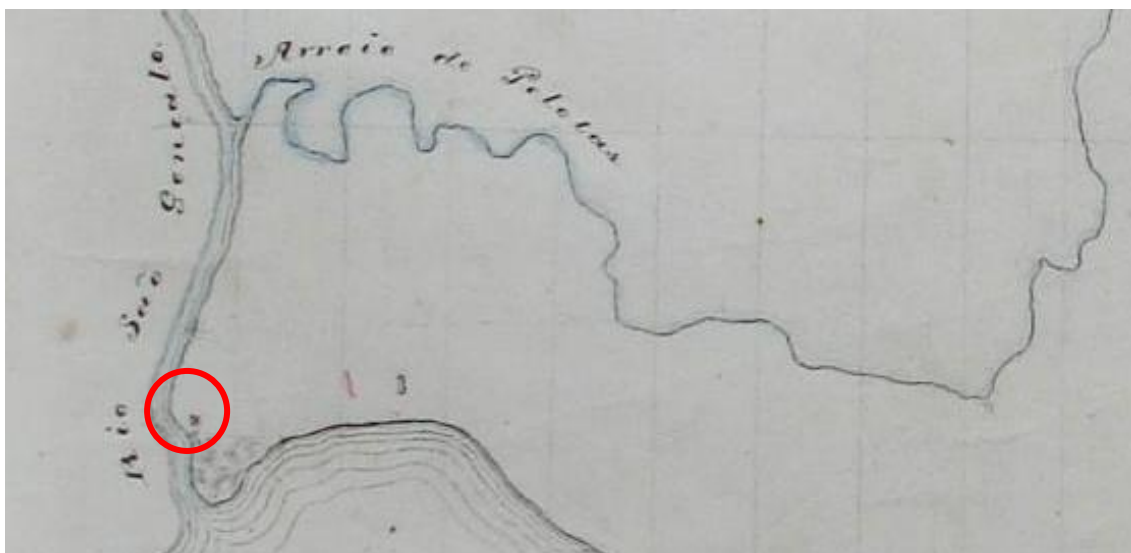


Figura 53- Detalhe do mapa da medição de 1812, com agregado. Fonte: BPP, RPTMP, Livro 006, p. 15.

Nas vendas de 1819 foi citada a chácara de Ana Nóia na Roça Velha, e a casa de Duarte Machado na área próxima ao arroio Pelotas. Ambos podem ser considerados agregados da estância, quando esta pertencia a Isabel Francisca da Silveira.

A localização dos agregados dentro da estância tinha como característica a sua proximidade com lugares estratégicos para a produção ou para demarcação do território da estância.

### 6.2.5 Capela

A “Capela da Estância Nossa Senhora dos Prazeres” somente foi citada no inventário de João Duarte Machado de 1828, e descrita como “[...] capela coberta de telhas com oratório na mesma fazenda [...]”. Constou no testamento o desejo de ser sepultado na Capela Nossa Senhora dos Prazeres (Inv. João Duarte Machado, 1828). A filha adotiva, Maria Magdalena, em seu testamento também solicitou seu sepultamento na mesma capela “[...], que sempre existiu e existe ainda [...]” (Inventário de Maria Magdalena, 1856).

Nos demais documentos não constou a localização da capela e o sepultamento dos corpos. No entanto, no trabalho de Arlindo Rubert (1994, p. 68), na lista dos Oratórios existentes na paróquia de Rio Grande, em 1799, feita pelo Pe. Bento Cortes de Toledo, constava o de Isabel da Silveira.

Enumera os seguintes Oratórios: Senhor dos Passos da Ordem terceira do Carmo; Oratório da Fazenda de D. Isabel Francisca da Silveira, em Pelotas; Oratório da Fazenda de Paulo Rodrigues Xavier Prates, em Canguçu; Oratório da Fazenda de João Alves Pereira, em São Lourenço (Boqueirão); Oratório do Capitão Antonio Francisco dos Anjos, em Charqueadas; Oratório da Chácara do Pe. Dr. Pedro Pereira da Mesquita, nos Serros de Santa Ana (Pelotas); Oratório da Fazenda do Capitão José Vieira, no Piratini; Oratório da Guarda de São João Batista do Herval; Oratório da Guarda de São José da Coxilha; Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande de Piratini (RUBERT, 1994, p. 68).

Uma listagem de 1810 (Rupert, 1994, p. 70) apontou o Pe. Francisco José de Macedo como o capelão do “Oratório Nossa Senhora dos Prazeres, da Fazenda de Pelotas”. Na lista de Oratórios de Pelotas de 1815 (Rupert, 1994, p. 134) o Pe. Francisco de Macedo foi relacionado novamente no Oratório da Fazenda.

Eram então inúmeros Oratórios que tinham capelão. Em 1810 constam os seguintes: Pe. Antonio Pereira, oriundo de Portugal, é capelão da Charqueada no rio Pelotas; [...]; Pe. Francisco José de Macedo, oriundo do Rio de Janeiro, capelão do Oratório Nossa Senhora dos Prazeres, da Fazenda de Pelotas [...] (RUBERT, 1994, p. 134).

Cabe ressaltar que o termo Oratório pode se referir ao espaço da casa destinado às preces, uma pequena capela, ou um armário onde ficavam imagens de santos.

O único documento encontrado que fez referência à localização de uma capela dentro da estância, foi o mapa da medição de 1939, no qual foi representada a capela chamada Nossa Senhora dos Prazeres, pertencente a família de Luis Augusto e Amélia de Assumpção e descendentes, localizada a 950 metros ao norte da casa de morada da estância (Figura 54).

Para a localização exata da Capela Nossa Senhora dos Prazeres, será necessário um trabalho conjunto com a arqueologia, para a localização do cemitério.

Foram relatados traços de religiosidade nas fazendas que Silva (2003) pesquisou, em sua maioria eram de pequenas proporções e ornadas com materiais nobres. Para Luccas (1997) as capelas analisadas eram independentes ou incorporadas à construção, na maioria dos casos por ele apreciados, havia a presença de um móvel de oratório.

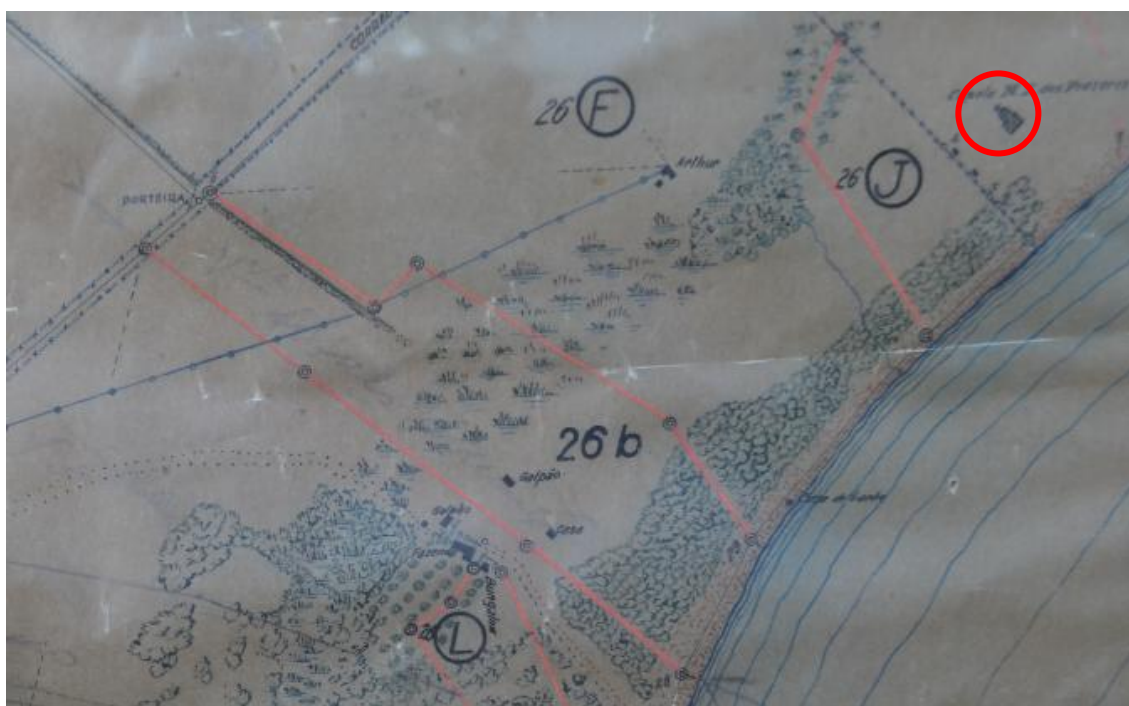


Figura 54- Detalhe do mapa com a capela na medição e divisão na sucessão de Antonio Augusto de Assumpção, 1939/1940. Fonte: CREA- 8ª Região, Santa Maria, RS, Registro 1495, pertencente a residência de Gilberto Demari Alves e Ivone de Assumpção, Laranjal.

## CAPÍTULO 7

### MOBILIÁRIO INVENTARIADO NA ESTÂNCIA DOS PRAZERES

#### 7.1 Móveis e Objetos da Casa

Para a apreciação do mobiliário e outros objetos de uso doméstico foi utilizada a classificação sugerida por Olanda Vilaça (2012) com algumas adaptações (VILAÇA, 2012). Os móveis foram agrupados nas seguintes categorias: de guarda, de descanso, de repouso e de utilidade. Os objetos foram classificados em: de devoção, de luxo, de utilidade, de cozinha e de decoração e tecidos.

Assim, o rol de móveis e objetos de uso doméstico pode ser sucintamente classificado conforme as tabelas 03 e 04, a seguir:

Tabela 03- Listagem dos móveis de João Duarte Machado (guarda, descanso, repouso e utilidade).

| DESCRIÇÃO DOS BENS                       | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO<br>EM RÉIS | % VALOR<br>TOTAL |
|------------------------------------------|------------|---------------------------|------------------|
| <b>Móveis de guarda</b>                  |            |                           |                  |
| <b>Cômoda de jacarandá grande antiga</b> | 1          | 16\$000                   | 23,70%           |
| <b>Cômoda de jacarandá pequena</b>       | 1          | 12\$800                   | 18,96%           |
| <b>Baú velho</b>                         | 4          | 8\$000                    | 47,39%           |
| <b>Caixa grande</b>                      | 2          | 1\$600                    | 4,74%            |
| <b>Caixa pequena</b>                     | 2          | \$800                     | 2,37%            |
| <b>Caixão velho</b>                      | 2          | \$960                     | 2,84%            |
| <b>Armário de despejo</b>                | 3          | -                         |                  |
| <b>Frasqueira</b>                        | 1          | -                         |                  |
| <b>Valor total:</b>                      |            | 67\$520                   | 22,93%           |
| <b>Móveis de descanso</b>                |            |                           |                  |
| <b>Cadeira nova</b>                      | 12         | \$960                     | 56,25%           |
| <b>Cadeira de pau ordinário</b>          | 12         | \$640                     | 37,50%           |
| <b>Banco</b>                             | 4          | \$320                     | 6,25%            |
| <b>Canapé quebrado</b>                   | 1          | -                         |                  |
| <b>Valor total:</b>                      |            | 20\$480                   | 6,95%            |
| <b>Móveis de repouso</b>                 |            |                           |                  |
| <b>Cama antiga</b>                       | 2          | 8\$000                    | 50,00%           |
| <b>Catre antigo</b>                      | 5          | 3\$200                    | 50,00%           |
| <b>Valor total:</b>                      |            | 32\$000                   | 10,87%           |

|                                          |   |          |         |
|------------------------------------------|---|----------|---------|
| Móveis de utilidade                      |   |          |         |
| Papeleira (com o oratório)               | 1 | 100\$000 | 57,31%  |
| Mesa redonda para toucador com embutidos | 1 | 60\$000  | 34,39%  |
| Mesa redonda grande                      | 1 | 6\$400   | 3,67%   |
| Mesa ordinária grande                    | 1 | 2\$000   | 1,15%   |
| Mesa pequena em jacarandá                | 2 | 1\$920   | 2,20%   |
| Mesa ordinária pequena                   | 1 | 1\$280   | 0,73%   |
| Mesa ordinária mais pequena              | 2 | \$480    | 0,55%   |
| Valor total:                             |   | 174\$480 | 59,25%  |
| Valor total dos móveis:                  |   | 294\$480 | 100,00% |

Fonte: Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.

Tabela 04- Listagem dos móveis de João Duarte Machado (devoção, luxo, utilidade, cozinha e objetos de decoração e tecidos).

| DESCRIÇÃO DOS BENS                                             | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO EM RÉIS | % VALOR TOTAL |
|----------------------------------------------------------------|------------|------------------------|---------------|
| Objetos de devoção                                             |            |                        |               |
| Relicário de prata com crucifixo de ouro                       | 1          | 100\$000               | 100,00%       |
| Oratório de sala com suas imagens                              | 1          | (com papeleira)        |               |
| Valor total:                                                   |            | 100\$000               | 12,68%        |
| Objetos de luxo                                                |            |                        |               |
| Espadim guarnecido de ouro                                     | 1          | 156\$000               | 32,46%        |
| Conjunto de jarro com bacia em prata (744)                     | 1          | 89\$280                | 18,58%        |
| Conjunto de 10 talheres em prata com falta de uma colher (632) | 1          | 75\$840                | 15,78%        |
| Salva grande em prata (352)                                    | 1          | 42\$240                | 8,79%         |
| Salva pequena em prata (96)                                    | 1          | 11\$500                | 2,39%         |
| Bule em prata (320)                                            | 1          | 38\$400                | 7,99%         |
| Galheteiro em prata (270)                                      | 1          | 33\$420                | 6,95%         |
| Cuia de mate guarnecida com prata (90)                         | 1          | 10\$800                | 2,25%         |
| Concha em prata (74)                                           | 1          | 8\$880                 | 1,85%         |
| Tesoura de prata (61)                                          | 1          | 7\$320                 | 1,52%         |
| Tesoura de espevitir e seu prato em prata (57)                 | 1          | 6\$840                 | 1,42%         |
| Valor total:                                                   |            | 480\$520               | 60,93%        |
| Objetos de utilidade                                           |            |                        |               |
| Pratos grandes compridos, alguns antigos                       | 15         | 1\$280                 | 93,02%        |
| Pratos pequenos de uso                                         | 36         | \$40                   | 6,98%         |
| Terrinas pintadas                                              | 2          | -                      |               |
| Valor total:                                                   |            | 20\$640                | 2,62%         |
| Objetos de cozinha                                             |            |                        |               |
| Tacho grande                                                   | 1          | 20\$000                | 23,79%        |
| Tacho grande remendado                                         | 1          | 8\$000                 | 9,51%         |
| Tacho pequeno                                                  | 1          | 2\$240                 | 2,66%         |

|                                 |    |          |         |
|---------------------------------|----|----------|---------|
| Bacia de arame grande velha     | 2  | 6\$400   | 15,22%  |
| Bacia de arame médio            | 2  | 5\$000   | 11,89%  |
| Bacia de arame pequena          | 1  | 1\$920   | 2,28%   |
| Panela de ferro grande          | 1  | 4\$000   | 4,76%   |
| Caldeirão de ferro grande       | 1  | 12\$800  | 15,22%  |
| Panela de ferro pequena         | 4  | \$640    | 3,04%   |
| Fogareiro de cobre grande       | 1  | 4\$000   | 4,76%   |
| Fogareiro pequeno de cobre      | 1  | 3\$200   | 3,81%   |
| Bule de cobre pequeno           | 1  | 1\$280   | 1,52%   |
| Chocolateira                    | 1  | \$640    | 0,76%   |
| Bule de ferro                   | 1  | \$640    | 0,76%   |
| <b>Valor total:</b>             |    | 84\$080  | 10,66%  |
| Objetos de decoração e tecidos  |    |          |         |
| Colcha nova de damasco          | 1  | 32\$000  | 30,96%  |
| Cortinado de damasco usado      | 1  | 19\$200  | 18,58%  |
| Colcha de damasco muito usada   | 2  | 4\$000   | 7,74%   |
| Cortinado de chita              | 4  | 6\$400   | 24,77%  |
| Toalha de mesa fina             | 3  | 1\$920   | 5,57%   |
| Quadro ordinário                | 20 | \$640    | 12,38%  |
| <b>Valor total:</b>             |    | 103\$360 | 13,11%  |
| <b>Valor total dos objetos:</b> |    | 788\$600 | 100,00% |

Fonte: Inventário de João Duarte Machado. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Ano 1828.

## 7.2 Bens na Reconstituição do Estilo de Vida Familiar

Com exceção da cozinha, o inventário não apresentou nenhuma descrição ou indicação direta da compartimentação da casa de morada e da distribuição e da organização do mobiliário no espaço habitacional. No entanto, Linda Oliveira (2012) observou que o rol do mobiliário parecia ser majoritariamente elaborado, sala a sala (OLIVEIRA, 2015).

Embora o inventário de Duarte Machado tenha sido disposto por tipo de bem (de raiz, escravos, animais, ouro e prata, móveis e roupas), no rol dos móveis e roupas, certa ordem relacionada com setores de uma casa pode ser observado. Assim, conforme compareceram os móveis e objetos dentro da lista do inventário, pode-se supor a existência de um espaço de sala de uso social e ou familiar e uma área de dormitório(s).

Não foi possível definir se os diferentes espaços da casa de morada eram ou não separados por paredes. Os relatos de Saint Hilaire em sua visita ao Rio Grande do Sul em 1820 a 1821, descreveram que as estâncias, na grande maioria, se compunham da casa-sede térrea com peças que se

interligavam. Os quartos eram pouco iluminados e ligados diretamente com uma sala de refeições e uma cozinha à parte (SAINT HILAIRE, 1974).

Especificamente para Pelotas, Saint Hilaire descreveu as casas dos charqueadores como possuindo divisões internas. Esta descrição contrastou com a afirmação de Vilaça para a região do Baixo Minho, em Portugal, para o mesmo período, “[...] não existia diferenciação entre sala, quarto, cozinha, um único espaço organizacional concentrava toda a vida doméstica.” (VILAÇA, 2012, p.167).

### **7.2.1 Espaço de sala**

O primeiro agrupamento de móveis e objetos arrolados pareceu corresponder aos espaço(s) de convívio social e familiar. Porém, não foi possível definir tudo num mesmo espaço ou em compartimentos separados. Apareciam, em ordem: um oratório de sala com suas imagens e papelreira; duas mesas grandes; uma mesa pequena; duas mesas menores; dois conjuntos de doze cadeiras; três armários de despejo; dois caixões.

A descrição qualitativa e o valor dos móveis sugeriram dois ambientes distintos: um mais formal, com mobiliário de melhor qualidade. E outro mais informal, mais simples, voltado para as atividades domésticas cotidianas.

Os móveis de melhor qualidade aludiam às atividades de devoção religiosa (oratório), guarda de documentos e papéis (papelreira), espaço de receber visitas e realização de almoços ou/e jantares sociais e familiares ou políticos (mesa grande, doze cadeiras e duas mesas menores).

O oratório entendeu-se por uma peça no mobiliário destinada para colocação de imagens santas para a prática de atos religiosos, mesmo a família possuindo nos seus bens de raiz uma capela. A papelreira, possivelmente, servia de suporte para o mesmo. O valor do oratório, suas imagens e da papelreira era igual ao do relicário de ouro e prata, e somente inferior ao valor do espadim guarnecido em ouro, sugerindo que o mesmo deveria ser de boa qualidade. Olanda Vilaça (2012) observou apenas uma papelreira com seu oratório no Baixo Minho, apesar da falta de dados afirmou que as papelreiras eram muito utilizadas como suporte de oratório (VILAÇA, 2012).

O oratório encontra-se até hoje com a família, fixado em um compartimento criado para capela na casa de morada da antiga estância. No interior das portas do oratório foram representadas as imagens dos santos: Nossa Senhora da Conceição e Santa Isabel, patrona da Terceira Ordem de São Francisco (Figura 55).

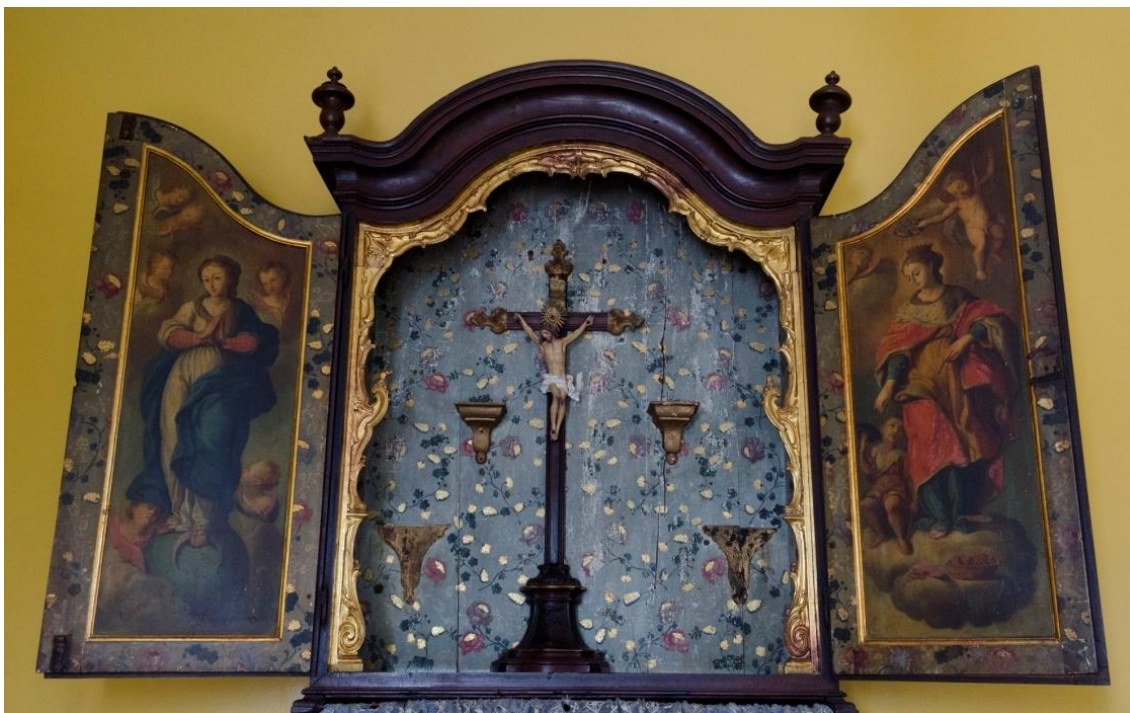


Figura 55 – Oratório de sala, 2015. Fonte: Acervo do autor, 2015.

Os dois objetos de devoção encontrados no inventário, o oratório e o relicário, deveriam colocar o seu proprietário em uma situação social privilegiada, também na esfera do sagrado como objeto de proteção.

A cadeira era um móvel de descanso individual e nobre, exprimindo “assimetrias e hierarquias”. Embora cadeiras e bancos tenham a mesma função, a importância social atribuída a um e outro era distinta. A cadeira foi uma conquista do indivíduo, permitindo sua posição simbólica no espaço da casa, na medida em que a sucessão poderia dar-se com a conquista do assento na cadeira do chefe da família (VILAÇA, 2012). O sentar-se em uma cadeira ou em um canapé não tinha o mesmo significado que sentar-se em um banco, tanto que os bancos foram arrolados na área de serviço doméstico, a cozinha.

Possivelmente, a jarra e sua bacia de prata estariam associadas ao espaço da sala e eram utilizadas para higiene. Os dez talheres de prata, as duas salvas de prata, o bule, o galheteiro, a concha de prata e, ainda, as três toalhas de mesa finas poderiam estar relacionados com a sala. Os mesmos se integrariam a um uso mais nobre de serviço de mesa. Em relação ao bule de prata, Saint Hilaire fez referência específica ao consumo de chá (SAINT HILAIRE, 1974).

Esses objetos não eram apenas um símbolo da posição social e da prosperidade do dono. Particularmente, os objetos de prata tinham alto valor monetário servindo como moeda corrente. A Prataria se enquadrou com hábitos de civilidade à mesa, "[...] o comer com talher era privilégio de alguns, as classes menos favorecidas se utilizavam das mãos para comer [...]" (VILAÇA, 2012, p. 278). Entre os objetos foram destacados, pela raridade ou função decorativa no espaço habitado, vinte quadros ordinários, sem referência quanto a sua iconografia.

As cortinas de damasco e de chita não foram possíveis de determinar se estariam no espaço de sala, na área de dormitório(s), ou em ambos. O cortinado de damasco poderia fazer conjunto com uma das colchas de damasco e, portanto, pareceu mais provável que estivesse num dormitório. Os cortinados de chita remetiam a certo *status* social. A chita referida eram tecidos estampados ou pintados e, em geral, confeccionados em algodão ou linho.

Durante o século XVIII os de algodão eram tecidos na Índia e sua estamparia poderia ser indiana ou europeia, sendo uma mercadoria bastante valorizada. Grande quantidade de tecidos indianos, com estamparia inglesa, foi exportada para Portugal e Brasil no século XVIII. Cortinas de chita eram frequentes em casas abastadas em outras regiões brasileiras para o século XVIII e XIX. A qualidade do tecido estava ligada ao valor e ao uso, podendo assumir uma distinção social (VILAÇA, 2012).

Os móveis mais simples nos indicaram as refeições familiares na mesa grande com doze cadeiras ordinárias, atividades manuais na mesa pequena ordinária e, para a guarda de objetos e utensílios cotidianos, os armários de despejo e caixões. Este espaço seria multifuncional, como era costumeiro no Brasil e na Europa até pelo menos o século XVIII (THIÉBAUT, 1994; SARTI,

2001). Os móveis ordinários eram feitos com madeiras de qualidade, mas com ornamentação mais contida e menos ostentosa.

As duas tesouras de prata, uma de espevitar (apagar a chama da vela) com seu prato e, a outra poderia servir para usos múltiplos, por exemplo, uma atividade feminina, possivelmente estariam associadas ao espaço das salas.

Arrolados depois dos objetos da cozinha, mas separados destes, apareceram quinze pratos grandes e compridos, três dúzias de pratos pequenos, duas terrinas pintadas e uma frasqueira sem frascos, que poderiam estar associados aos dois ambientes de sala identificados. Os primeiros serviriam para as refeições cotidianas. O último para armazenar vidros de algum tipo. As frasqueiras eram um “[...] recipiente próximo do baú, possuindo divisórias internas para transportar frascos [...]” (FLEXOR, 2009, p. 89).

Por fim, apareceu como objeto de uso familiar uma cuia de mate guarneçada com prata. O objeto confirmou a incorporação do hábito indígena de tomar chimarrão nos costumes das famílias mais abastadas. Tomava-se ao levantar da cama e várias vezes ao dia. A chaleira de água quente estava sempre ao fogo e, logo que um estranho chegava a casa, se lhe oferecia o mate.

[...] O nome de mate era propriamente o nome da pequena cabaça onde ele era servido. A planta era erva ou erva mate. A cuia tinha a capacidade de um copo, era cheia de erva até a metade, completando o resto com água quente [...] (SAINT HILAIRE, 1974, p. 83).

A presença de um espadim guarnecido de ouro, o item de maior valor unitário entre os móveis e objetos da casa, sugeriu que o mesmo era de Bento da Rocha, quando Capitão Mor do Continente, e teria permanecido na estância após seu falecimento. O espadim era uma espada em escala reduzida (30 a 50 cm) de comprimento, podendo possuir uma lâmina reta ou levemente curvada. Arma distintiva utilizada até hoje por cadetes, como símbolo de honra e servidão militar dos futuros oficiais brasileiros.

Estes espadins eram utilizados mesmo em atividades sociais. Conforme observado por Saint Hilaire, “[...] nos bailes os oficiais portavam espadas de um pé a um pé e meio, usadas pelos portugueses e oficiais da marinha inglesa [...]” (SAINT HILAIRE, 1974, p. 56).

A sala ou salas possivelmente eram o centro distribuidor da casa. Neste sentido, Saint Hilaire descreveu a casa do charqueador Chaves como: uma casa coberta de telhas, de um pavimento, grande e elevada do solo. Interiormente era dividida em grandes peças que se comunicam umas com as outras e que ao mesmo tempo se comunicam para fora.

[...] Os quartos eram pouco iluminados, dando para uma sala de refeições, gênero de distribuição comum em todo Brasil. Mesas, cadeiras e canapés compunham todo o mobiliário [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 67).

Em outro trecho, descrevendo a casa de um conde açoriano, dizia que a mesma era mal dividida como todas as casas portuguesas. Os dormitórios eram sempre pequenos e escuros, dando para uma grande sala. "[...] Mobiliadas com luxo, sobretudo a sala de visitas. A mesa com luxo, cristais e porcelana inglesa [...]" (SAINT HILAIRE, 1974, p. 77).

### **7.2.2 Área de dormitório(s)**

Igualmente para a área de dormitório a listagem de bens do inventário não conseguiu esclarecer quantos dormitórios existiam e, se estes eram compartimentados dentro do corpo da casa. O rol de móveis que pareciam pertencer à área de dormitórios era composto pelos seguintes itens, conforme a ordem em que compareciam no inventário, logo após os móveis de sala: duas mesas de jacarandá pequenas, uma mesa redonda de jacarandá de toucador, cinco catres, duas camas, quatro baús, uma cômoda de jacarandá grande e outra pequena.

A descrição qualitativa e o valor atribuído aos móveis sugeriram um conjunto de móveis feitos em madeira de jacarandá mais antigos e, provavelmente, de melhor qualidade. Chamou a atenção a mesa redonda de toucador descrita como apresentando marchetaria, cujo valor era significativamente o mais alto para os móveis de madeira presentes no inventário. O toucador era um pequeno móvel de higiene, com espelho e uma ou duas gavetinhas inferiores colocados sobre uma mesa. Era uma peça rara de origem inglesa, surgida apenas no final do século XVIII (FLEXOR, 2009).

As duas cômodas de jacarandá, móveis de madeira, foram arrolados com os valores elevados. As cômodas tinham a finalidade, sobretudo, para a guarda de roupas e de pequenos objetos. As cômodas, assim como as secretárias (papeleiras) eram objetos encontrados somente em um número exíguo de casas, mesmo em Portugal (VILAÇA, 2012).

Os baús, móveis mais simples, pareciam ser utilizados para a mesma finalidade. Não apareceu no inventário o uso de roupeiros, somente a partir de meados do século XIX é que os móveis destinados "a guardar" se multiplicaram. As duas mesas pequenas, possivelmente, serviam de apoio para pequenos objetos, velas ou lamparinas. Os móveis de jacarandá foram citados por Maria Flexor (2009) e definidos como sendo muito apreciados no século XVIII, sendo utilizados em menor escala entre 1780 e 1820 (FLEXOR, 2009).

As camas e os catres condiziam em número com os membros da família. As camas, possivelmente, uma para o casal e outra para a filha antes do casamento, depois podia ser destinada ao filho que casou e continuou morando com a mãe. Os catres podiam ser destinados aos filhos do sexo masculino e reservados aos visitantes mais próximos ou de maior prestígio. Os catres eram leitos pequenos e baixos, com apenas cabeceira com colunas, mas sem dossel, que podiam ser com estrado de lona ou couro trançado. Também existiam catres articulados, para facilitar o armazenamento (Instituto Português de Museus, 2004).

Na área de dormitório ficariam as três colchas de damasco, uma nova e duas muito antigas e, possivelmente, a cortina de damasco usada. O tecido de damasco era frequentemente encontrado em casas de elite no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Saint Hilaire, por exemplo, descreveu:

Em Guaritas, perto de Mostardas [RS], paramos em casa de um capitão, cuja moradia apesar de pequena era cômoda. Os moveis eram poucos, mas os leitos confortáveis. Lençóis finos guarnecidos de cassa [tecido fino e transparente de linho ou de algodão] bordada; cobertores e cobertinhas de chita, sendo as do conde de damasco [...] (SAINT HILAIRE, 1974, p. 50).

O rol de móveis de dormitório sugeriu a existência de um dormitório majoritariamente com móveis de jacarandá e, possivelmente, com colcha e cortinados de damasco. Dois a três outros dormitórios, um com cama e os restantes com catres, e um quarto de hóspedes.

### 7.2.3 Cozinha

A edificação da cozinha teve seus móveis e utensílios definidos no que diz respeito aos itens de maior valor. Provavelmente, conforme observou Braga (2011) para os inventários em Portugal, os objetos de menor valor, como os de barro e de madeira, tenham ficado de fora, já que não apareceram os objetos usados para mexer, por exemplo (BRAGA, 2011).

Constavam dois fogareiros de cobre, um grande e um pequeno. Empregados para o cozimento de alimentos mais delicados, aquecer líquidos e até para preparar medicamentos. O uso de fogareiro não era comum para o cozimento da maior parte dos alimentos. Para isso seria feito uma fogueira no chão, em lareira, ou então construído um fogão de barro, tijolos ou pedra. Não teve nenhum indício no inventário de como era essa fogueira na cozinha, nem se havia a presença de forno para o cozimento do pão.

Como utensílios utilizados para a cocção dos alimentos apareceram: dois tachos de cobre grandes e um pequeno, uma panela de ferro grande e quatro pequenas, e um caldeirão de ferro grande. A quantidade e variedade de utensílios de cocção sugeriram certa diversificação no preparo de alimentos. Ao mesmo tempo, pode-se supor o preparo na cozinha da casa, ou próximo a esta, dos alimentos destinados aos cativos domésticos.

Foram citados, ainda, dois bules, um de ferro e outro de cobre e uma chocolateira. O hábito de beber chocolate teve sua origem na América Central, mas foi difundido na Europa e nas Américas pelos espanhóis, e tornou-se bastante popular entre as elites desses continentes.

Encontravam-se enrolados como objetos de armazenamento da cozinha duas caixas grandes e duas pequenas. Foram listadas, ainda, duas bacias de arame grandes, uma pequena e duas menores, para as quais não foi possível definir o uso, se eram para lavar, guardar ou preparar os alimentos, ou ainda para higiene pessoal, mas estavam guardadas na cozinha. Junto aos utensílios de cozinha foram enrolados quatro bancos. A presença de bancos sugeriu a possibilidade de descanso ou repouso no espaço de trabalho.

Na relação de móveis e objetos apresentada no inventário, os móveis somaram um total de Rs 294\$480 (27,19%), todos os objetos de ouro e prata valiam Rs 580\$520 (53,60%), enquanto os demais objetos foram avaliados em

Rs 308\$080 (19,21%). Entre os móveis foi observado que existiu um conjunto de maior valor, que foi descrito como mais antigo e que mobiliava um quarto e parcialmente a sala. Esses móveis eram, majoritariamente, em jacarandá. Os de maior valor possuíam gavetas e outros elementos especiais, como espelho e trabalho de marchetaria, como a papelreira, cômodas e toucador. Os objetos de ouro e prata estavam, majoritariamente, relacionados com a devoção religiosa e com as atividades sociais como refeições, tomar mate e ornamentação masculina em eventos formais. Os demais objetos se dividiram entre aqueles vinculados ao funcionamento da cozinha, os que adornavam a casa e os que atendiam às refeições. Entre estes objetos as colchas e cortinas apresentaram valores bastante altos, assim como os objetos em metal da cozinha, como tachos de cobre, caldeirão, panelas de ferro e fogareiro de cobre.

Ao analisar a distribuição de móveis e objetos por setores da casa, foi observado que do montante total, 53,76% do valor em móveis e objetos estaria relacionado com o ambiente de sala social e 19,93% com os dormitórios. Enquanto os restantes 25,11% estariam distribuídos na cozinha (8,32%), ambiente de sala de uso familiar (2,59%) e objeto de uso pessoal (15,40%).

O inventário de Duarte Machado confirmou a observação de Saint Hilaire de que os móveis não eram muitos dentro das casas rurais do Rio Grande do Sul. No entanto, os valores sugeriram que os mesmos eram de boa qualidade nos espaços de dormitório e sala social. Os móveis e objetos arrolados no inventário também indicaram um estilo de vida luxuoso, onde os aspectos sociais e religiosos eram muito valorizados. Os ambientes domésticos obedeceram a uma hierarquia social, em um espaço baseado na produção agrícola e pecuária, sustentados pela forte presença de uma população servil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou um panorama geral e inicial sobre a Estância dos Prazeres entre os anos 1758 e 1853, em Pelotas, Rio Grande do Sul. O estudo foi baseado principalmente nas informações coletadas no testamento de Manuel Bento da Rocha, as medições e extratos de venda de terras de Isabel Francisca da Silveira, os inventários do casal João Duarte Machado e Maria Regina da Fontoura, além de mapas do período em estudo. Devido à escassa documentação primária, no período da posse do Rincão das Pelotas por Thomas Luis Osório, fez-se mais breve a abordagem de 1758 a 1779, quando as terras passam para o casal Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira.

Manoel Bento da Rocha tinha o reconhecimento do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza em 1781 "*devido a grande lavoura e quantidades avultadas de escravos e animais, que povoava e cultivava*" no Rincão das Pelotas, que contribuiu não só para seu sustento próprio, mas com os dízimos e direitos reais. Casado com Isabel Francisca da Silveira, Bento da Rocha tinha negócios com seus cunhados, que compunham o "o bando dos cunhados". Atuou no fornecimento de carne para as tropas do exército. Participou de Irmandade religiosa. Foi vereador em Viamão e obteve o cargo de capitão mor.

Na Estância, durante a administração de Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira, os elementos identificados nos documentos sugeriram um espaço com atividades divididas entre a agricultura e a pecuária. São citados currais e potreiro nas medições de 1795. Também foram identificados dois armazéns com quarto de hóspedes na medição de 1812 próximos às lavouras citadas em 1795, o que tornaria viável o armazenamento da(s) colheita(s). A existência de pedras de moinho muito velhas, em documentos posteriores, nos indicou a possibilidade de um beneficiamento dos grãos e percebeu-se a presença de um agregado nas proximidades das lavouras e dos armazéns. O agregado poderia servir para administração, execução do trabalho produtivo dos armazéns, plantação, ou mesmo para vigilância.

Na época de Manoel Bento e Isabel Francisca não apareceu nenhuma referência direta às características da casa de morada, apenas a sua provável localização no mapa de 1781. Apareceu em referências baseadas em documentações da Igreja que a Estância possuía um Oratório, em 1799 e, depois, em 1815, nesse momento atendido por um pároco. Não foi possível determinar se o Oratório arrolado nessas duas datas era uma construção anexa a casa, uma sala ou local na morada para atividades religiosas, ou um armário que fazia parte do mobiliário.

No comando de Isabel Francisca surgiu a presença de outros dois agregados. Um primeiro nas margens do canal São Gonçalo, em um local de ancoragem, próximo ao curral do Potreiro da Praia. O outro, de nome Ana Nóia, estava estabelecido na Roça Velha, com uma chácara, próxima às lavouras. O espaço utilizado para a chácara tinha uma conformação peculiar, definida por um barranco e uma linha de vegetação, presentes até hoje na paisagem. A possível antiga comunicação com a Estância ainda permanece visível como um caminho ao lado de uma vala, que finaliza na entrada da Estância.

Isabel Francisca vendeu e doou as terras da Estância na borda do arroio Pelotas, onde se instalaram charqueadores. Nos processos de subdivisão das terras, os elementos naturais como os cordões de vegetação, as linhas de drenagem e os divisores de água desempenharam um papel importante, servindo muitas vezes como elementos de definição dos limites das áreas desmembradas. Além desses elementos, nas demarcações, valas eram cavadas na intenção de delimitar as terras, tornando-se marcas da história presentes na paisagem atual.

Com o falecimento de Isabel Francisca, João Duarte Machado e Maria Regina, conjuntamente com seus cinco filhos e enteada se mudou para a casa da Estância. A área da Estância foi significativamente reduzida, já que as margens do arroio Pelotas haviam sido negociadas, e parte da Estância foi para outra herdeira.

O casal João Duarte Machado e Maria Regina da Fontoura morava em uma casa na Estância na época de Isabel Francisca, a qual foi referida junto com sua olaria no arroio Pelotas e identificadas na medição de 1812 e no extrato de título de 1819. Com a venda das terras de sua olaria, Duarte

Machado transferiu a atividade para o Potreiro da Praia, na orla do canal do São Gonçalo.

Com o casal João Duarte Machado e Maria Regina surgiu a referência a atividades de pomares junto à casa de morada da Estância, e laranjais nas proximidades. O pomar se localizava no fundo da casa de morada, ainda estava presente em mapa de 1939. A atividade pastoril permaneceu com 1.740 animais e aparece pela primeira vez referência ao Potreiro da Praia, mas as lavouras não foram mais citadas no inventário de João Duarte Machado. O casal possuía 54 trabalhadores escravizados, compostos por: 65 % de homens, 35% de mulheres e 33% crianças do plantel.

Na administração de Duarte Machado percebeu-se a presença de capela com local para sepultamento. Em nenhum documento anterior ao inventário de João Duarte Machado pode ser confirmada a existência de uma capela, enquanto edificação independente do corpo da casa. Em nenhum dos documentos do período estudado constou a localização da capela e do sepultamento dos corpos.

No inventário de Maria Regina, não constavam mais os armazéns nem a presença de alguma estrutura para guarda ou beneficiamento de grãos. O potreiro permaneceu. Entretanto, os animais não foram arrolados no inventário. Neste período também foi citada uma casa mais afastada, com a possibilidade de abrigar um dos filhos, pois todos já estavam adultos. Os objetos de qualidade, distinção social e religiosidade permaneceram na família. Constatou-se uma perda de área da Estância, devido a pendências relativa aos limites da Estância com seus confrontantes. Dos 33 cativos arrolados, percebeu-se uma redução de 44% do plantel herdado de seu esposo João Duarte Machado, aumentando a proporção de mulheres escravizadas para 58%, sendo que a grande maioria das cativas era nascida no Brasil. O aumento da porcentagem de mulheres, provavelmente, estivesse relacionado com as atividades agrícolas ou de serviços internos.

A casa de morada da Estância dos Prazeres permaneceu no período estudado, apesar de modificações ocorridas ao longo do tempo. Provavelmente, um primeiro retângulo com espaços de sala e dormitório(s), tipologia predominante nas estâncias sulinas, correspondeu à morada do casal Manoel Bento e Isabel Francisca. No período de João Duarte Machado e Maria

Regina a casa vinha descrita como sendo de tijolo com telha de barro, com forro e assoalhado, a cozinha era separada do corpo principal. A mesma, provavelmente, ficou pequena para abrigar a família de Duarte Machado, e surgiu a necessidade de mais dormitórios, o que nos remeteu a um prolongamento da construção no lado Oeste.

Nos itens de objetos e móveis relacionados com a casa, a presença do jacarandá, tecidos finos em cortinas, colchas e toalhas, além dos objetos de prata em peças ligadas ao serviço de jantar nos levou a considerar uma distinção social da família. A importância da religião também ficou evidente pela presença da capela, relicário e oratório.

Os documentos analisados mostraram a permanência e a mudança dos elementos naturais e infraestruturas humanas na paisagem ao longo do tempo. Os conjuntos edificados surgiram e desapareceram em diversos momentos. Os arranjos espaciais encontrados evidenciaram a relação dos elementos de infraestrutura, que permanecem na paisagem com os aspectos naturais e topográficos do espaço geográfico. Construções e estradas compareceram em posições privilegiadas em termos de drenagem, sempre procurando os divisores de águas ou partes relativamente elevadas da topografia.

O programa da Estância dos Prazeres se adaptou ao ritmo de seus diversos proprietários, mantendo os elementos necessários para suas necessidades imediatas. A casa de morada, apesar das modificações, foi o único elemento edificado que permaneceu. As infraestruturas, currais e valas testemunham na paisagem como cicatrizes de um trabalho que foi fruto da mão de obra escravizada.

## REFERÊNCIAS

### I- Bibliografia

ABUCHAIM, Vera; SANTOS, Maria (Org.). **Portugueses Insulares e suas Descendências no Sítio Charqueador Pelotense**. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS: Ed. Pallotti, 2015.

ASSIS BRASIL, Luis Antonio de. **Um Quarto de Léguas em Quadra**. 6ª Edição. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1976.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

BRAGA, I. M. R. M. D. Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na época moderna. História: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 71-101, jan., 2011.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1980.

COMISSOLI, Adriano. **Os homens Bons e a Câmara de Porto Alegre (1773-1808)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

COMISSOLI, Adriano. **Os homens bons e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do sul de Minas Gerais**: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX. Brasília: Ed. IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

CURTIS, J. N. B. de. Arquitetura e economia do gado na região sul. In: BICCA, Briane; BICCA, Paulo (org.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: Ed. UNESCO, 2006.

DEVASSA. **BIBLOS**. Rio Grande. v. 2, p. 55-90, 1987. Disponível em < [www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/11/pdf\\_29ea5daf28\\_0019323.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/11/pdf_29ea5daf28_0019323.pdf) > Acessado em: 20 jul. 2014.

FLEXOR, Maria H. Ochi. **Mobiliário Baiano**. Brasília: Ed. IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

FORTES, João Borges. **Os Casais Açorianos**: presença lusa na formação sul-rio-grandense. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1978.

FOTOGRAFIAS- **Alberto Blank Schwonke, Adonai S. Canez, Bruno Farias**. disponíveis em< Google Earth>acessado em: 14 abr. 2014.

FOTOGRAFIA- **Potreiro dado em dote para Maria Augusta da Fontoura**.

Disponível em <

[http://pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranjal/\\_historia.htm](http://pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranjal/_historia.htm)> Acessado

em: 10 mai. 2014.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Tempo**: Negocio e riqueza. Rio de Janeiro. v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003. Disponível em< [www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=43](http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=43)> Acessado em: 20 jul. 2014.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 3ª ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2011.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763). Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para Dar Calor à Nova Povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. **Mobiliário**: artes plásticas e artes decorativas. 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 2004. Disponível em< [www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP\\_AD\\_Mobiliario.pdf](http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_Mobiliario.pdf)>

Acessado em 02 jun 2015.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder do sul da América portuguesa- século XVIII. Tese (Doutorado em História). Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. Um corpo ainda que particular: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos** - RS, São Leopoldo Vol. 14. Nº 2 - p. 121-134, 2010. Disponível em < [revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4713](http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4713)> Acessado em: 15 mar. 2015.

LUCCAS, Luis Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas**: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.

MACEDO, Riopardense. **O Solar do Almirante**. Porto Alegre: Ed. URGs, 1980.

MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar (Org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudo sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2010.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Na rota dos caminhos da estrada real e dos tropeiros. **Cadernos de pesquisa do Centro de Documentação e Pesquisa em História**. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia Nº 36/37. Ano 20. P. 111-117, 2007. Disponível em< [www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1207/1074](http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1207/1074)> Acessado em: 15 mar. 2015.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul. (1750-1820). Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MATTOS, M. Fases de prosperidade e de declínio do Tropeirismo. In: BONADIO, G. (Org.) **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba: Ed. Academia Sorocabana de Letras, 1984.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. **A Colônia de Sacramento (1680-1777)**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1937.

NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Nossa Cidade Era Assim**: crônicas publicadas na imprensa nos anos de 1980 a 1987. Pelotas: Ed. Mundial, 1989.

\_\_\_\_\_. **Arcas de Lembranças**. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1982.

NUCLEO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA BRASILEIRA. **Levantamento Arquitetônico da sede da Estância dos Prazeres**. Arq. Vanessa Baldoni, 2001.

NUNES, Dúnia dos Santos. **Um Homem Prático Valeroso: a trajetória de Cristóvão Pereira de Abreu na América Portuguesa (1737-1755)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Linda Maria Marrafa de. **Inventários post-mortem: documentos de vivências senhoriais**. Escola Superior de Artes Decorativas, FRESS, 2012. p.203. Disponível em

<<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/artigospaginainicial/461/10%20Lina%20de%20Oliveira.pdf>>Acessado em: 02 jun 2015.

OSÓRIO, Fernando (1886-1939). **A Cidade de Pelotas**. 3º ed. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 3ª Edição. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1980.

POLIDORI, Maurício Couto. **Digitalização e mosaico de aerofotos da área urbana de Pelotas, RS, 1953**. A partir do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel. 14 fotos em escala 1:40.000. 2003.

\_\_\_\_\_. **Digitalização e mosaico de aerofotos da área urbana de Pelotas, RS, 1965**. A partir do cadastro de Sudesul Cartografia – SGC – Tombo 30200, disponível na Agência da Lagoa Mirim. Pelotas: UFPel. 9 fotos em escala 1:60.000. 2003.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade do Paraná. Curitiba, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Coleção Teológica 2. Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SARTI, Raffaella. **Casa e família**. Habitar, comer e vestir na Europa moderna. Trad. Isabel Teresa Santos. Lisboa: Ed. Estampa, 2001.

SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

SILVA, Neri Luiz Auler. **Antigas Fazendas Sulinas**: no caminho das tropas no Planalto Médio- Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, 2003.

THIÉBAUT, Philippe. 1850-1914. La table bourgeoise. In : ENNÈS, Pierre ; MABILLE, Gérard ; THIÉBAUT, Philippe. **Histoire de la table**. Paris: Ed. Flammarion, 1994, p. 253-264.

TORRES, Luiz Henrique. A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **BIBLOS**. Rio Grande. v.16. p.177-189, 2004. Disponível em <file:///C:/User/Downloads/421-723-1-PB%20(2).pdf> Acessado em: 18 jun. 2014.

VILAÇA, Olanda Barbosa. **Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Minho, 2012.

WEIMER, Günter. **A Arquitetura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987.

## II- Fontes

ARQUIVO NACIONAL. **Sesmarias** - Estado do Rio Grande do Sul. Notação - BI 14.2.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Rio Grande do Sul. **Mapa de 1741**. Cx. 1, D. 41. Acessado < buratto.org/gens/MapaPropRS.gif> em 22/04/2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Francisca Alexandrina de Castro**. Autos-293, Mç.-21, Est.-25. Ano 1848. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Ignácio Barbosa**. Autos-270, Mç.-19, Est.-06. Ano 1847. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Ignácio José Bernardes**. Autos-421, Mç.-17, Est.-12. Ano 1841. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de João Duarte Machado**. Autos-123, Mç.-10, Est.-146. Ano 1828. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Maria Augusta da Fontoura**. Autos-514, Mç.-22, Est.-4. Ano 1845. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Maria Magdalena**. Autos- 418, Mç. 29, Est.-06. Ano 1856. 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Pelotas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Maria Regina da Fontoura**. Autos-18. Acondicionador-006.0101. Est.-140. Ano 1853. 1ª Vara Cível de Rio Grande.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Medição Nossa Senhora da Conceição**. Autos 431, Mç.-11, Est.-19. Ano 1795. 2º Cartório do Cível de Rio Grande.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Medição Nossa Senhora dos Prazeres**. Autos 561, Mç.-14, Est.-33. Ano 1795. 2º Cartório do Cível de Pelotas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Medição por Maria Regina da Fontoura**. Autos-669, Mç.-17, Est.-19. Ano 1831. 2º Cartório do Cível de Rio Grande.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Testamentos**. Livro 2 (1781-1792).

ARSÈNE, Isabelle. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1983.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Mapa pourfervir a l'histoire generale dès voyages**. Incluído no Petit atlas maritime de Jacques Nicolas Bellin.

Disponível

em

<[http://farm3.static.flickr.com/2160/2172019165\\_aed0036ddc\\_b.jpg](http://farm3.static.flickr.com/2160/2172019165_aed0036ddc_b.jpg)> Acesso em: 22 abr. 2015.

BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE. **Registro de Prédios e Terrenos**. Livro 006.BRASIL. Código civil. **Artigo 82**. Lei nº 10.406. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406copilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406copilada.htm)> Acessado em: 03 mar. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. Mapa da medição e divisão na sucessão de Antonio Augusto de Assumpção, Registro 1495. 8ª Região- RS, Santa Maria, 1939/1940. Escala-1/10.000.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul (1839)**. Rio Grande: Ed. Biblioteca Rio-grandense, 1927.

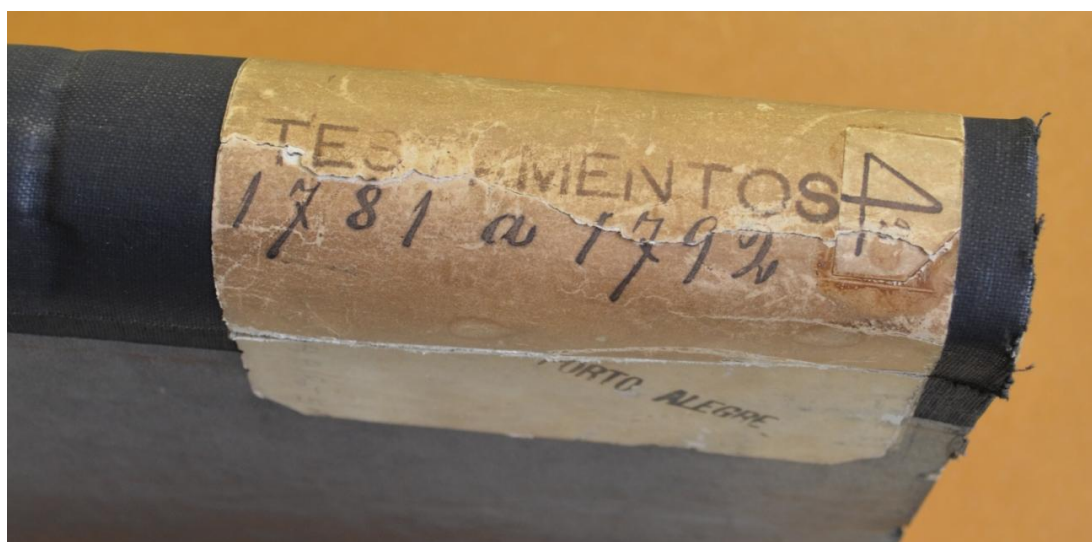
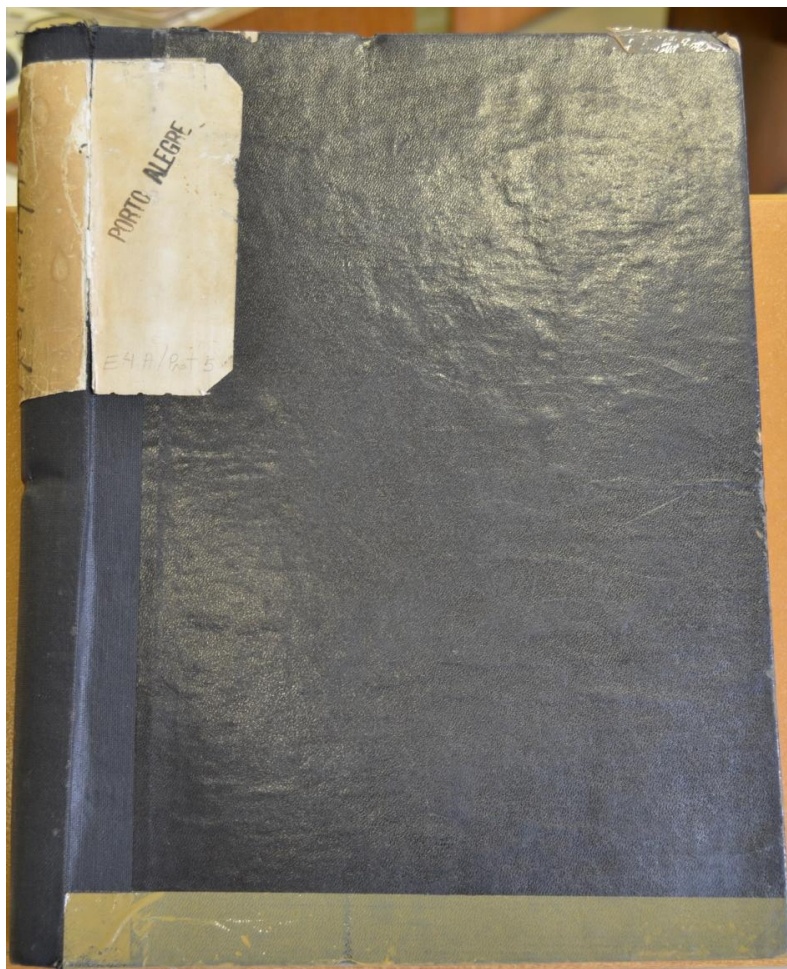
ESTADO MAIOR DO EXERCITO. Mapa Campos dos Tapes (1777). Gabinete photocartografico. Rio de Janeiro, 1936. S/Escala.

LITOGRAFIA nº 47. O Jaguaricatu. (1827). II volume do ***Voyage pittoresque au Brésil***. Disponível em: <[http://radionajua.com.br/media/noticias/irati\\_de\\_todos\\_nos/1284574919\\_0.57380400\\_5938260.JPG](http://radionajua.com.br/media/noticias/irati_de_todos_nos/1284574919_0.57380400_5938260.JPG)>. Acessado em: 20 mar. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Mapa Plano del Rio Grande. Instituto de História e Cultura Militar. Arquivo Geral Militar de Madrid. Espanha, 1776. Escala-1 Milha. Disponível em <[http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=818&muda\\_idioma=PT](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=818&muda_idioma=PT)> Acessado em 22 abr. 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Província de São Pedro do Sul**. (1820/1821). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

## **ANEXOS**

**ANEXO I - Testamento de Manoel Bento da Rocha, 1791**

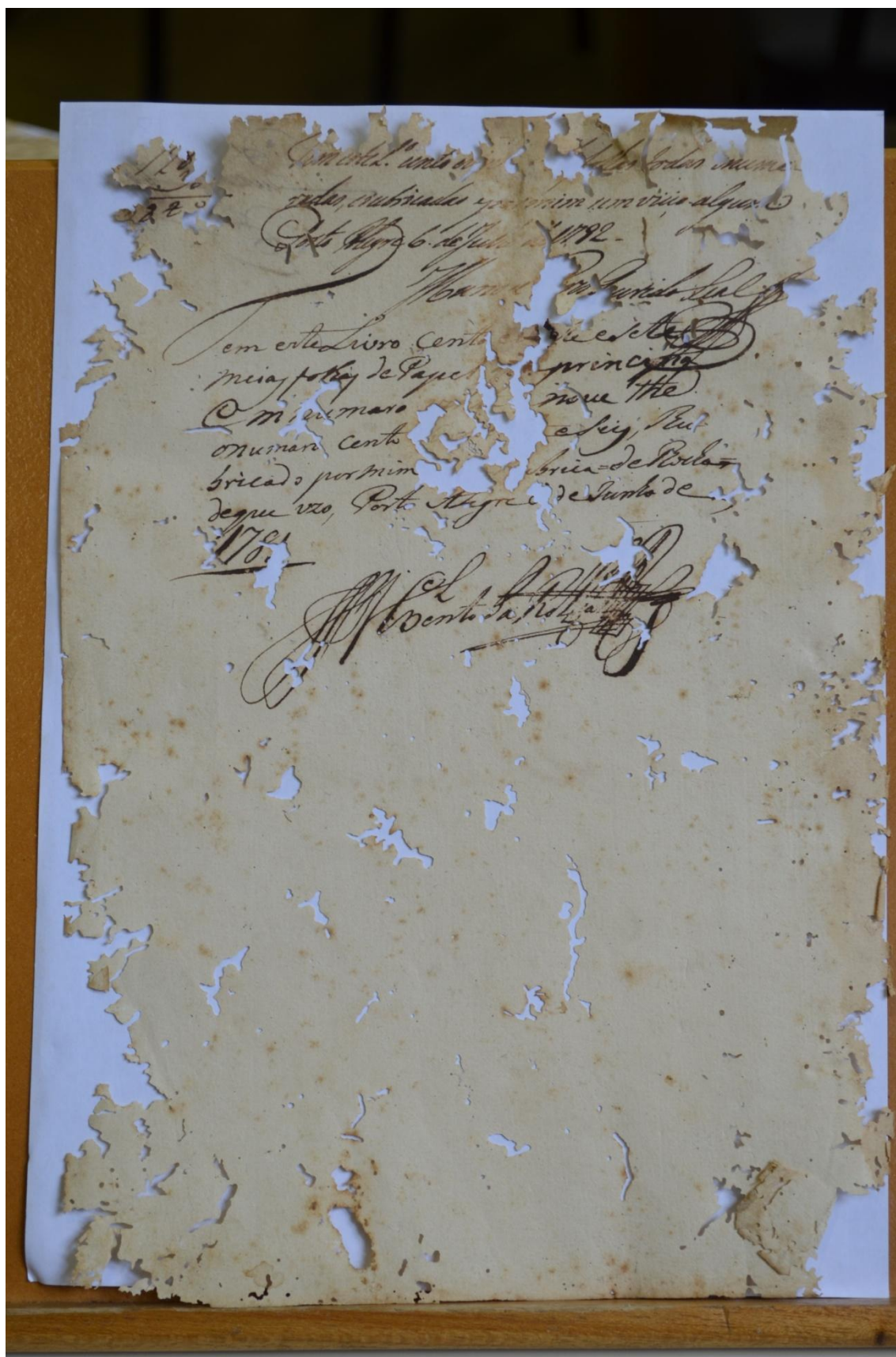


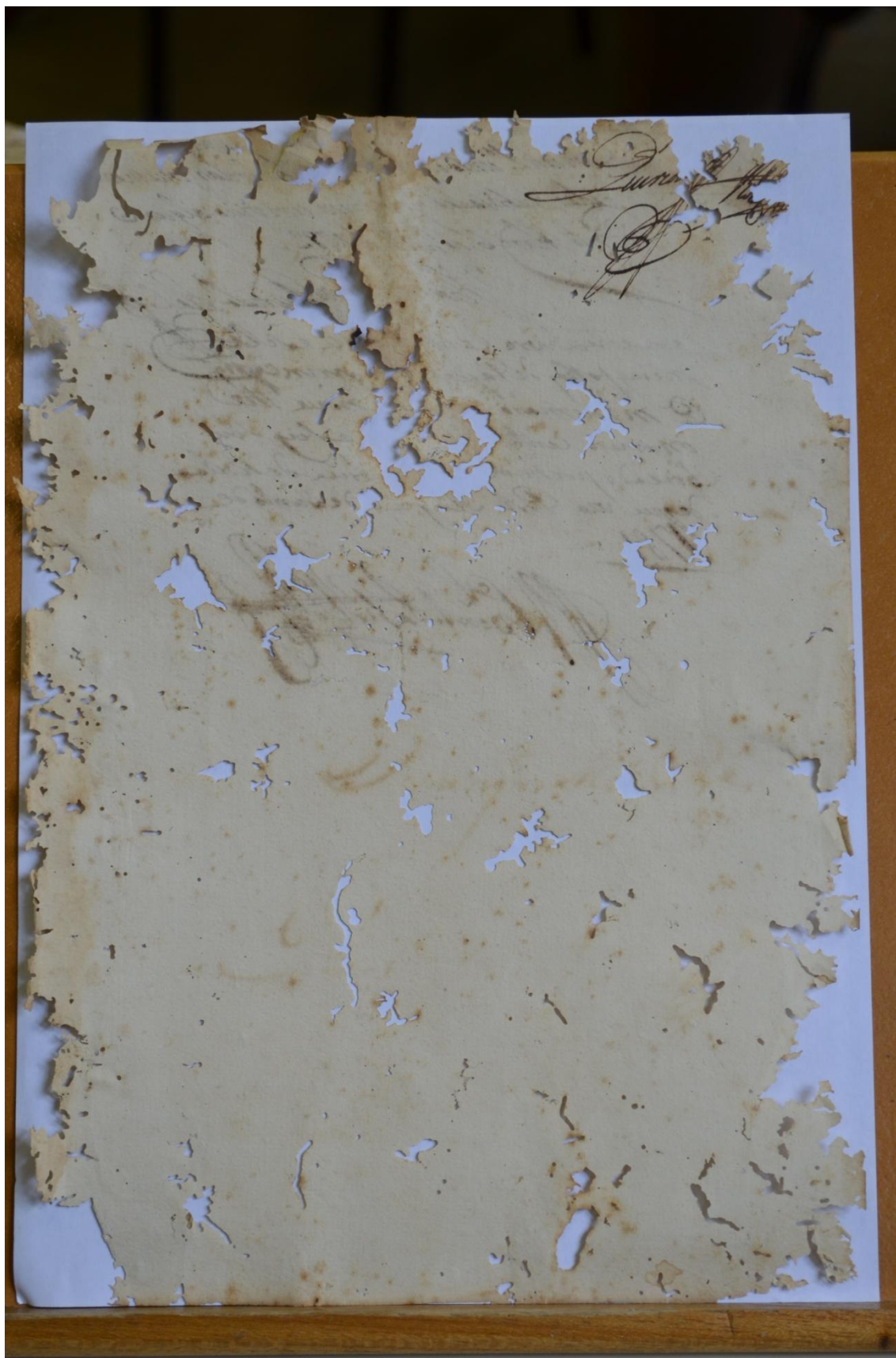
101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525  
 526  
 527  
 528  
 529  
 530  
 531  
 532  
 533  
 534  
 535  
 536  
 537  
 538  
 539  
 540  
 541  
 542  
 543  
 544  
 545  
 546  
 547  
 548  
 549  
 550  
 551  
 552  
 553  
 554  
 555  
 556  
 557  
 558  
 559  
 560  
 561  
 562  
 563  
 564  
 565  
 566  
 567  
 568  
 569  
 570  
 571  
 572  
 573  
 574  
 575  
 576  
 577  
 578  
 579  
 580  
 581  
 582  
 583  
 584  
 585  
 586  
 587  
 588  
 589  
 590  
 591  
 592  
 593  
 594  
 595  
 596  
 597  
 598  
 599  
 600  
 601  
 602  
 603  
 604  
 605  
 606  
 607  
 608  
 609  
 610  
 611  
 612

[illegible]

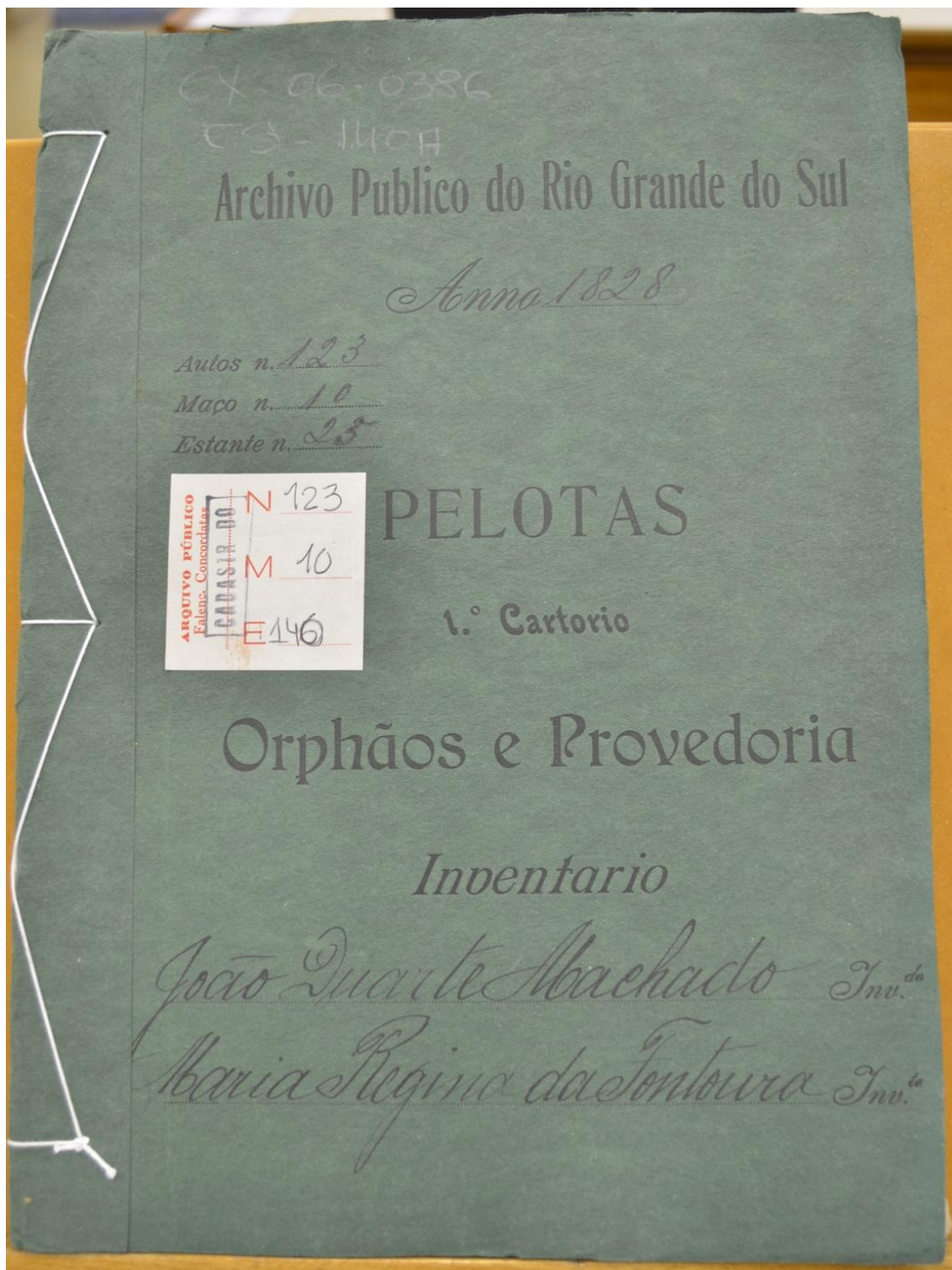
Desejo = Dubito = De quanto tempo  
 face = omnia = não são uma coisa  
 injunção, e potestade e meo testas. 104  
 curde, e propria, autordade como apparem  
 my. Conviniente, e qm me perstuo. Apporem  
 executada sem prejuizo do lordoy por haver  
 by e superabundancy para my pagamento  
 usque Resposta do Inthagoio qm quer ex-  
 farias por minha almeida, fudo deveso seliciao  
 dominio nullus, respens delle pella amo, e  
 Resposta longum abstrahi, catendo quanto Re-  
 sponsencia obrara Comigo e qm eu com illa  
 obrara elle sobrevivendo, e por ser esta amenda  
 ulto a voluntaria voutade toruo a Rogar  
 as puias Supra delha e qm por me furem  
 morte, e or servio de Deo queras almeida esta  
 testamentaria do quaz e qm nas idescuidadas  
 pedas atudo entais Compromento, edesta forma  
 hey por Concluido, e catado este Testamento =  
 qual quer qm relumpo, e qm de, inturamento  
 por esta amenda ultima voutade do Senhor e  
 de qual qm nulli ade, ou falto de bolenia do Don-  
 e de munda detig. qm qm fudo por de tota  
 a morte quer fudo e seu doide effito, e lerao  
 ppois valid como Testamento valla como Co-  
 dicilio, ou disposicio de causa ppois, e Rogo a ju-  
 ficio de Sua Magestade delhi e astis, ou li-  
 culare e qm a sua execucao haja de pperen-  
 ad a sua farias Compro, e qm de nos obstante  
 agasta de pprovaes por Tabellas publicas  
 nas haver nesty Lugar e qm vai Supra com  
 a pistencia domem Reverendo Paracho qm a este  
 a fatura deste, es Autorizow como a Sua

[illegible]





## ANEXO II - Bens avaliados de João Duarte Machado, 1828



25

Avaliação dos bens que ficaram de João  
cido João Duarte Machado os quaes  
nos foram mostrados pela Viuva seu  
viuitante Cabeça de Corral e pelo  
Cedente seu Procurador Bastante João  
Henrique da Fontoura e nos Alcaides  
do Conselho os avaliadores nafor-  
ma seguinte.

Hum Espadim guarnecido de Ouro por 1564000

Hum Salva de girata grande contraventas  
e cinquenta e duas Oitavas a cento e vin-  
te a Oitava seu valor 524260

Hum ditto pequena de dito com Noen-  
ta e seis Oitavas a cento e vinte a oi-  
tava seu valor 444500

Hum Bulla de.º contraventas e vinte Oi-  
tavas a cento e vinte a Oitava seu valor 384400

Hum Galhetiro de.º com duzentas se-  
tenta Oitavas a cento e vinte a Oi-  
tava seu valor 334420

Hum Jarro com sua bacia de.º com se-  
te centas e quarenta e quatro Oita-  
vas a cento e vinte a Oitava seu valor 294280

Hum Touro com sua prate de  
rita com cinquenta e sete vitavas  
a cento e vinte sua valor

Hum dita de d.º com se Centa hum  
vitava a cento e vinte sua valor

Dez Tetheres de d.º com falta de hum  
colher com suas Centas e trinta duas  
vitavas a cento e vinte a vitava sua  
valor

Hum Conpa de d.º com setenta e quatro  
vitavas a cento e vinte a vitava sua  
valor

Hum Pelicario de d.º com sua Cruz  
ficio de Viro por

Hum Cuia para mate guarnecido  
de prate com Noventa vitavas a  
cento e vinte a vitava sua valor

Hum Oratorio de Sala com suas  
Imagens e hum papeteira

Hum Mexal redonda grande

Hum dita Ordinaria grande

|                                                                                 |          |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Uma dita pequena                                                                | 54280    |
| Doas ditas mais pequenas                                                        | 11255    |
| Doze Cadeiras de Pao de Armarias a seis<br>cunha e quarenta cada humo seu valor | 74680    |
| Doze ditas mais novas e nove cunha e se<br>cunha cada humo valor de todas       | 114320   |
| Dois Caixoes Velhos                                                             | 411920   |
| Doas Mexas de flocaranda pequenas                                               | 311840   |
| Uma dita de Redonda de Tocador com<br>seus Embolidos por dentro                 | 6011000- |
| Seis Cadeiras antigas outras mil e duzentas<br>cada humo valor de todas         | 164000   |
| Doas Camas antigas                                                              | 164000   |
| Quatro Babois Velhos                                                            | 324000   |
| Uma Comoda de flocaranda antiga                                                 | 164000   |
| Uma dita mais pequena                                                           | 5211800  |
| Um Camapeo quebrado                                                             | off.     |

Vinte grandes Ordinarios com suas Jma  
gens adis cento e quarenta e cada heuma

Humo Fogareiro de Cobre grande

Humo dito mais pequeno

Duas Bacias de Arames grandes mui to  
Velhas a seis mil e quatrocentos cada  
heuma

Duas ditos mais pequenas a cinco mil  
e seis cada heuma seu Valor

Humo dita

Quatro Bancos

Humo Saipo grande remersado

Humo dito de D. brim

Humo dito Pequeno

Humo Chiclotatira

Humo Bullo de Cobre pequeno

Humo dito de ferro vitado

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Uma Caldeira de ferro grande                                                               | 12 // 000 |
| Uma Panela de ferro grande                                                                 | 5 // 000  |
| Quatro ditos pequenas                                                                      | 2 // 560  |
| Dois Caxias grandes                                                                        | 3 // 200  |
| Dois ditos pequenas                                                                        | 4 // 600  |
| Uma Canoa e seus pertences                                                                 | 40 // 000 |
| Quinze pratos grandes compridos alguns antigos e mil e duzentos e oitenta cada hum         | 89 // 200 |
| Tres Bacias ditos pequenos do 8 <sup>to</sup> a quatro mil e seiscentos e oitenta cada hum | 8 // 440  |
| Uma Carreta nova e seus pertences                                                          | 64 // 000 |
| Uma Carreta velha                                                                          | 42 // 800 |
| Dois Colpas de Damasco muito boas a quatro mil e setecentas cada hum                       | 8 // 000  |
| Uma dita d. <sup>a</sup> nova                                                              | 32 // 000 |
| Quatro Cortinados de Chita assim mil e quatro centos cada hum                              | 25 // 600 |

Hum dito de Sumarco 82 a

Trs Coalthas finas de Aliza amil. uma  
e cento e vinte cada humna

- Hum Capeta de Salbrar. Missa e deo Om.  
loris e mais portences

- Hum Armazem com quartos para Osp.  
des

- Hum dito na Costa da Praia

- Hum Laria com seus portences

Corrocos.

- Hum Nacud da Costa Catano mulher forra  
J.º 43 annos

- J.º Nuno Criculo filha do dito J.º 12 a

- Miguel dito J.º 44 a

- Bento dito J.º 9 a

- Silvestre dito J.º 4 annos

- Mauricio Criculo irmão J.º 45 a

- Jacinta Labra sua mulher J.º 24 a

|                                                                                                 |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Manoel Criculo filho do ditos Jo. <sup>o</sup> 4, a                                             | 200\$000 |
| Maria filha do ditos Jo. <sup>o</sup> 5, a                                                      | 102\$400 |
| Francisca filha do ditos Jo. <sup>o</sup> 2, a                                                  | 76\$800  |
| Amaro Criculo Casado Jo. <sup>o</sup> 54, a                                                     | 128\$000 |
| Therexa Cricula sua mulher Jo. <sup>o</sup> 15, a                                               | 250\$000 |
| Leimbra Criculo Casado Jo. <sup>o</sup> 56, a                                                   | 128\$000 |
| Sabina Cricula sua mulher Jo. <sup>o</sup> 37, a                                                | 300\$000 |
| Leisbas Criculo Jo. <sup>o</sup> do ditos Jo. <sup>o</sup> 40, a                                | 300\$000 |
| Manoel da Capitania do Leste Jo. <sup>o</sup> 54, a                                             | 64\$000  |
| Claudianno Pardo filho do ditos Jo. <sup>o</sup> 12, a                                          | 350\$000 |
| Fran. <sup>co</sup> Criculo Viuvo Jo. <sup>o</sup> 52, a                                        | 102\$400 |
| Joze Criculo filho do ditos Jo. <sup>o</sup> 10, a, em pu-<br>der do Cadeiro Francisco de Paula | 300\$000 |
| Fernando Criculo Jo. <sup>o</sup> 32, a                                                         | 500\$000 |
| Bernardo Pardo Jo. <sup>o</sup> 40, a                                                           | 500\$000 |
| Benedito Cabra com humma perna que<br>brada Jo. <sup>o</sup> 50, a                              | 102\$400 |

|                                                                                  |        |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------|
| - José Bunda da Costa Jo. <sup>o</sup> 30, a                                     | 400ff. |
| - Luiz e Mina da Costa Jo. <sup>o</sup> 37, a                                    | 300ff. |
| - Joaquim Crioulo Jo. <sup>o</sup> 32, a                                         | 400ff. |
| - Leonarda Crioula Viuva Jo. <sup>o</sup> 30, a                                  | 350ff. |
| - Domingos Crioulo sud Jo. <sup>o</sup> 15, a                                    | 250ff. |
| - Maria Crioula ded. <sup>a</sup> Jo. <sup>o</sup> 25, a                         | 400ff. |
| - Lourença dita ded. <sup>a</sup> Jo. <sup>o</sup> 6, a com ve-<br>lida em Olhos | 100ff. |
| - Joaquim e Mina Jo. <sup>o</sup> 35, a                                          | 300ff. |
| - Rafael Jo. <sup>o</sup> 4, a                                                   | 100ff. |
| - Felisbina Jo. <sup>o</sup> 12, a                                               | 350ff. |
| - Barbara Cabra Jo. <sup>o</sup> 24, a                                           | 400ff. |
| - Miguel filho dad. <sup>a</sup> Jo. <sup>o</sup> 4, a                           | 76ff.  |
| - Anna Cabra Jo. <sup>o</sup> 26, a                                              | 300ff. |
| - Helinda filha Jo. <sup>o</sup> 3, a                                            | 81ff.  |

|     |                                                                              |         |       |
|-----|------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|
| 400 | Maria dita Jo. <sup>o</sup> 4. a                                             | 2000000 | 22    |
| 300 | Theresa nacão da Costa Jo. <sup>o</sup> 35. a                                | 2000000 |       |
| 400 | Ignacio grande da Costa Jo. <sup>o</sup> 38. a                               | 3000000 |       |
| 350 | Balthazar pardo Jo. <sup>o</sup> 19. a                                       | 5000000 |       |
| 250 | Valerio Criulo Jo. <sup>o</sup> 40. a                                        | 3500000 |       |
| 400 | Tiago com humna perna quebrada<br>Velho Jo. <sup>o</sup> 60. a               | 2000000 |       |
| 100 | Victoriana Cabra Jo. <sup>o</sup> 26. a                                      | 5000000 |       |
| 300 | Pita Criula Jo. <sup>o</sup> 20. a                                           | 4000000 |       |
| 100 | Esperanza dita Jo. <sup>o</sup> 20. a                                        | 4000000 |       |
| 350 | Meliana Cabra filha da d. <sup>a</sup> Jo. <sup>o</sup> 5. m. 38             | 4000000 |       |
| 400 | Joaquim Pequeno nacão da Costa<br>Cahado molher forra Jo. <sup>o</sup> 34. a | 4000000 |       |
| 460 | João Caneta da Costa Jo. <sup>o</sup> 50. a                                  | 2500000 |       |
| 300 | João Novo Jo. <sup>o</sup> 30. a                                             | 4000000 |       |
| 81  | Antônio Luperone da Costa Jo. <sup>o</sup> 50. a                             | 1280000 | Maria |

10  
 - Jacinto Criado Jo.<sup>o</sup> 40. a, Sepatr.<sup>o</sup> 15009.  
 - Quintino sito idito Jo.<sup>o</sup> 26, a. 5009.  
 - João Novo do Couto de hum ppe. 1509.

Mil e quatrocentos e cinquenta re-  
 zes chucras a quatro mil reis  
 cada hum valor de todos. 5.92.09.

Vinte Bois mancos a seis mil e  
 quatrocentos cada hum valor de todos. 1289.

Trinta Cavallos mancos a cinco mil  
 reis cada hum valor de todos. 1509.

Trinta Poltros a seis mil reis cada  
 hum valor de todos. 609.

Quinta Egoas chucras atrezentos  
 e vinte cada humas. 2596.

Com Velhas a seis centos e qua-  
 rentas cada humas. 619.

Suma Fazenda de Nominada Pel-  
 lotas com Extinção de Ligea em via  
 de Campo praxe mais ou menos e  
 servida de Arroz de S. Gonçalo ac

ao Arroio Sujo e pela outra par-  
te se divide com Antonio Joze de  
Oliveira Castro eo Licenciado Igna-  
cio Joze Bernardes, e Domingos  
de Castro Antiquiera 12.000/000

Hum morada de Casas de Vivun-  
da cobertas de Telhas na mesma  
Fazenda a Soalhadas ferro de Ri-  
pas com sua Cozinha muito ve-  
lhas - - - - - 400/000

Hum pomar que serve de quintal  
nos fundos da Casa da Vivenda  
com Laranjeiras, Macieiras, e  
Pereira - - - - - 600/000

Hum dito de Laranjeiras no al-  
to da Lomba - - - - - 400/000

Hum Petreiro no Arroio de Tel-  
litas de no minado da praia en-  
de tem lãa O Laria portencun-  
te a mesma fazenda 6.000/000

Duas pedras de Moinho mui-  
to velhas - - - - - 4/000

12

Dous dados Em dote de Caromun  
to a herdadeira Maria Augusta da  
Fonseca ESCRITOS

Alexandre pardo Jo.<sup>o</sup> 18, a - - - - - 500000

João Saia Jo.<sup>o</sup> 24, annos - - - - - 400000

Victoria Crioula Jo.<sup>o</sup> 16, a - - - - - 350000

Floribela Crioula Jo.<sup>o</sup> 8, annos - - - - - 270000

Joaquina nacão da Costa Jo.<sup>o</sup> 18 a - - - - - 250000

Hum Terreno no paço Real onde  
hum estabelecimento de Charginha 15.000000

Hum pebrouro na Barra do Ar  
roio de Pelotas a the encontrar  
hum Vallo que o marido da ditta  
Herdeira fizes com a sua gente no  
Bombrando. - - - - - 2.000000

Freg. de S. Francisco de Paula  
12 de Agosto 1827.

Joze Duarte e Silva  
Luz Quintero da Costa

Freguesia de S. Francisco de Paula